

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

CILLAS LUCIANO JUNIOR

**A HISTÓRIA E A LÍNGUA
NA MÍDIA ESCRITA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO – 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

CILLAS LUCIANO JUNIOR

**A HISTÓRIA E A LÍNGUA
NA MÍDIA ESCRITA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960**

SÃO PAULO – 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

CILLAS LUCIANO JUNIOR

**A HISTÓRIA E A LÍNGUA
NA MÍDIA ESCRITA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1960**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

SÃO PAULO – 2007

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais

Cillas Luciano e Margarida Luciano

e ao Professor, orientador e amigo,

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento,

pelos ensinamentos, a nobreza da palavra amizade, a paciência, o apoio e o incentivo,
dedicados desde o início;

?

Aos Srs. Professores

Profa. Dra. Dieli Vesáro Palma

Prof. Dr. Luiz Fernando Fonseca Silveira,

pelas valiosas contribuições durante o Exame de Qualificação;

?

Aos Srs. Professores da PUC-SP,

Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias

Prof. Dr. Dino Fioravante Preti

Prof. Dr. João Hilton Sayeg Siqueira

Profa. Dra. Maria Thereza Strôngoli

Profa. Dra. Neusa Barbosa Bastos,

cujas aulas e o saudável convívio acadêmico contribuíram valiosamente
para a minha pesquisa e a formação acadêmica;

à Srta. Maria de Lourdes Scaglione ,

da Secretaria do Programa de Pós em Língua Portuguesa,
pela simpatia, a presteza e as observações à minha matrícula;

?

?

aos colegas de sala,

Elias Nascimento,
Érica Vaz D. Alves,
Izilda Maria Nardocci,
Kelly A. Trindade,
Luciane Cristina Del Ben Souza,
Maria de Lourdes Muramatsu,
Regina Célia Carbonari Miranda,
Regina Célia Ramalho,
Rodrigo Maia T. Santos,
Rosângela Garcia Medeiros,
Rosemeire S. Britto Valle,
Sandra Leopoldina C. dos Santos,
Sônia Maria Nogueira,
Wendell Lessa,

pela amizade e a troca de experiências;

?

ao Departamento de Pesquisa do jornal “O Globo”,
Sr. Marcelo Rosa Campos,
pela gentileza e solicitude nas vezes em que fui recebido;

?

à
CAPES,
pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------	----

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.1. Concepção de Historiografia Lingüística	06
1.2. A metalinguagem como recurso de análise	11
1.3. Historiografia Lingüística: a interdisciplinaridade	14
1.4. A Historiografia Lingüística e a História	20
1.5. O Argumento de Influência	23

CAPÍTULO II

O BRASIL E A HISTÓRIA NA DÉCADA DE 60

2.1. A História, a Política e a Cultura na década de 60	28
2.1.1. Panorama Político-Cultural	30
2.1.2. Panorama Histórico-Social	39
2.2. O Golpe de 1964 e o Regime Militar: 1964-1970	48
2.3. História do jornal ‘O Globo’	59
2.4. O Jornal como documento histórico-lingüístico	65
2.5. A Língua Portuguesa na década de 60	68

CAPÍTULO III

O JORNAL ‘O GLOBO’ E A REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA DA DITADURA

3.1. A amostra selecionada: o título, o texto, o apelo	73
3.2. A tematização e o ponto de vista do jornal	77
3.3. A metáfora e outros usos de língua	88
3.4. A propósito dos conceitos de ditadura, independência e revolução representados na amostra	91
3.5. Vocábulos e expressões representativas do contexto histórico-político	101
3.6. Frases feitas e seus usos na tematização	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	129

RESUMO

Esta dissertação é um estudo histórico-historiográfico da Língua Portuguesa em uso no Brasil, durante o período do Regime Militar, tomando documentos da imprensa escrita como objeto de análise. Seguindo as diretrizes, propostas por Konrad Koerner (1995,1996), para a Historiografia Lingüística, o objetivo dessa pesquisa é examinar as marcas lingüísticas, presentes nos documentos selecionados, evidenciando a relação da imprensa escrita com o Regime Militar, em uma época de censura e repressão.

Para dar conta de nosso objetivo, fundamentamos essa pesquisa em três princípios propostos por K. Koerner e que devem ser operacionalizados sucessivamente: o princípio da contextualização, o da imanência e o da adequação teórica.

No decorrer da pesquisa, observamos que o contexto sócio-histórico-político, na década de 1960, foi um período marcado pela efervescência cultural, pela ascensão do Regime Militar e a conseqüente repressão aos órgãos de imprensa. Nessa direção, pudemos perceber o crescente avanço da imprensa escrita, principalmente se nos ativermos ao seu poder de influência e ao seu papel informativo e formador de opinião.

A análise dos documentos selecionados permitiu-nos perceber a língua como fato social e a força do contexto daquele momento histórico-cultural, de forma que os documentos materializavam atitudes diretamente relacionadas ao governo e ao dia da independência do Brasil no intuito de reforçar a pátria e os valores cívicos.

Palavras-chave: *Língua Portuguesa, Historiografia Lingüística, década de 60, Imprensa escrita.*

ABSTRACT

This dissertation is a historical-historiographic study about the use of the Portuguese Language during the period of the Military Regime in Brazil, in the Sixties. The material for analysis is focused on the period that dates from 1960 to 1970, more specifically on the day that the nation celebrates the anniversary of its Independence – held annually on September 7th.

By following the guidelines of the theory proposed by Konrad Koerner (1995,1996), which is supported by three (3) well-defined principles, we shall identify, in the documents, the marks which feature the aspects of the censorship over print media.

During this research, we have noticed that the 60's decade was a period regarded for some remarkable social events in History, Politics and Culture. In that context, we have the ascension of the Military Regime and the establishment of a new government, imposing the censorship over mass media, such as newspapers, radio, television and broadcasting. At this portion of History, it's verified a significant development of the print media, especially, when we think in its strength of influence and its role as a source of information and opinion-maker.

The analysis of the selected documents allowed us to realize the language as a social issue, as well, the strength of the historical context from that time, whereas the documents materialize a sort of attitudes directly related to the Brazilian Government and to the celebrations of Brazil's Independence Day, as a manner to promote the State and the civic values.

Keywords: Portuguese language, Linguistic Historiography, Sixties decade, Print Media.

Dedicado



a meus pais Cillas Luciano e Margarida Luciano,
e à minha avó Maria do Carmo de Melo.

*O homem não é um espectador através de uma janela, mas penetra na rua.
A vista e o ouvido atento transformam mínimas comoções em grandes vivências.
De todas as partes fluem vozes e o mundo inteiro ressoa.*



WASSILY-KANDINSKY

1866 – 1944

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO

I

A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

CAPÍTULO

II

O BRASIL E A HISTÓRIA NA DÉCADA DE 60

CAPÍTULO

III

**O JORNAL ‘O GLOBO’
E A REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA DA DITADURA**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

SUMÁRIO – ANEXOS

ANEXO A: AMOSTRA – JORNAL “O GLOBO” EDIÇÕES 1960 – 1970

DD.MM.AAAA	TÍTULO DA MATÉRIA	PÁGINA
7.9.1960	COESÃO DAS FORÇAS ARMADAS (...)	A-01
7.9.1961	VIOLÊNCIA CORRUPÇÃO E MENTIRA PARA DISFARÇAR O FRACASSO (...)	A-02
7.9.1961	ESTAS CENAS SÃO DE BERLIM	A-03
7.9.1962	NELSON DE MELO DEFINE O EXÉRCITO COMO UM INSTRUMENTO (...)	A-04
7.9.1963	O DESGOVERNO É IDEAL PARA OS PROPÓSITOS (...)	A-05
7.9.1964	CASTELO AFIRMA EM CURITIBA QUE O POVO NÃO DESEJA UMA (...)	A-06
7.9.1965	OS GLORIOSOS E TORTUOSOS CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA	A-07
7.9.1965	GOVERNO E POVO ASSISTEM HOJE AO DESFILE MILITAR DO DIA DA (...)	A-08
7.9.1965	AMOROSO FEZ OS ‘GOALS’ DA VITÓRIA DO FLUMINENSE	A-09
7.9.1966	FESTA DA INDEPENDÊNCIA TRAZ MENSAGEM PELA UNIÃO NACIONAL	A-10
7.9.1967	INDEPENDÊNCIA: COSTA E SILVA LEMBRA A SALVAÇÃO DO BRASIL	A-11
7.9.1968	CÂMARA OUVIRÁ OS PROFESSORES BARRADOS PELO TERROR (...)	A-12
8.9.1969	EMBAIXADOR LIVRE: ALEGRIA E EMOÇÃO EM TODO O BRASIL	A-13
7.9.1970	TRICOLOR FOI O MELHOR EM TUDO	A-14

O Globo – Edições 1960-1970

7.9.1960, Ano XXXVI, Ed. No. 10.536, **7.9.1961**, Ano XXXVII, Ed. No. 10.844, **7.9.1962**, Ano XXXVII, Ed. No. 11.150, **7.9.1963**, Ano XXXVIII, Ed. No.11.454, **7.9.1964**, Ano XXXIX, Ed. No. 11.759, **7.9.1965**, Ano XLI, Ed. No. 12.065, **7.9.1966**, Ano XLII, Ed. No. 12.372, **7.9.1967**, Ano XLIII, Ed. No. 12.680, **7.9.1968**, Ano XLIV, Ed. No. 12.987, **7.9.1969**, Ano XLV, Ed. No. 13.294, **7.9.1970**, Ano XLVI, Ed. No.13.601.

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação, intitulada *A Língua e a História na Mídia Escrita no Brasil na década de 1960*, propõe-se a uma análise das marcas da linguagem jornalística na mídia escrita impressa e a configuração de aspectos da ditadura político-culturais refletidos da língua e na história do Brasil, na década de 1960.

O nosso problema de pesquisa limita-se a questionar em que medida a mídia impressa reflete a língua, a história, a cultura, a política e o homem desse período. Ao estudarmos a língua e a história em documentos da mídia impressa na década de 60, no Brasil, podemos apreender características peculiares desse período de nossa história. No cenário político brasileiro, os anos 60 representaram uma época marcada pela efervescência cultural nas artes e, paralelamente, na ditadura, pela repressão e pela violência. Por sua vez, a mídia impressa documentou o comportamento do homem brasileiro, o que pode ser observado pelas manifestações histórico-lingüísticas. Assim, os documentos que selecionamos apresentam marcas que identificam esse contexto.

Os objetivos dessa Dissertação orientam-nos para as marcas lingüísticas que expressam os aspectos da ditadura militar da época. A identificação dessas marcas possibilita-nos caracterizar o português em uso e o contexto sociopolítico-cultural, bem como a enumeração das práticas sócio-histórico-políticas, que se tornam materializadas na língua. A operacionalização dos princípios propostos por Konrad Koerner (1995) nos possibilita identificar a forma como a amostra selecionada promove a interação entre o contexto, o homem e a língua.

As razões as quais motivam uma pesquisa dessa natureza são inúmeras e caracterizam a relevância de nossa investigação, que está direcionada à compreensão da organização e do funcionamento do discurso da mídia impressa. Desse modo, sua relevância maior dependerá do valor científico que, como pesquisador, atribuímos a ela. Nosso estudo justifica-se na medida em que ele se propõe a oferecer uma reflexão sobre a língua portuguesa como forma de expressão na década de 60 (período de 1960 a 1970), época da ditadura militar

(1964), na qual os meios de comunicação, inclusive a mídia escrita, tiveram suas atividades cerceadas pelo poder dominante.

É nesse cenário que a Historiografia Lingüística – doravante denominada HL – tem um papel importante para essa pesquisa, pois toma os textos de mídia impressa como documento aberto à interpretação da língua e do homem. Nessa perspectiva, apreendemos esses textos como um reflexo da sociedade brasileira, na década de 60.

Vale ressaltar que um estudo como esse nos permite, à luz da orientação teórico-metodológica da HL, conhecer aspectos da sociedade que se configuram histórica e culturalmente naqueles documentos. A necessidade de uma abordagem pluridisciplinar da pesquisa alerta-nos sobre a relevância da HL como fundamental para o alcance de nossos objetivos.

A HL constitui um campo para estudarmos as marcas temporais e histórico-lingüísticas e, assim, analisarmos como os meios de comunicação – mais especificamente, a mídia escrita – organizam seu discurso, visto que o Regime afetava de modo significativo a sociedade de um modo geral.

Uma vez que a história se constrói sobre o acontecimento, a atividade historiográfica requer seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dele. Assim, todo fato histórico enseja uma representação feita sob um aparato metodológico, oriundo de provas documentais. Sua ótica irá depender da teoria observada e dos critérios adotados pelo historiógrafo da língua.

Em nossa pesquisa, operacionalizaremos três princípios propostos por Konrad Koerner (1996), a serem descritos no desenvolvimento da pesquisa, como método de análise de documentos do passado: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação.

Procuraremos depreender dos documentos selecionados os fenômenos lingüísticos que caracterizam o português em uso àquela época. Do ponto de vista histórico, uma pesquisa como essa se revela relevante, na medida em que, por meio de registros e apontamentos histórico-lingüísticos de um período podemos analisá-los e verificar seu valor para o esclarecimento das questões que são atualmente

colocadas sobre o português do Brasil. O caráter específico da pesquisa é de suma importância, pois está diretamente relacionado à questão dos estudos lingüísticos atuais que visam a aproximar a Lingüística de diferentes áreas do conhecimento.

A metodologia proposta pela HL também se justifica por possibilitar uma maior compreensão das transformações e regularidades que passam a história interna e externa da língua, tendo em vista a interdisciplinaridade de sua epistemologia.

Esta Dissertação está organizada em três capítulos:

O primeiro capítulo apresenta o enfoque teórico de nossa pesquisa. Abordamos os antecedentes da HL, para, então, adentrarmos em sua relação de interdisciplinaridade com diferentes áreas do conhecimento, como a História e a Lingüística, e assim, seu aparato teórico-metodológico.

Tanto a História quanto a Lingüística, cabe-nos destacar que elas são também ciências de caráter interdisciplinar. A abordagem dessa relação entre a HL e essas duas áreas do conhecimento merece destaque em nossa pesquisa, uma vez que, o jornal é a um só tempo, um documento, portador de um material histórico e também lingüístico.

Por isso mesmo, abordamos, também, o recurso da metalinguagem, enquanto instrumento de uso para a referida análise e sua importância no processo de interpretação do texto e no que diz respeito às marcas temporais e lingüísticas, percebidas no documento.

Outro aspecto analisado, nesse capítulo, trata das influências recebidas pelo escritor e a construção do sentido do texto, que disso advém, ao longo do processo de produção do documento. Referimo-nos ao Argumento de Influência.

No nosso entendimento, ao abordarmos o Argumento de Influência, procuramos esclarecer que, por trás das palavras empregadas pelo autor e, portanto, do modo como ele faz uso da linguagem – na tentativa de explicar e descrever os fatos – há um ser humano crítico e pensante, cujo intelecto emerge em

meio a uma multiplicidade de fatores que norteiam a própria vida: as influências advindas da experiência pessoal de vida, do círculo social em que está inserido, dos autores que lê ou estuda, das correntes intelectuais vigentes da época etc. Assim, o Argumento de Influência constitui um aspecto importante no processo de investigação de um documento.

O segundo capítulo apresenta um levantamento histórico da década de 1960, perpassando os principais acontecimentos no mundo das artes, da música, do cinema, do teatro e dos esportes, no Brasil e no mundo. Trata-se, por conseguinte, de um capítulo de contextualização. Embora todos os elementos apresentados não estejam diretamente relacionados à Língua Portuguesa, a abordagem histórica assumida, nesse capítulo, tem a finalidade de resgatar o panorama contextual em que se desenrolaram idéias, pensamentos, costumes e acontecimentos.

Assim, aspectos como esses, que delineiam o contexto no plano social, histórico e cultural, não podem ser ignorados, uma vez que eles também moldam – direta ou indiretamente – o intelecto do produtor do documento e, conseqüentemente, sua postura no modo de interagir e expressar com o mundo, por meio da linguagem.

Por isso mesmo, convém lembrar que uma contextualização amplamente estruturada é o alicerce para os dois procedimentos seguintes – a imanência e a adequação – a fim de que possamos depreender as influências recebidas pelo escritor do documento. Ainda, neste capítulo, apresentamos a história do jornal *O Globo*.

O terceiro capítulo apresenta a operacionalização dos princípios da imanência e da adequação teórica, visando a analisar, interpretar e explicar as mudanças observadas na língua e na sociedade, durante o percurso a ser investigado, sem nos deixar influenciar pelos fatos do momento atual.

Enfocamos o jornal como um documento histórico-lingüístico e a língua portuguesa em uso nesse período. Dentro dessa perspectiva, analisamos a tematização do jornal, o apelo constante nas manchetes e nos textos noticiosos. Verificamos, também, a questão da metáfora e dos outros usos de linguagem, os

vocábulos e expressões representativas da época, o uso de frases feitas e seus efeitos na tematização. Ao final, faremos uma abordagem acerca dos conceitos de ditadura, democracia, independência e revolução, representados na amostra.

Nossa pesquisa privilegia, ainda, a influência da escolha lexical, das marcas lingüísticas, das metáforas, das frases feitas e dos usos de língua como um subsídio para a construção de sentido do documento.

A amostra selecionada, do ponto de vista de sua relevância, revela-nos marcas que caracterizam o português em uso e permite-nos examinar as características da linguagem jornalística em *O Globo*, que expressam aspectos da relação existente entre a sociedade brasileira e o governo militar, na década de 1960.

– CAPÍTULO I –

A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

O primeiro capítulo, intitulado *A Historiografia Lingüística*, consistirá da fundamentação teórica em que nossa pesquisa está estruturada. Nesse capítulo serão abordadas: a concepção de HL, a metalinguagem como recurso de análise, a relação entre a HL e a História, e a importância do argumento de influência.

1.1. Concepção de Historiografia Lingüística

A HL é fruto da evolução da Lingüística Histórica e tem galgado os degraus para assumir o *status* de ciência. O surgimento da HL deu-se na França e sua concepção, em sentido amplo, é compreendida como forma de registro dos acontecimentos históricos. Estritamente, a HL vê a língua como produto de interação social, resultado de um elo entre o presente e o passado. Por possuir um caráter interdisciplinar, a HL considera a coexistência de outras disciplinas, quaisquer que sejam: a História, a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a Geografia e a Lingüística, por exemplo, como fundamental para o delineamento e o registro dos feitos humanos em sua totalidade.

O historiógrafo da língua busca refletir a história da língua, atendo-se a possíveis relações que ela possa ter com seu contexto sociocultural. A HL fundamenta-se sob as considerações de Konrad Koerner (1996), que traça três princípios norteadores na tentativa de explicar a razão da mudança de orientação, de ênfase e a possível descontinuidade que delas pode resultar. Na concepção K. Koerner (1996), a HL é *um modo de escrever a história do estudo da linguagem baseados em princípios científicos*. E assim, também, Cristina Altman (1998:24) descreve o papel a ser desempenhado por um historiógrafo:

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos da história da ciência, presume,

inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes para o quadro de reflexão que constrói o historiógrafo.

Nesse contexto, dada a complexidade que envolve a prática historiográfica, a atividade de reconstrução de fatos históricos delega ao historiógrafo, a passagem por diferentes etapas no processo que enseja a investigação de um documento. Assim, a prática de análise requer um processo hierárquico que se inicia na seleção, perpassa a ordenação e a reconstrução do conhecimento lingüístico, baseados em um panorama contextual do ponto de vista histórico, social e cultural.

Todo acontecimento comuta-se em fato, quando ele é submetido ao olhar específico do pesquisador. Por sua vez, o fato é o relato de um acontecimento e, portanto, repetível; enquanto o acontecimento, não. As mudanças internas e externas – sociais, culturais e econômicas – passam para a língua e, por sua vez, impulsionam as mudanças necessárias. Nesse sentido, todo documento escrito consolida e perpetua o acontecimento.

Outro aspecto importante para o qual devemos atentar é a concepção de língua como prática social e não como instrumento. As mudanças percebidas na língua partem do meio social no qual o homem vive e interage, e elas devem *atender às suas necessidades nas relações sociais, tornando-se, por conta disso, um produto histórico em atividade*, segundo Jarbas Vargas Nascimento (2004:4).

O conceito de prática social que a HL dá à língua repousa no fato de que a língua torna o homem um ser social, que muda em consonância com a necessidade do homem de interagir com as pessoas. Nessa acepção, se a língua é uma prática social que atende aos anseios do homem, então, ela deve atender também às necessidades de mudanças que a acompanham com o tempo.

Igualmente relevantes são as fontes, sejam elas primárias ou secundárias. As fontes primárias narram diretamente o objeto de estudo, e são relato original de uma cadeia de eventos que pode incluir certidões de nascimento, casamento e morte, diários pessoais e recenseamentos. Em nossa pesquisa faremos uso de uma

fonte primária, uma vez que os jornais também estão incluídos nessa categoria, por serem portadores do registro histórico de uma determinada época. Todavia, essa afirmação nem sempre é válida. Por exemplo, o censo da população é uma fonte primária por apresentar estatisticamente a distribuição geográfica dessa população. Já uma notícia de jornal sobre esse censo torna-se uma fonte secundária, uma vez que ela nos transmite o conteúdo dessa informação.

Portanto, as fontes secundárias são registros publicados, tais como: os livros de História e compilações de registros de recenseamentos. Até mesmo a presente dissertação pode ser considerada uma fonte secundária sob determinados aspectos. Na ausência da fonte primária, o historiador deverá recorrer a uma fonte secundária, levando-se em conta a autenticidade das informações contidas no respectivo documento. A esse respeito, José Everaldo Nogueira Jr. (2005:19) ressalta a responsabilidade de uma seleção criteriosa, por parte do pesquisador:

[...] a HL não abre mão de trabalhar com fontes primárias, sempre que possível, ou senão com edições críticas que representem fielmente o texto a ser analisado. [...] Dessa prática, aliada à precisão da aplicação dos seus princípios advém a credibilidade da HL.

Por isso, é imprescindível considerar que a autenticidade de quaisquer documentos escritos sejam eles, cartas, rascunhos, documentos jornalísticos – como é o caso de nossa pesquisa –, dentre outros constitui um quadro importante no processo de análise historiográfica, uma vez que esses textos, segundo J.E.Nogueira Jr.(op.cit.:19) *são registros históricos de um dado momento da vida social do homem, pelos quais se torna possível depreender a história do homem em seus aspectos culturais, o que engloba aspectos políticos, econômicos – sociais em geral – e, sobretudo, lingüísticos.* Vale considerar, entretanto, que tais fontes

documentais não devem ser vistas como um espelho da realidade da época, uma vez que elas estão abertas à interpretação do historiógrafo.

Igualmente fundamental é a reconstrução lingüística, para que possamos compreender a relação do homem com a sociedade e a língua em um dado painel histórico. Esse entendimento implica a operacionalização dos procedimentos metodológicos da HL, conforme K. Koerner (1995).

O primeiro passo a ser dado, em uma análise historiográfica, é o da contextualização. Esse princípio é entendido como um processo de vinculação do documento àquilo que o tornou possível. Pensa-se, diante disso, na sua concepção em um espaço, ao mesmo tempo, geográfico e temporal. Sobretudo, todo documento a ser contextualizado é um quadro representativo de sua época. Essa representação é, comumente, influenciada por determinados acontecimentos sociais em uma sociedade, sejam eles de ordem endógena ou exógena. Por isso, o documento e seu contexto são indissociáveis. O documento é um registro da relação do homem com o mundo.

Para que isso aconteça, nessa primeira etapa, o historiógrafo da língua adentrará no clima de opinião do período em que se desenrolaram os acontecimentos e em que as teorias se desenvolveram. Para o seu entendimento, é necessário considerar as idéias circundantes da época de sua produção, os acontecimentos históricos, as classes sociais, as influências recebidas pelo escritor e apreendidas no documento. Compete, portanto, a esse pesquisador não desvincular o material de análise de seu contexto histórico e cultural, bem como das concepções lingüísticas vigentes e, até mesmo, do contexto sociopolítico-econômico do período em que o documento originou-se.

O ato de contextualização pode atender a dois níveis distintos: um em que se criam sentidos para o texto; e outro que o integra ao espaço de produção. Nesse aspecto, o vocabulário é uma das vias para se chegar ao sentido do texto e compreendê-lo, uma vez que todo documento é portador de uma ordem do ser humano a ser decifrada.

O levantamento da contextualização é pertinente para o processo de análise e interpretação do documento. Assim, pelo estudo do clima de opinião do século XX, esperamos obter, com maior facilidade, resultados que apontarão marcas lingüísticas portadoras de modos de ação da língua que promoveram a interação entre o indivíduo e a sociedade. Por ela encontraremos as evidências que possibilitam a compreensão do mundo e do homem que vive num determinado contexto histórico-social. K. Koerner (1995:42) confirma essa afirmação assim:

As concepções lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período. [...] às vezes, a influência da situação sócio-econômica, e mesmo política, deve igualmente ser levada em conta.

Portanto, em nossa pesquisa, o princípio da contextualização caracterizar-se-á por um amplo levantamento do contexto da época, a fim de que possamos apreender aspectos significativos acerca do homem, da sociedade e da história. Ademais, procuraremos mostrar como o controle do Regime Militar, instaurado, a partir de 64, com a deposição do governo do presidente João Goulart, afetou o país de um modo geral e, principalmente, como a imprensa e demais setores da sociedade reagiram às mudanças trazidas com a nova gestão.

O segundo princípio, o da imanência, diz respeito ao levantamento das informações contidas em um documento. Ele caracteriza-se por um entendimento completo tanto histórico quanto crítico – e mesmo filológico – do texto em questão. Dada essa complexidade, o historiógrafo da língua deve afastar-se de sua formação lingüística individual e dos comprometimentos da Lingüística que lhes são contemporâneos. Durante o processo de restauração de um documento, o pesquisador irá buscar quais as idéias lingüísticas vigentes e os motivos pelos quais o autor do texto utilizou-se de determinadas construções gramaticais.

Por isso, no que concerne ao campo da Lingüística e da História, é fundamental que o pesquisador esteja ciente das limitações que o próprio texto traz consigo, tendo -se como pressuposto que o material em análise não representa um espelho fiel da realidade. Sem compreendê-lo em sua integridade, o historiógrafo não estará apto a prosseguir à etapa seguinte.

Pelo terceiro princípio, o da adequação teórica, o historiógrafo da língua poderá aventurar-se, enfim, a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceitual de trabalho, que permita, a ele, uma melhor apreciação de um determinado conceito. Essa aproximação entre o vocabulário técnico e a terminologia atual enseja o momento que chamamos de reatualização do documento. Nessa etapa final, as aproximações de dados possibilitarão tornar o documento acessível ao homem contemporâneo.

A operacionalização desses três princípios encerra, ao historiógrafo da língua, a possibilidade de apreensão das influências implícitas e explícitas, acerca do período em que o documento foi produzido, para que, então, possa compreendê-lo, interpretá-lo e, finalmente, adequá-lo ao momento atual.

Em nosso caso, a partir das considerações anteriores, nosso estudo buscará recuperar os aspectos lingüísticos e histórico-sociais presentes nos documentos que selecionamos dentre os veiculados na mídia impressa entre os anos de 1960 e 1970.

1.2. A Metalinguagem como recurso de análise

Outro aspecto a ser abordado, de singular importância para a HL, diz respeito ao recurso da Metalinguagem como instrumento de uso na análise que um historiógrafo da língua se propõe a fazer de um documento escrito. Ademais, a Metalinguagem é um recurso fundamental das ciências da linguagem. Do ponto de vista geral, a metalinguagem tem como fundamento a explicação do código pelo código. A linguagem tem função metalingüística quando discorre sobre o seu próprio conteúdo.

O recurso da metalinguagem situa-se ao lado dos princípios básicos da HL, como recurso necessário para apreensão da inovação ou formulação de uma teoria. Nesse aspecto, o tempo que separa o historiador do documento que examina precisa ser observado e, principalmente, explicado.

A metalinguagem é um recurso que deve ser operacionalizado antes da aplicação dos princípios propostos por K.Koerner. Como recurso de observação, ela é fundamental no processo de interpretação de um texto e deve, ademais, preceder essa etapa. Por meio dela, o historiógrafo utilizará a própria língua como forma de reportar-se a ela.

Presume-se que o autor de um documento saiba para quem ele está escrevendo. Assim, ele lança a sua história no documento e o leitor, decerto, faz o mesmo ao decodificar e interpretar as informações nele contidas. Se pensarmos que cada uma das partes – autor e leitor – é possuidora de um universo de conhecimentos e experiências de vida, podemos deduzir, por conseguinte, que o documento acaba dialogando com a história de vida de cada uma delas. Sobretudo, dialoga com a visão de mundo do autor do texto e de seu respectivo leitor. Convém ressaltar, aqui, que o próprio uso da língua pressupõe “visões” de mundo.

Essa dupla “visão” de mundo pode nos passar, em certo momento, algo relacionado à ideologia. Nessa perspectiva, compete ao historiógrafo da língua a imparcialidade na reconstrução histórica de um documento. Não cabe a ele emitir qualquer tipo de juízo de valor. Embora reconheça a importância da visão de mundo refletida no objeto de investigação, a HL está, de fato, preocupada com a língua.

Segundo K.Koerner (1996), a metalinguagem originou-se das reflexões de filólogos e matemáticos. Em sua concepção, ela é um recurso que a linguagem se utiliza para explicar a própria linguagem. O documento reflete aspectos da realidade cujo pesquisador se encarregará de interpretar. Para que se possa dialogar com o documento – interpretá-lo – o pesquisador terá de, primeiramente, lê-lo, compreendê-lo. Caso contrário, corre-se o risco de expô-lo a distorções interpretativas à época em que fora produzido.

Levando-se em consideração que a HL é uma área do conhecimento, seu objetivo é, por um lado, refletir sobre conceitos difundidos em períodos passados utilizando os mesmos termos em voga à época de produção do documento. Por outro lado, a HL tornará acessíveis, ao leitor, as presentes teorias de épocas passadas, utilizando termos atuais, sem provocar distorções dos significados originais. Mas, para que o recurso da metalinguagem seja aplicado de maneira bem sucedida, é preciso que, paralelamente, o historiógrafo exerça, de forma eficiente, a aplicação dos princípios K.Koerner.

Marly de Souza Almeida (2003) enfoca o uso da metalinguagem, acrescentando, a este, outras formas de metalinguagem, relacionadas à aplicação desse recurso. Dentro desse quadro de análise, M.S.Almeida apresenta-nos a seguinte subdivisão: metalinguagem científica, metalinguagem de usos, metalinguagem de apropriação, metalinguagem literária e a metalinguagem crítica ou de formas. Para a nossa pesquisa, servimo-nos da metalinguagem científica e a de usos.

A metalinguagem científica diz respeito ao caráter científico que imprime ao trabalho do pesquisador, já que este toma a linguagem como recurso para reportar-se à linguagem-objeto. Pode ser a língua ou um aspecto dela. Essa linguagem-objeto traduz o mundo, o que faz com que metalinguagem seja um recurso ao alcance de diversas áreas do conhecimento, uma vez que tudo pode ser transformado em linguagem.

A metalinguagem de usos consiste na técnica de questionamento que volta para a própria palavra, bem como para as estruturas lingüísticas que a compõe. Trata-se da linguagem que descreve a própria língua, no sentido de traduzi-la, questioná-la e refletir sobre ela. Um exemplo da metalinguagem de usos em nossa pesquisa pode ser verificada na matéria jornalística de *O Globo*, de 7 de setembro de 1964, intitulada *Castelo afirma em Curitiba que o povo não deseja uma ditadura* (Anexo A-06). Trataremos dessa amostra no capítulo de análise.

As contribuições apontadas por M.S.Almeida revelam-se expressivas, uma vez que o desdobramento do recurso da metalinguagem, em diferentes categorias,

torna-se de grande utilidade para o trabalho de investigação desempenhado pelo historiógrafo da língua, direcionando suas atitudes ao analisar um documento.

K. Koerner propõe-nos a metalinguagem como um recurso de análise de documentos do passado. O recurso da metalinguagem deve ser operacionalizado antes da aplicação dos princípios básicos da HL. O tempo que separa o historiador do documento que examina precisa ser observado e, principalmente, explicado.

Portanto, o recurso da metalinguagem é de grande relevância para o trabalho de investigação a ser desempenhado pelo historiógrafo da língua, já que este, por ser um pesquisador de um tempo e o documento que examina de outro, lança mão de tal recurso com o objetivo de evitar equívocos no processo de análise científica dos fatos lingüísticos.

1.3. Historiografia Lingüística: a interdisciplinaridade

Qualquer pesquisa em HL supõe a interdisciplinaridade. Quando os primeiros debates acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos da Historiografia Lingüística surgiram em meados da década de 1960, verificou-se a ruptura com conceitos considerados, até esse momento, absolutos. As primeiras discussões originaram-se das mudanças do paradigma científico e da relativização de determinados conceitos com outras áreas do conhecimento.

Sob essa nova conjectura, em que a HL é concebida como uma área do conhecimento, já na década de 70, está inserido o seu caráter pluri e interdisciplinar e, portanto, a aproximação junto a outras ciências. Dessa forma, a exploração da amostra, segundo os princípios que regem a HL, exigirá, também, por parte do historiógrafo da língua, a competência de uma pesquisa inter e multidisciplinar no processo de investigação que envolve seu trabalho.

Tal aproximação com diferentes áreas do conhecimento possibilitará ao historiógrafo da língua, uma relação dialógica significativamente ampla e intrínseca, que se refletirá ao longo da metodologia operacionalizada na análise do

documento. Com isso, o historiógrafo estará apto a proceder à apuração dos fatos históricos da língua da forma mais abrangente possível, estabelecendo pontes de relação com as ciências sociais, como instrumentos para a referida análise. A partir de então, tem-se o estabelecimento de uma filosofia no que tange à descrição, ao estudo e à explicação da linguagem de um documento, em uma perspectiva histórica e, ao mesmo tempo, lingüística. Somente assim, será possível a compreensão das marcas lingüísticas deixadas no documento, revelando de forma fiel, aspectos históricos e culturais de uma determinada época.

A Lingüística serve-se do paradigma da interdisciplinaridade. Enquanto ciência da linguagem, ela evolui de forma significativa, à medida que observamos seu caráter interdisciplinar. Sua relação com outras ciências – sejam elas, cognitivas, sociais ou históricas – visa à explicação dos fenômenos lingüísticos em suas diferentes manifestações.

A Lingüística é uma ciência bastante recente, surgida no início da primeira metade do século XX, como uma alternativa de reorganização dos estudos gramaticais e filológicos do século anterior. Da passagem do século XIX para o século XX, o homem testemunha uma mudança de paradigmas, o que culmina no surgimento da Lingüística como uma ciência, portadora de uma metodologia e objetos próprios.

Ela surgiu em razão de alguns autores que apontavam para uma distinção entre a lingüística e a filologia. Paralelamente, a gramática comparada, no século XIX, fornece dados importantes que contribuem para o surgimento da lingüística no século seguinte.

Alguns fatores, como a Hermenêutica – forma filológica de leitura e interpretação do texto – e o biologismo lingüístico contribuem de forma relevante para o aparecimento da lingüística como ciência propriamente dita. Segundo Ricardo Cavaliere (2000), autores importantes, como August Scheleicher, que buscaram uma metodologia para os estudos da linguagem, também contribuem substancialmente.

Ao final do século XIX, Ferdinand de Saussure delimita o objeto da Lingüística e estabelece uma relação entre significados e conceitos. Sendo a língua a relação mais elaborada e mais completa dos homens, ele a classifica como uma entidade abstrata. Wilhelm von Humboldt, um dos grandes precursores da Lingüística pré-saussureana, discorda de F. de Saussure e observa que a língua materializa aquilo que está no pensamento do homem. Ele procura determinar o mecanismo e a natureza da linguagem e parte do pressuposto que a língua é uma atividade mental, constantemente voltada para a expressão dos pensamentos. Assim, ele faz uma associação entre o pensamento e a língua. A língua detém um mecanismo interno e, outro, externo. O externo caracteriza-se por ser exatamente a configuração fônica da língua. E acrescenta que a fala, realização individual do homem, é a materialização do pensamento.

Essa tendência vem dos gregos, que afirmavam haver uma relação entre o pensamento e a palavra. Na Idade Média, com o advento da gramática especulativa, os gramáticos concebiam a língua como um reflexo da realidade e como um diálogo entre o intelecto e o que o objeto representava fisicamente. Para eles, a inteligência dialogava com a realidade física subjacente, enquanto as palavras refletiam o mundo físico no qual as pessoas viviam.

Alguns autores da corrente idealista apresentavam uma tentativa de unificação de diversas áreas de conhecimento, como a etnolingüística, a psicolingüística, sociolingüística e lingüística aplicada. Ainda, conforme aponta R.Cavaliere, para o lingüista e filólogo alemão Karl Vossler, por exemplo, a linguagem devia ser vista como uma estrutura móvel e, para compreendê-la melhor, seriam necessários parâmetros como espírito e cultura, indivíduo e sociedade, criação e evolução, estilo e gramática.

Mortéza Mahmoudian (1982:37) destaca abaixo, o esforço de lingüistas, na primeira metade do século XX, na luta pelo reconhecimento da Lingüística como uma disciplina científica e oferece-nos uma visão sobre o funcionalismo da língua sob diversos aspectos, dialogando com outras teorias e traçando um

panorama da evolução da lingüística e de como ela, em sua diversidade teórica, se apresenta atualmente:

É possível elaborar várias teorias para o mesmo objecto, neste caso a linguagem. No entanto, nem todas elas valem. [...] O exame da adequação de uma teoria passa, necessariamente, pelos métodos que ela permite construir.

Nesse sentido, M.Mahmoudian pressupõe a Lingüística como uma teoria de metodologia própria, que abarca uma diversidade de outras teorias – as quais, segundo ele, possuem pontos comuns e convergentes e cuja relação com outras áreas vem contribuir para ampliar seu caráter de cientificidade. Contudo, M. Mahamoudian (op.cit.:36) observa a importância de que esse processo de interação com diversas teorias deva atender às necessidades do objeto:

Toda a teoria lingüística, dado que comporta hipóteses (por entre inúmeras possíveis) sobre o objecto (língua), deve ser apreciada conforme a sua adequação ao objecto.

A questão de como ocorrem os avanços científicos com base no conceito de modelos e paradigmas, entre diferentes áreas do conhecimento, nos é amplamente mostrada, pela primeira vez, na década de 1970, com a publicação da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn. Suas obras incidem sobre o campo da história e da filosofia da ciência e representam um marco importante no processo evolutivo do conhecimento científico. É importante salientar que T.S.Kuhn discutiu questões relacionadas à História e não especificamente direcionadas à HL. Pelas “revoluções” entendam-se as rupturas capazes de aplicar novos paradigmas a seus estudiosos.

A visão kuhniana de evolução científica encontra-se ensejada em um processo cíclico de continuidade e descontinuidade de paradigmas a cada nova etapa alcançada no processo evolutivo do conhecimento. Especificamente, o aparecimento de novas crises figura como um pólo catalisador para que seja dado o início ao debate, ao questionamento em relação a postulados anteriores e, por fim, ao estabelecimento de novas teorias. É dessa forma que o autor propõe uma nova reflexão acerca dos avanços científicos. Nessa conjectura, o estudo da HL perpassaria as Ciências Humanas e Sociais, dentre as quais, a Lingüística.

Para C.Altman (1998:27), no que concerne à questão da continuidade e descontinuidade:

[...] o fato de a produção do conhecimento não resultar da simples acumulação de conquistas passadas, progressivas, em uma mesma direção, não implica obrigatoriamente que tenha havido só rupturas.

C. Altman (op.cit.:27) ainda afirma que:

[...] ao invés de somente continuidade e acumulação, haveria de tempos em tempos períodos de descontinuidade e ruptura responsáveis pela formação de um novo paradigma, incomparável e incomensurável em relação ao que o precedeu.

Ao indagar qual seria, de fato, a incumbência do historiógrafo da língua quanto à reconstrução de práticas científicas do passado, C.Altman (op. cit.:27) ressalta que uma das missões da HL é o (re)estabelecimento de proposições trazidas por lingüistas do passado e as conseqüências advindas, dessas, para a produção e o desenvolvimento do conhecimento sobre a linguagem.

Na acepção de T.S.Kuhn (2001:95/184), a *emergência de novas teorias* demanda uma *destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal*. Segundo ele, o pesquisador não é apenas um mero coadjuvante, mas o eixo central no processo que resulta a ruptura e a ascensão de um novo paradigma, conforme é estabelecido:

[...] o pesquisador é um solucionador de quebra-cabeças e não alguém testa paradigmas. Embora ele possa, durante a busca da solução para um quebra-cabeça determinado testar diversas abordagens alternativas, rejeitando as que não produzem o resultado desejado, ao fazer isso ele não está testando o 'paradigma'.

Aos poucos, os postulados – e tudo o que, respectivamente, os engloba: os métodos, a seleção de problemas e seus critérios de solução – deixam de ser absolutos e cedem lugar à formação de um novo paradigma – que, por sua vez, representa a descontinuidade em relação ao anterior, que o precedeu. Essa relativização postulada por T.S.Kuhn também pode ser observada na obra de J.E.Nogueira Jr. (2005:10):

A perspectiva postulada por T. Kuhn faz ruir a pretensão de verdade absoluta que alguns conhecimentos arrogam. Assim, um novo paradigma que se ergue pode ser superado por outro, que, por sua vez, dará origem a outro, e assim se constrói uma cadeia espiral de conhecimento.

Assim, é nesse contexto que a HL, em parceria outras áreas do conhecimento, ascende como uma ciência que se propõe a estudar, a descrever e a

explicar a língua contida em um dado documento. Essa relação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento abordada, nesse subcapítulo, é, pois, uma parte integrante no processo de operacionalização dos pressupostos de K.Koerner, que contribui para o regaste não apenas histórico, mas principalmente lingüístico. Segundo J.E.Nogueira Jr. (1995:00), a HL fornecerá subsídios para a *atualização, tanto em termos de linguagem como de conceitos*.

Com K.Koerner (1995:36), podemos depreender ainda que a interdisciplinaridade, enquanto paradigma de pesquisa científica, presta auxílio à HL no que concerne a elucidação mais abrangente possível acerca dos fatos que envolvem a evolução histórica da língua:

[...] cabe ao historiógrafo o seguinte: grande demanda de preparo intelectual, amplitude de escopo e profundidade de saber, exigindo um conhecimento quase enciclopédico da parte do pesquisador, dado a natureza pluridisciplinar desta atividade.

Nesses termos, é imprescindível que o indivíduo, por trás do ofício de historiógrafo da língua, disponha de uma sólida formação acadêmica e cultural, a fim de que ele tenha fluência em estabelecer uma metodologia e possa levantar questionamentos em cima de um dado quadro de análise. Por isso, K.Koerner recorre ao termo *conhecimento quase enciclopédico*, uma vez que a HL transita por diferentes áreas do conhecimento, ao longo do processo de análise, e isso implica ao pesquisador e historiógrafo da língua um grau elevado de conhecimento.

1.4. A Historiografia Lingüística e a História

Estudando-se a relação existente entre a HL e a História verifica-se que a linguagem age por si mesma como instrumento na ligação que se estabelece entre

ambas. A seguir, serão levantados aspectos com o objetivo de relacionarmos a HL e a História.

A História teve sua origem na Grécia para nomear o “desejo desinteressado de conhecer elementos característicos da nossa civilização”. Heródoto foi o primeiro autor grego a nos transmitir diretamente a palavra história, dando assim a entender que queria apresentar aos seus leitores uma obra de caráter científico e não fictício ou meramente recreativo. Essa palavra foi empregada por ele em dois sentidos diferentes: pesquisa racional e resultado de tal pesquisa.

Mas foi ainda na Antigüidade que o termo passou a ser utilizado para designar a narração dos fatos e acontecimentos do passado, verificados como autênticos e dignos de memória, numa sucessão temporal.

A palavra história permanece em todos os idiomas, para relatar desde fatos reais e fictícios até pesquisa e crítica sistemática dos fatos. Determinado o conteúdo do termo de acordo com cada um dos momentos e lugares em que ele esteja contextualizado, podemos afirmar que em relação à Antigüidade greco-romana, a história para os gregos é moral por glorificar o homem, e pragmática, por projetar a utilidade que se poderá tirar dos conhecimentos acerca dos fatos passados. Já para os romanos, apresenta-se não só com intenções morais, mas também com intenções patrióticas. Em relação à Idade Média, a história toma uma dimensão filosófica baseada na nova visão de mundo imposta pelo cristianismo triunfante.

Para chegar à verdade de um fato histórico, o historiador deve, além da leitura dos documentos coletados, interpretá-los. Essa atividade exige um árduo esforço na análise, visto que o historiador trabalha com símbolos, instrumentos da linguagem humana.

Assim como o historiógrafo da língua, o historiador não deverá recorrer às suas emoções para descrevê-los e, sim, tender para o horizonte da intelectualidade, da objetividade. Na busca da interpretação através da intimidade com o ‘eu’ humano, o historiador deverá utilizar-se de recursos adequados para atingir seus objetivos.

Jean Glenisson (1977) destaca a importância da interdisciplinaridade entre a história e as outras áreas do conhecimento deixando claro que ela permaneça aberta a todas as iniciativas, influências, encontros. Ele propõe, assim, o diálogo da História com as demais ciências.

No que concerne à análise do documento, Vavy Pacheco Borges (1983) afirma que a realidade e o homem estão interligados no processo de produção da História. Esses aspectos são indissociáveis e, portanto, não podem ser analisados individualmente, conforme V.P.Borges (op.cit.:61):

O Historiador é um homem em sociedade, ele faz parte da história que está vivendo. Escreve sua história historicamente situado, ou seja, numa determinada época, dentro de condições concretas de sua classe, sua instituição de ensino ou pesquisa, etc.

Nessa conjectura, a relação entre a Lingüística e a História manifesta-se por pontos de contato entre a língua, pois esse é o elo entre a Lingüística e a História. A atividade de investigação, que consiste o historiografar, inicia-se no interesse do historiador levantando informações referentes ao texto, sem esquecer-se da interpretação. Convém ressaltar, que esses aspectos também valem para o pesquisador da HL.

A atividade historiográfica requer, por parte do pesquisador, um exercício aprofundado de leitura e interpretação do documento. Assim, o sucesso de uma análise dependerá não somente das metodologias corretamente empregadas no processo de análise, mas também do grau de leitura, compreensão e interpretação do historiador sobre o fato histórico descrito.

Como podemos observar, nas questões, aqui, levantadas, tanto a História quanto a HL, por se relacionarem com diferentes áreas do conhecimento, possuem caráter interdisciplinar. O diferencial da HL é que o historiógrafo da língua, ao se propor a fazer o levantamento dos dados lingüísticos, materializados em um

documento, necessita recorrer à História a fim de que possa resgatar o clima de opinião da época em que teorias e pensamentos se desenvolveram e, assim, interpretar, apreender o significado contido no documento e, por fim, trazê-lo à realidade. Explicaríamos, assim, a importância da relação da lingüística com a História em uma análise historiográfica.

1.5. O Argumento de Influência

Todo e qualquer documento – seja ele, um registro escrito ou oral – é, na realidade, intertextual. O documento conserva aspectos do homem uma vez que ele é resultado das influências da sociedade e da época que os recebe. A partir dessas considerações iniciais, procuraremos mostrar a maneira como o argumento de influência revela-se como um referencial sobre o autor do texto e a sociedade de seu tempo, no processo de interpretação do documento.

Ao produzir um texto, todo autor recebe influências externas a ele ao longo do processo de elaboração do documento. Em uma abordagem mais ampla, tais influências advindas da relação do produtor do texto com a sociedade moldam sua formação intelectual e acadêmica, seu papel na sociedade, o círculo social a que pertence, bem como todos os demais fatos externos circundantes à vida dele. É nessa acepção que J.V.Nascimento (2005:27) considera, na citação, a seguir, as influências recebidas pelo produtor do texto, um fator preponderante na construção do sentido do texto:

Procurando dar conta dessa reflexão, a concepção de influência que poderíamos apreender da posição de K. Koerner nos leva a considerá-la como um produto resultante do processo de socialização e, que de certa forma, é garantida pelo historiador/produtor no momento de elaboração do documento.

Assim, essa multiplicidade de influências resultantes da socialização do indivíduo compõe direta e indiretamente a formação crítica do produtor do documento. A socialização é resultado de um processo de aquisição de cultura, que engloba padrões de conhecimentos, valores éticos e morais, modos de pensamento, de agir e sentir as características dos grupos das sociedades em que vive um indivíduo. Nesse contexto, a família, a escola, as associações, os meios de comunicação e o meio social figuram como os principais agentes de socialização desse indivíduo.

Ademais, a socialização traduz-se pela integração de todos esses elementos de ordem sociocultural à personalidade do indivíduo. Podemos afirmar que esse é um processo cujos traços culturais compõem o intelecto e a personalidade do indivíduo no que compete ao desempenho de seus papéis sociais. Nessa perspectiva, as marcas textuais encontradas no documento geralmente refletem esse indivíduo pensante e crítico. Cabe-nos afirmar que, dessa forma, um documento sempre estará associado às influências que recebe seu produtor. Caberá ao historiógrafo da língua depreendê-las.

Embora K. Koerner não se proponha a apresentar um conceito de influência, cita como exemplos, escritores, lingüistas e estudiosos do século XIX, cujas obras foram influenciadas, especialmente, por teorias formuladas por autores de séculos passados. Essa remissão a teorias do passado ao presente fornece, ao produtor do documento, um quadro representativo acerca do conhecimento de mundo vigente em uma determinada época. (apud Nascimento, 2005:26)

Sobre as reflexões tecidas por K. Koerner, acerca da influência apreendida de concepções teóricas do passado, J.V. Nascimento (op. cit.:26) nos amplia-nos que

Os aspectos sócio-político-culturais, internalizados pelos indivíduos e compartilhados pela sociedade, tornam-se influenciadores tanto no processo de

interpretação e de ressonância das informações impressas nos documentos.

Ou seja, tanto as teorias e idéias formuladas no passado que, certa vez, exerceram influência sobre o documento em análise, quanto o conhecimento refletido das informações internalizadas [no documento], atuam, de certa forma, como um referencial para as futuras gerações de estudiosos, autores e pesquisadores. O conhecimento ressoa de múltiplas formas e não somente em seu estado primitivo.

Em nosso material de análise é possível elencar alguns fatores resultantes do ambiente sociocultural da época, que contribuíram para compor a identidade do produtor do texto, como o nacionalismo latente – embora, também, nos foi possível encontrar o uso de estrangeirismos na Língua Portuguesa, como é o caso da manchete *Amoroso Fêz os “Goals” da Vitória do Fluminense* (Anexo A-13), publicada na primeira página de *O Globo*, datada de 7 de setembro de 1964.

Ismael de Lima Coutinho (1976:196) explica que *as palavras inglesas introduzidas no português referem-se especialmente à indústria, viação, náutica, bebidas, arte culinária, exercícios físicos, jogos, etc.* É o que se verifica na manchete comentada no parágrafo acima – uma notícia de cunho esportivo .

A respeito do uso de estrangeirismo na Língua Portuguesa, Manuel Rodriguês Lapa (1965:36) posiciona-se da seguinte forma:

É inútil e até grotesco berrar contra isso. A adoção dos estrangeirismos é uma lei humana e particularmente portuguesa: constitui como que uma fatalidade, devida aos intercâmbios das civilizações. A língua, especialmente o vocabulário, só tem a lucrar com isso. O ponto está em que essa imitação não exceda os limites do razoável e não afete a própria essência do idioma nacional.

De fato, a opção pelo estrangeirismo no recorte analisado, de *O Globo*, não prejudica a compreensão da mensagem, dada a temática – no caso, esporte – em que tal palavra foi utilizada. Ademais, tal uso, para a época, estava em conformidade com as explicações dos autores supracitados.

No entanto, acerca da forma plural da palavra **gol**, Maria Helena Moura Neves (2003:383) afirma que:

[...] O plural de gol recomendado nos dicionários e gramáticas tradicionais é gois [plural regular dos nomes terminados em -ol]. Essa forma não ocorreu. O plural usual é gols, plural formado à maneira do inglês a partir da palavra aportuguesada gol, o que é apontado em algumas lições normativas como barbarismo.

Quanto à influência, podemos inferir – em um leque variado de hipóteses – que a opção de *O Globo* pelo uso do termo **goals** justificasse, à época, o momento de ascensão e prestígio em que se encontrava a cultura anglo-saxônica – a música, o cinema e a moda, principalmente. Poderia, também, denotar a disposição do emissor da mensagem em vincular o país à imagem de modernidade e prosperidade das nações economicamente desenvolvidas na década de 1960.

B. Fausto (2001:13) sugere que, por meio do próprio recorte histórico, seja possível apreender o perfil do historiador, por de trás de uma pesquisa, no que tange, diretamente, às concepções, idéias e influências recebidas por ele:

Qualquer estudo histórico, mesmo uma monografia sobre um assunto bastante delimitado, pressupõe um recorte do passado, feito pelo historiador, a partir de suas concepções e da interpretação de dados que

conseguiu reunir. A própria seleção de dados tem muito a ver com as concepções do pesquisador.

Ou seja, não somente o produtor de um documento, mas também o historiador ou o pesquisador de determinado assunto também recebe influências e ele as reflete no processo de análise e interpretação. Esses conhecimentos, apreendidos por ele, configuram fatores determinantes na estruturação e no desenvolvimento de uma pesquisa.

No capítulo de contextualização, a seguir, o levantamento dos dados será vital para o estabelecimento de um quadro de análise, a fim de que possamos depreender do contexto vigente, as influências possivelmente apercebidas pelo produtor do documento e, ao mesmo tempo, como elas constroem o sentido do texto.

Nessa acepção, é importante que entendamos como o regime instituído pelos militares exerceu uma profunda influência sobre os diversos setores da sociedade, assim como, a cultura, as correntes intelectuais e o clima de opinião da época convergem, juntamente, para moldar o intelecto do escritor no processo de descrição e explicação dos fatos representados no jornal.

Dentro desse quadro contextual, daremos enfoque ao controle e ao cerceamento à liberdade de expressão, exercido s pelo aparelho do Estado sobre a imprensa, faremos um levantamento da história do jornal *O Globo* no cenário político e cultural brasileiro, analisaremos a importância do jornal como documento histórico-lingüístico e a língua portuguesa naquela época.

– CAPÍTULO II –
**O CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DO BRASIL
NA DÉCADA DE 60**

O segundo capítulo propõe-se a uma contextualização da década de 1960 e da história do jornal *O Globo*. Dentro dessa perspectiva, faremos um levantamento histórico da sociedade brasileira desse período, da influência de *O Globo* – enquanto veículo de comunicação, na sociedade da época – e, por fim, da Língua Portuguesa em uso.

2.1. A História, a Política e a Cultura na década de 60

O início dos anos 1960 foi marcado pelo levante de alguns segmentos da sociedade (especificamente a classe operária, composta por trabalhadores rurais e da cidade), que se posicionaram contra o conservadorismo das elites, a violência e a exploração no campo. Nesse período, a imprensa exerceu um importante papel: jornais como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e os *Diários Associados* faziam duras críticas ao governo de João Goulart.

Com a chegada dos militares ao poder, no começo de abril, uma ditadura foi implantada no Brasil. Grupos de opositores, formados por políticos, estudantes, artistas e membros da Igreja passaram a ser reprimidos. A esquerda submergiu na clandestinidade e os mandatos de vários parlamentares foram cassados; a maioria dos direitos constitucionais foi suspensa e, logo, substituída por uma série de atos de exceção, sob a justificativa para a preservação da segurança nacional.

O país crescia com a internacionalização da economia advinda da gestão de Juscelino Kubitschek e a rápida industrialização baseada em tecnologia importada e capital externo, enquanto os veículos de comunicação de massa passavam a exercer o papel de difusores da produção de bens duráveis e não-duráveis. Mesmo assim, a economia enfrentava problemas, como a inflação em alta e sinais de desaceleração do crescimento. Foi nessa época, que os jornais ainda podiam

publicar algumas notícias contrárias aos interesses do governo, como, por exemplo, denúncias de tortura de presos políticos nas prisões. Embora essas denúncias fossem apuradas, o governo sempre concluía que não havia provas suficientes.

Os meios de comunicação de massa foram diretamente afetados com o golpe de 1964, uma vez que o sistema político vigente e a situação socioeconômica do país foram modificados em prol de um modelo econômico voltado para o desenvolvimento nacional.

Com a promulgação de uma nova Constituição, em 1967, os veículos de comunicação passaram a operar sob as restrições do Ato Institucional no. 5, o qual concedia ao Poder Executivo o direito de censurar os veículos. As redações passaram a ser controladas por censores da Polícia Federal, que vetavam notícias e artigos, que fossem desfavoráveis aos interesses do governo. Além de estimular a prática da autocensura, evitando, assim, qualquer publicação que pudesse levá-los a serem enquadrados e processados na Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo presidente Marechal Castelo Branco, um instrumento criado sob o argumento de que ações contrárias ao poder representavam ameaças à segurança do país.

O advento da censura também refletiu-se nas artes: filmes, músicas, peças de teatro que, porventura, veiculassem mensagens consideradas subversivas, perante o sistema, eram proibidos. Diversos artistas, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, entre outros, tiveram suas obras censuradas e muitos deles foram obrigados a deixar o país.

Em 1967, com a criação do Ministério das Comunicações, o governo consolidou a implantação de importantes mudanças estruturais no setor e contribuiu para a redução da interferência de organizações privadas sobre as agências reguladoras. Assim, é importante observarmos o papel decisivo do Estado no desenvolvimento e na regulamentação dos meios de comunicação de massa.

O endurecimento da política vigente e o conseqüente aumento da repressão geraram um sentimento de insatisfação na população, além de acarretar o surgimento de organizações clandestinas com fins exclusivos de arrecadação de dinheiro e armas para a estruturação de um grande movimento guerrilheiro que

visasse à deposição da ditadura militar. É a partir desse momento, que se iniciaram as revoltas armadas. O ápice dessas manifestações, lideradas por grupos de extrema-esquerda, culminou com a operação de seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, em troca da libertação de presos políticos.

2.1.1. Panorama Político-Cultural

Ao final da década de 1950 – na transição para os anos 60 – o rádio seguia uma auspiciosa trajetória de ascensão e consolidava-se como um importante veículo de comunicação de massa. Nesse período, o país contava com 735 estações. Programas esportivos e policiais desfrutavam de grande apelo popular. A Rádio Tupi, com sede em São Paulo, e a estatal Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, figuravam entre as principais emissoras de rádio do país. Dessa época, faziam parte os programas o *Repórter Esso*, veiculado na Rádio Nacional; o *Correspondente Nacional*, *Balança mas não cai* e *Gente que Brilha*.

Foi nesse contexto que os programas esportivos e os policiais ganharam notoriedade e se popularizaram. Mas, foram as radionovelas, os carros-chefe das emissoras. As primeiras novelas brasileiras foram produzidas no rádio. Elas eram, em boa parte, responsáveis pelo auge do rádio nesse período. Um dos sucessos foi a novela *Direito de Nascer*, posteriormente, adaptada para a TV Tupi, em 1965. Outros destaques que marcaram a época de ouro do rádio brasileiro foram os seriados *Jerônimo, o herói do sertão* e *O Sombra*.

Grandes nomes da cultura nacional saíram das rádios. E, aqui, podemos citar artistas como: Emilinha Borba, Mário Lago, Paulo Gracindo e Silvio Santos. As músicas da Jovem Guarda também ocuparam um espaço na programação das rádios, com a veiculação do programa *Hoje é dia de rock*, apresentado pelo jornalista Carlos Imperial, que logo se tornou um sucesso de audiência.

Outro ícone de sucesso no rádio foram os quadros apresentados pelo lendário DJ Big Boy, transmitido pela Rádio Mundial AM, filiada do Sistema

Globo de Rádio. Esse DJ é lembrado pela importante contribuição que deu para a divulgação da música norte-americana, no Brasil. Anos mais tarde, Big Boy se tornaria repórter do jornal “Hoje”, da TV Globo, e coordenador de uma emissora de rádio, voltada para o rock dos anos 70. Big Boy faleceu em 1977, aos 32 anos.

Apesar de esse veículo ter sempre desempenhado um importante papel no registro de episódios importantes na vida social, cultural e política do país, a chegada dos anos 60 coincide com o fim de seu apogeu. O rádio iniciou a progressiva caminhada à decadência em meio a uma crise decorrente da popularização da televisão ao final dos anos 50.

Assim, com a consolidação da televisão, a audiência do rádio sofreu um expressivo recuo. O impacto maior deu-se nas radionovelas. E até mesmo programas de grande clamor público, como os policiais *Patrulha Cidade*, que mesclavam dramaturgia e fato real, sentiram os reflexos da crise. A chegada da Rede Globo de Televisão, em 1965, agravou esse cenário, quando muitos atores deixaram o rádio, para aceitar convites de trabalho na televisão.

A crise decorrente do êxodo de artistas e a conseqüente diminuição da audiência impulsionaram a tomada de novos horizontes, tendo como medida prioritária, a mudança nas grades de programação. As emissoras deixaram de exibir novelas, programas de auditório e humorísticos. Na busca pela segmentação, esses programas cederam lugar à música e a programas de variedades, que passaram a exercer, também, a função de prestadores de serviços de utilidade pública.

O enfraquecimento das emissoras de rádio também foi agravado com o Regime Militar. A entrada do AI-5 – e a censura total à imprensa – fez com que muitos profissionais – em sua maioria, jornalistas – fossem afastados e colocados sob investigação do governo. A década de 1960 – particularmente, o ano de 1968 – representou o ápice de uma época em que, também, se testemunhou uma onda de protestos em outros lugares do mundo. Nesse sentido, Zuenir Ventura (1988:133) faz um contraponto dos acontecimentos no Brasil com o que se sucedia na França:

Ao contrário do movimento francês, não se lutava no Brasil contra abstrações como a “sociedade de opulência” ou a “unidimensionalidade da sociedade burguesa”, mas contra uma ditadura de carne, osso e muita disposição para reagir. As barricadas de maio de Paris talvez não tenham causado tantos feridos quanto a “sexta-feira sangrenta” do Rio, para citar apenas um dia de uma semana que ainda teve uma quinta e uma quarta quase tão violentas.

No início da década de 1960, dez anos após a chegada da Televisão ao Brasil, o número de televisores atingia duzentos mil. Com a popularização e o barateamento dos aparelhos receptores, esse número atingiria um milhão, em 1962. O advento do videoteipe impulsionou o início de uma nova Era na produção televisiva brasileira, quando os programas, comerciais e telejornais deixaram de ser transmitidos ao vivo e passar a ser editados. A primeira emissora a fazer uso desse advento tecnológico foi a TV Rio, com o programa *Chico Anysio Show*, estreado em março de 1960. Paralelamente, em 21 de abril daquele ano, as Emissoras Associadas, de Assis Chateaubriand, transmitiram, ao vivo, a inauguração da cidade de Brasília. Outro marco na história da televisão brasileira deu-se em 20 de dezembro de 1961, com o *Vigilante Rodoviário*, o primeiro seriado brasileiro.

Adjacentes ao sucesso das novelas televisadas e ao lançamento de seriados estava a associação da televisão aos festivais de música. É nesse contexto que se enseja o surgimento da Jovem Guarda, um programa televisivo exibido a partir de 1965, sob o comando de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa. Considerado um estilo conservador, se comparado às bandas de rock britânicas e norte-americanas, a Jovem Guarda despontou como um movimento em que música e entretenimento contrapunham-se ao discurso ideológico de outros artistas da época.

Faziam parte dos festivais, também, Os *Golden Boys*, um grupo musical formado no final da década de 50, pelos irmãos Renato, Roberto e Ronaldo Correia. No auge do sucesso, eles excursionavam pelo país, levando uma legião de jovens ao delírio em suas apresentações em festivais e programas musicais da TV Record. Um outro fenômeno musical, da geração anos sessenta, foi Demetrius, compositor de sucessos como *Ritmo de Chuva*, dentre outras canções que marcaram sua carreira. Mais tarde, porém, Demetrius abandonou os palcos no auge do sucesso, parase dedicar à família.

Embora a Jovem Guarda tenha sido um elemento difusor de modos e costumes na sociedade da época, o sucesso duraria até o final da década de 60. A partir de então, entraria em declínio por suas composições não estarem alinhadas com o momento político que o país atravessava. Assim foi conduzido, em parte, o panorama cultural da televisão na década de 1960: festivais, shows de auditório, grupos musicais como *Quarteto em Cy* e bandas, como os *Golden Boys*, *Renato e seus Blue Caps* e *Os Incríveis*, inspirados em quartetos de rock norte-americanos.

A década de 60, na televisão brasileira, foi sobretudo influenciada por diversos acontecimentos importantes, como as mudanças sociais, o avanço tecnológico, a repressão trazida com o Regime Militar, o surgimento da Jovem Guarda, a ascensão do cinema brasileiro, o sucesso da bossa-nova e o surgimento das principais emissoras de televisão do país, no meio televisivo – algumas delas, perduram até os dias atuais, como a Rede Globo, a Rede Record e a Bandeirantes – encerra-se com outro marco histórico: a transmissão, ao vivo, realizada pela Rede Globo, em parceria com a TV Tupi, da chegada do Homem à Lua, em 20 de julho de 1969.

No Cinema, presenciou-se o apogeu da produção cinematográfica brasileira que se estendeu até o final da década de 1970, quando, então, entrou em decadência. Produções como *O Pagador de Promessas* (1962), de Anselmo Duarte – baseado na peça homônima de Dias Gomes, foi a vencedora do prêmio “Palma de Ouro”, no Festival de Cannes – *O Padre e a moça* (1965), *Terra em Transe*

(1967), de Glauber Rocha; e *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, foram destaques da época.

O Cinema Novo, em sua primeira fase, tem início 1960 e término em 1964. A maioria das obras, desse período, procurou retratar a miséria do povo nordestino e dos trabalhadores rurais. Exemplos disso são as adaptações para o cinema da obra *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha.

O início do Regime Militar, em 64, inaugurou a segunda fase do Cinema Novo. A ditadura no Brasil fez com que determinadas produções brasileiras assumissem um rumo diferente na abordagem dos temas. O enfoque, que não deixaria de manifestar uma crítica ao Regime, passou a ser o cotidiano das pessoas – mais especificamente, da classe média – nos grandes centros urbanos.

A terceira fase do Cinema Novo marca o declínio do cinema brasileiro pós-68. Sua proposta mostrar-se-ia influenciada pelo Tropicalismo e alheia à abordagem da crítica política. Suas produções passaram a priorizar a questão da liberação sexual da época. Talvez por esse motivo muitos críticos considerem o cinema brasileiro pós-68, politicamente vazio. Ao final da terceira fase do Cinema Novo, na transição para a década seguinte, tem-se o surgimento de um novo movimento, o Cinema Marginal.

No exterior, a década de 60 foi marcada por uma extensa lista de produções, que incluía de gêneros musicais, suspenses, comédias – que retratavam o amor livre e o que era moda na época, o conflito pós-guerra – a dramas que versavam sobre questões importantes que, de certa forma, desafiavam o paradigma estadunidense do *'American Way of Life'*. Como exemplos, temos as seguintes obras do cinema norte-americano e do cinema europeu: *Bonequinha de Luxo* (“Breakfast at Tiffany’s”, EUA, 1961), baseado no romance de Truman Capote; *Lolita* (Lolita, 1962, EUA/Reino Unido), adaptação da obra do russo Vladimir Nabokov; *A Primeira Noite de um Homem* (“The Graduate”, EUA, 1967), de Mike Nichols, *Adivinhe quem vem para jantar* (“Guess Who’s Coming To Dinner”, EUA, 1967), protagonizado por Sidney Poitier, *Depois daquele beijo* (“Blow up”,

Reino Unido, 1967), de Michelangelo Antonioni; e *Beijos Proibidos* (“Baiser Volés”, FRA, 1968), de François Truffaut.

Embora a imprensa tivesse a liberdade para publicar e comentar informações a respeito do que era destaque no cinema da época, a veiculação dos filmes, em território brasileiro, geralmente, estava sujeita aos ditames do regime militar.

No teatro, o Brasil não estava imune às discussões do contraponto de ideologias comunistas e capitalistas. Grupos como o Arena e o Oficina refletiam a tendência do neo-realismo italiano e defendiam fervorosamente o nacionalismo, adotando uma postura antiimperialista e anticapitalista. Prova disso, é a peça *Os pequenos burgueses*, do escritor russo Máximo Gorki, encenada em diversas capitais brasileiras, de 1963 a 1965.

Com o início da ditadura, em 64, o regime passou a hostilizar e perseguir os intelectuais ligados à classe artística e aos meios de comunicação que se posicionassem contrariamente ao governo. A intensificação dos mecanismos de censura, a partir de 1964, colocou diversas produções sob a fiscalização dos censores da Polícia.

Marcos Napolitano (2006:44) trata a questão da censura e do que ele chama de “*patrulhas ideológicas*”, como um elemento desagregador no cenário artístico brasileiro, na transição para os anos 70 e assim continuou ao longo da década seguinte:

[...] a questão das patrulhas ideológicas anunciava o fim de um tipo de atividade intelectual e artística cujo centro era a idéia do intelectual-artista messiânico, porta voz da nação e do povo, elo da sociedade civil com o Estado (e a sociedade política como um todo).

Segundo M.Napolitano (op.cit.:45), os anos de cerceamento da liberdade artística e da burocratização do ensino superior vi riam contribuir, mais tarde, para

o surgimento da *indústria da cultura*. Quanto ao papel da imprensa, a discussão em torno das “*patrulhas ideológicas*” acabou ficando restrita ao segmento mais sensacionalista e os efeitos advindos do golpe de 64 viriam a ser, sobretudo, irreversíveis, mesmo com a proeminente abertura política:

Os efeitos do golpe militar e da modernização capitalista sobre a cultura foram de tal modo impactantes que, quando o regime anunciou a sua agenda da abertura política, a esfera pública assistiu a um debate enviesado em que já não se sabia para quem estavam direcionadas as obras engajadas, quem era o inimigo a ser combatido, como retornar o elo perdido com a política cultural do passado.

Paradoxalmente, a despeito do momento político que vivia o país, a cultura brasileira, em meados de 1968 – especialmente, a música – atravessava uma fase de excepcional criatividade, revelando resistência ao governo da repressão. Artistas, intelectuais e músicos da época, como Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros costumavam expressar suas críticas e o descontentamento com o Regime por meio do uso de metáforas, parábolas, coreografias e imagens.

É o caso das canções de protesto, como: *É Proibido Proibir*, de Caetano Veloso – ironicamente proibido de cantar, sob as vaias do público, na fase eliminatória do III Festival Internacional de Canção, realizado no teatro TUCA, em São Paulo –, *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré; *Roda Viva*, *Cálice* e *Apesar de você*, de Chico Buarque, cujas letras faziam utilização de uma linguagem metafórica em uma alusão negativa ao Regime, como revela o trecho da canção *Apesar de você* (1970), composição de Chico Buarque:

Hoje você é quem manda, falou, tá falado, não tem discussão, não

*A minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão, viu
 Você que inventou esse estado e inventou de inventar toda a escuridão
 Você que inventou o pecado esqueceu-se de inventar o perdão
 Apesar de você, amanhã há de ser outro dia
 Eu pergunto a você onde vai se esconder da enorme euforia
 Como vai proibir quando o galo insistir em cantar
 Água nova brotando e a gente se amando sem parar
 Quando chegar o momento, esse meu sofrimento vou cobrar com juros,
 juro
 Todo esse amor reprimido, esse grito contido, esse samba no escuro.*

O acirramento entre as ideologias de esquerda e de direita também permeou o cenário da Música Popular Brasileira ao longo dos anos 60, conforme nos mostra o trecho de uma reportagem, intitulada *O que fazia a cabeça rebelde dos anos 60*, publicada no *Jornal do Brasil*, em 19 de julho de 1992: *Em 1968, ou se era a favor da guitarra e do imperialismo ianque, ou se preferia o violão, o batuque do samba e a viola nordestina, em nome da resistência da MPB.*

Em 1967, teve-se o surgimento do Tropicalismo – movimento cuja heterogeneidade de culturas marcou sua identidade. Assim como a Jovem Guarda, o Tropicalismo originou-se de uma série de festivais realizados pelas redes de televisão Record, em São Paulo, e Globo, no Rio de Janeiro. Ele recebeu, igualmente, influências de segmentos da cultura pop nacional e internacional, mas diferenciou-se pela estética. Os tropicalistas não tinham como compromisso estabelecer abertamente um discurso ideológico; eles acreditavam que a estética, por si mesma, expressaria a realidade sociopolítico-cultural da época. Assim, de certo modo, muitos de seus artistas também foram alvos da perseguição durante os anos do Regime.

Com a entrada em vigor do Ato Institucional No. 5 (AI-5), o governo endureceu a censura à liberdade de expressão, e, por isso, a atuação do departamento de censura frente à repressão no meio cultural tornou-se uma prática

freqüente. Por fim, resultou na prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil, em 27 de dezembro de 1968 – apenas quatorze dias após a promulgação do AI-5, pelo presidente Arthur da Costa e Silva. Ambos permaneceram presos por quatro meses, antes de embarcarem para o exílio.

A Tropicália significou, sobretudo, a retomada da Antropofagia reminiscente de artistas da década de 20, como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. Sua proposta consistia na universalização da música brasileira, com a mescla de gêneros, instrumentos e ritmos de diferentes culturas. Canções como *Alegria, Alegria, Domingo no Parque* e *Tropicália* refletem as características desse movimento. Dentre os principais representantes do Tropicalismo estão: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rogério Duprat, Maria Bethânia, Jorge Ben, Júlio Medaglia e os Mutantes – grupo formado pelo trio Arnaldo Baptista, Sérgio Dias e Rita Lee. Embora o movimento tenha se extinguido na década 1970, a Tropicália serviria de referencial para as futuras gerações de artistas.

Fora do Brasil, testemunha-se a ascensão da arte da improvisação do Jazz, a consolidação de astros da música *pop*, como Burt Bacharach e Shirley Bassey, cujas canções *The Look of Love, Diamonds are Forever* e *The Liquidator*, respectivamente, embalsamaram a trilha sonora de obras cinematográficas da época. O rock britânico despontava para o mundo com a polarização de duas bandas: *The Beatles* e *The Rolling Stones*, ambas surgidas no início dos anos 60. Em fevereiro de 1964, os *Beatles* iniciavam sua histórica turnê pelos Estados Unidos. Posteriormente, o jornal *O Globo* publicava na primeira página, de sua edição de 28 de setembro daquele ano, a seguinte manchete: *Beatlemania rende US\$1 milhão*. Outro ápice na seqüência de acontecimentos históricos no mundo da música dos anos 60 se repetiria entre os dias 15 e 17 de agosto de 1969, com a realização do Festival de Woodstock, nos EUA.

A música brasileira, por sua vez, ao longo da década de 60, consolidou-se no exterior. A Bossa-Nova surgida no final da década de 1950, como uma conjugação do jazz e do samba, ascendeu no mundo da música, quando o músico e

maestro brasileiro Antônio Carlos Jobim (1927-1994) subiu ao palco do Carnegie Hall, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, para apresentar-se no Festival de Bossa-Nova, realizado no ano de 1962. Cinco anos mais tarde (1967), Jobim retornaria aos EUA; desta vez, para gravar um dueto da canção *Garota de Ipanema*, ao lado do cantor norte-americano Frank Sinatra (1915-1998).

2.1.2. Panorama Histórico-Social

Na década de 60, a população brasileira recenseada pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegava a 70.070.457. Essa época é marcada pela explosão demográfica e o êxodo de pessoas das zonas rurais, decorrente do crescimento econômico e do avanço tecnológico verificados nos grandes centros urbanos, nas regiões sul e sudeste.

Nem mesmo a obra de Paul Teyssier (2004:97), *História da Língua Portuguesa*, que aborda de maneira peculiar, no trecho a seguir, as mudanças na língua portuguesa, no Brasil – desde os primórdios do Descobrimento à sua contemporaneidade – deixa de observar como a relevância desse fato, mais especificamente a diversidade cultural que disso resulta, incide sobre os falantes da Língua Portuguesa, no que tange à constituição do português falado e escrito no país:

Com a explosão demográfica e o crescimento econômico, o antigo Brasil rural transformou-se, nos nossos dias, num “subcontinente”, onde zonas desenvolvidas de civilização urbana coexistem com regiões subdesenvolvidas.

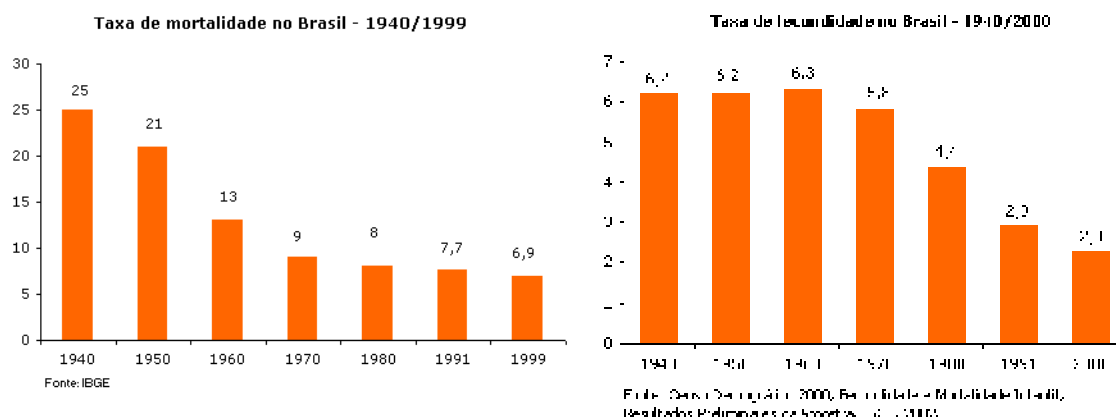
Assim, conforme a tabela abaixo, podemos depreender que, entre as décadas de 50 e 60, verifica-se um salto expressivo no número de residentes da

população urbana e um crescimento inferior da população rural, decorrente da migração dos residentes em zonas rurais para os grandes centros urbanos:

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856

Fonte: IBGE. Tabela - População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996

A queda da taxa de mortalidade e a redução da taxa de fecundidade nessa época também figuram como sendo dois fatores determinantes da transição demográfica, caracterizada pela mudança de um nível alto de mortalidade e fecundidade para níveis mais baixos, o que alterou significativamente a estrutura etária da população, conforme mostra o gráfico:

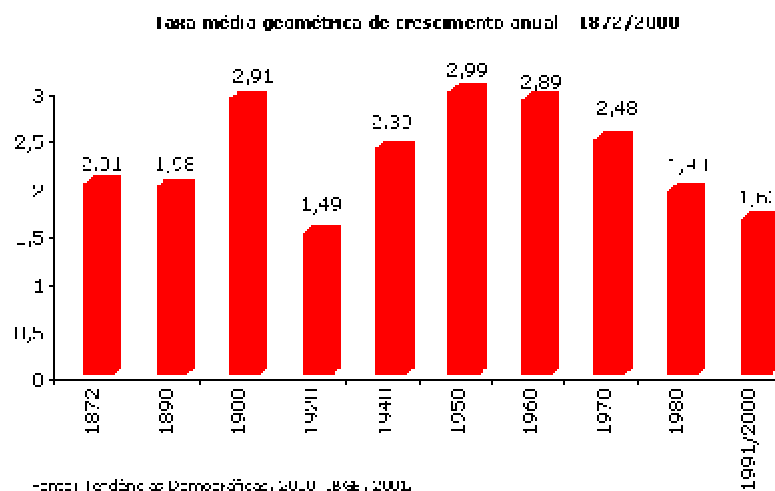


De acordo com estudo realizado pelo IBGE, observa-se que o segmento mais idoso da população brasileira sofre um rápido aumento a partir dos anos 60,

quando o número de idosos começou a crescer em ritmo bem mais acelerado do que as populações adulta e jovem, conforme nos relata Boris Fausto (2001:532):

Tratava-se de uma população essencialmente jovem, pois quase metade dela (49,6%) tinha menos de vinte anos. Mas, como vinha ocorrendo desde 1960, crescera o índice de envelhecimento, isto é, o número de velhos (65 anos e mais) para cada cem jovens (quinze anos e menos). Esse índice era de 6,4% em 1960, passou a ser de 7,5% em 1970 e 10,5% em 1980.

Em contrapartida, o ritmo anual de crescimento do número de nascimentos passou, imediatamente, a cair. Nesse aspecto, o declínio da fecundidade fez com que se iniciasse um processo contínuo de queda da taxa média geométrica de crescimento anual (gráfico abaixo) e de estreitamento da base da pirâmide etária e, conseqüentemente, de envelhecimento da população.



Durante o governo de João Goulart, de 1961 a 1964, o país experimentou um período de agravamento dos problemas econômicos e de recuo do setor

industrial. Ao mesmo tempo em que o país passava por dificuldades, discutiam-se alternativas para reaver o desenvolvimento alcançado em anos anteriores.

Após a entrada do governo militar, a alta inflacionária era um dos problemas com que a nova gestão se defrontaria. Assim, as primeiras medidas tomadas visavam ao combate à inflação, por meio da redução do crédito, do controle dos salários e da emissão de moeda.

Em 1965, surgiram algumas das grandes reformas no sistema financeiro que impulsionaram a modernização do Estado. Nessa época, verificou-se a criação do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Ambos vêm consolidar a política monetária interna, definindo as taxas de juros e as regras de concessão de crédito. Sucessivamente, foram introduzidas a lei de mercado de capitais, o Código Tributário, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Superado o período recessivo da gestão Goulart e dos primeiros anos do Regime – de 1964 a 1967 – o país adentrou a fase do chamado *milagre econômico*. Essa foi a denominação escolhida à época para caracterizar a fase de ascensão que a economia brasileira passou a conhecer. Esse período de crescimento econômico teve início em 1968 e estendeu-se até 1973.

Fator de estratégia e relevância no desenvolvimento de um país frente a diversas áreas e também no delineamento das relações de emprego, de renda e de qualidade de vida, a Educação sempre ocupou um lugar de destaque na pauta de discussões de diferentes governos. Os vários debates acerca desse tema, no Brasil, datam das décadas de 30 e 40, durante a Era Vargas, quando aconteceram as primeiras reformas educacionais mais importantes, como a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base (LDB, Lei nº 4.024/61), em 1961.

Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDBEN 4024/1961) a legislação educacional passa a reconhecer a integração completa do ensino profissional ao ensino regular, estabelecendo-se a equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento dos estudos. A Lei, conforme artigo 1º, foi inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. O ensino ficou assim

organizado: ensino primário – duração de quatro anos; ciclo ginásial do ensino médio – duração de quatro anos; e ciclo colegial do ensino médio – duração de três anos. Solange Maria Moraes Tenório (2006:57) comenta como essa lei evidenciava aspectos doutrinários do Regime sobre o ensino da língua:

De cunho ideológico, a LDB nº4.024/61 apresenta os anseios dos governantes dessa época: liberdade, respeito, unidade nacional, preservação e expansão do patrimônio cultural, igualdade de classe ou raça. Tudo isso, ligado à educação, exalta um sentimento de nacionalismo exarcebado ante a imposição de uma doutrina político-ideológico que estabelece uma política lingüística no tocante ao ensino da Língua Materna.

Essa lei estabelece que o ensino de Português seja constitucional. As diretrizes para o curso ginásial estão centradas no reforço à leitura e à compreensão de textos, que deveriam estar enquadrados à faixa etária do aluno. Para o curso colegial, o ensino de Português viabiliza que o aluno busque auxílio na comunidade e vice-versa; como a tendência é a profissionalização, o plano prevê o ensino de apenas das bases gerais da língua, para que o indivíduo possa, nesse período, estudar aquilo que direcionasse seus objetivos.

Durante o governo de João Goulart, tem-se a criação do Conselho Federal de Educação. O CFE foi o catalisador para a criação de planos e comissões, como o *Plano Nacional de Alfabetização (PNA)*, *Comissão, Plano Nacional de Educação (PNE)* e a *Comissão de Cultura Popular*. Esses incentivos, por parte da gestão Goulart, tinham como meta a extinção do analfabetismo, atendendo, assim, às exigências da *Carta de Punta del Este*.

Com a deflagração do golpe militar, em abril de 64, esses planos foram extintos. A partir de então, o Regime instituiu uma série de medidas que visavam assegurar a centralização de poder. Contudo, estabeleceu uma nova política de

parcerias com instituições civis que pudessem contribuir para o desenvolvimento no setor.

A nova gestão também firmou parcerias internacionais, como o que se verificou entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency International for Development* (USAID). O acordo, assinado por ambos, visava ao aperfeiçoamento do Ensino Primário, bem como a contratação de seis assessores americanos por dois anos. A aliança com os norte-americanos na Educação, entretanto, não foi bem recebida por determinadas entidades brasileiras do setor, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que enxergavam nesse acordo uma interferência dos EUA na educação brasileira.

Quando chegou ao Poder, pelo golpe de 64, uma das medidas prioritárias dos militares, foi conter manifestações políticas, por parte de forças consideradas reacionárias, como, por exemplo, as advindas da classe estudantil. Para ilustrar essa questão trazemos a reflexão do texto institucional da UNE, publicado em seu sítio da Internet:

A partir do golpe de 1964, tem início o regime militar e a história da UNE se confunde ainda de forma mais dramática com a do Brasil. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. A sede da UNE na praia do Flamengo foi invadida, saqueada e queimada no dia 1º de Abril. O regime militar retirou a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade.

Nessa perspectiva, o Regime dissolveu o poderio de representatividade da UNE, no âmbito nacional, com a criação dos Diretórios Acadêmicos (“DAs”) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), restringindo-o, assim, a cada curso e universidade, respectivamente. O resultado foi que a UNE ficou à margem da

legalidade. A sede da instituição, localizada no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada.

Em 1966, já sob o governo militar, foi promulgado o Decreto-Lei Nº53 com a finalidade de promover uma reforma universitária e caracterizá-la como instituição de ensino e pesquisa. O decreto determinava, ainda, que fossem elaboradas mudanças na estrutura das instituições, visando a evitar o desperdício de recursos.

No ano seguinte, o índice de analfabetismo no país já ultrapassava os 30%. Diante desse fato, a Lei 5.370 cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – também conhecido como MOBRAL – visando à erradicação do analfabetismo no Brasil em um prazo de dez anos. O MOBRAL não deu certo, acabou extinto após denúncias de corrupção.

O Regime Militar passou, então, a priorizar a expansão do Ensino Superior. Resultado disso são as aberturas de diversas universidades públicas, ocorridas entre 1965 e 1969. Nesse período, foram fundadas: a Universidade de Itaúna, em Minas Gerais; a Universidade do Maranhão, a Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande, na Paraíba; a Universidade Federal de Ouro Preto, a de Viçosa e a de Uberlândia, em Minas Gerais; a de Pelotas, a de Caxias do Sul e as universidades de Rio Grande e a do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Em um artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 26 de novembro de 2006, Maura Pardini Bicudo Vêras, comenta a situação da Educação brasileira, nesse período:

No Brasil, como um todo, até a década de 1960, o sistema público tinha maior participação no número de matrículas, em torno de 55%. A partir de então, houve uma acentuada inversão, com o crescimento do sistema privado, que atingiu pouco mais de 60% no início da década de seguinte.

Apesar do número crescente de universidades, as mesmas instituições não conseguiam absorver o número excedente de candidatos. As vagas eram insuficientes. Assim, estabeleceu-se como critério de ingresso o vestibular classificatório. Esse cenário prevaleceu até o final da década de 60, quando, então, verificou-se a ascensão do ensino privado no setor.

A centralização do Estado sobre a Educação ampliou-se ainda mais, quando entrou em vigor o Decreto-Lei 477, em 26 de fevereiro de 1969. No uso das atribuições, que lhe permitia o artigo 2º do Ato Institucional No.5, de 13 de dezembro de 1968, o Estado estabeleceu um conjunto de infrações disciplinares – praticados por professores e demais funcionários vinculados à Educação – passível de punição pelo rigor da lei.

De fato, a preocupação do governo com a influência de uma ideologia esquerdista, no Ensino Universitário, apareceu representada em uma publicação *O Globo*, de 07 de setembro de 1968, que selecionamos para a análise, ao que o deputado Eurípides Miranda classificou essa influência de *terrorismo cultural* e ressalta a necessidade de solucionar esse descompasso com os interesses do governo, neste setor. A promulgação deste Decreto-Lei 477 legitimou o banimento da liberdade de pensamento e expressão. Evitaria, também, manifestações estudantis de caráter político como a *Passeata dos Cem Mil*, ocorrida em 26 de junho de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, e rigorosamente reprimida pela polícia.

Como em outras áreas, o esporte brasileiro, na década de 60, não ficou imune aos ditames do Regime Militar. E essa influência deu-se justamente no esporte de maior clamor popular, o futebol. Na década de 60, o país consagrava astros como Pelé, Didi e Garrincha. A Copa do Mundo de 1962, sediada no Chile, marcou a sétima participação da Seleção Brasileira em Copas. Ao final do campeonato, em 17 de junho, o Brasil conquistou o segundo título mundial, com a vitória de 3 a 1 sobre a Tchecoslováquia, no Estádio Nacional de Chile, em Santiago.

Uma década atrás, o Brasil já havia alcançado o reconhecimento mundial, quando conquistou a Copa do Mundo, em 1958. Na ocasião, a vitória foi associada à gestão em exercício, mais diretamente ao presidente Juscelino Kubitschek, que levou a fama de “pé quente”.

Tal prática de associar o governo à imagem de uma seleção próspera e vitoriosa, para fins de panfletagem política, foi habilidosamente engendrada pelo Regime, durante os anos 60 e início dos 70, e percebida na maneira como a imprensa utilizava a língua portuguesa para retratar o fato. Exemplo disso é a notícia publicada, na primeira página de *O Globo*, em 07 de setembro de 1970, cuja manchete é *Tricolor foi melhor em tudo* (Anexo A-15), em que um evento esportivo de caráter regional transformou-se em assunto federal com a presença do presidente Médici na entrega da taça ao time vitorioso, do dia da comemoração da Independência do Brasil. Adiante, no capítulo de análise, analisaremos detalhadamente o conteúdo noticioso dessa manchete.

O mesmo, no entanto, não aconteceu com a Fórmula 1: os militares não usaram esse esporte para fins de marketing político, como forma de promover o governo brasileiro. Embora, a Fórmula 1 já fosse, a essa época, um esporte bastante consagrado, ao redor do mundo, no Brasil, seu apelo, junto à população, ainda não se comparava ao do Futebol. Contudo, a imprensa escrita brasileira, dos anos 60, deixou registrado o momento glorioso na carreira de pilotos estrangeiros em ascensão, como foram os casos do norte-americano Phil Hill, que conquistou o troféu em 1961; do inglês Graham Hill, vitorioso em 1962 e em 1968; do escocês Jim Clark, considerado, naquela época, o rei das “pole-positions” e vencedor de dois campeonatos (1963 e 1965); e de Jackie Stewart, apelidado de o “escocês voador”, que conquistou seu primeiro campeonato em 1969. Sua carreira auspiciosa, na Fórmula-1, render-lhe-ia, ao final, a marca inigualável de 27 vitórias – recorde que só foi superado na década de 80. O Brasil não conquistou títulos na década de 60; contudo, a partir da década seguinte, o país passaria a integrar o seleto grupo de pilotos campeões, iniciando com o título mundial conquistado por Emerson Fittipaldi, em 1972.

2.2. O Golpe de 1964 e o Regime Militar: 1964-1970

Em março de 1964, semanas antes do golpe, em um comício acontecido no dia 13, no centro do Rio de Janeiro, o presidente João Goulart, voltava a manifestar o seu desejo e o comprometimento com a adoção de medidas para a realização da reforma agrária. No entanto, a questão da reforma agrária era considerada um dos pontos mais complexos das reformas de base, complexidade, que dividiu opiniões no Congresso.

Somado a esse impasse político, à crescente mobilização popular e ao desaquecimento da economia, estava um governo cada vez mais enfraquecido e no meio de um confronto de ideologias opostas. De um lado, os que conclamavam urgentemente por mudanças e reformas sociais e, de outro lado, um segmento conservador, que desejava a reorganização dos aparelhos políticos do Estado e a retomada do crescimento econômico. Esses elementos de ordem política contribuíram, decerto, para a derrubada de João Goulart, conforme Otávio Dulci (2004:16) relata-nos:

A análise da crise envolve a consideração de vários fatores, mas é importante frisar que o núcleo da questão estava na esfera política – na impossibilidade de superação dos crescentes antagonismos entre as correntes político-partidárias, que por sua vez refletiam constelações de interesses de interesses sociais organizados.

Em 31 de março, diante de um cenário caótico de incertezas, de impasses e ruptura política, de manifestações populares e, portanto, da crise institucional em que se encontrava a gestão do presidente João Goulart, um grupo liderado por generais deflagrou um golpe militar e, então, destituiu-o do Poder. Contudo, o golpe contra João Goulart não foi um ato deliberado apenas por parte dos militares.

Eles também contavam com o apoio de segmentos civis da sociedade, igualmente conservadores, conforme relata René Armand Dreifuss (2006:389):

Os vários movimentos civil-militares identificáveis e ativos contra o governo de João Goulart no início da década de sessenta poderiam ser agrupados, a grosso modo, em três tendências convergentes que possuíam ramificações nacionais.

De acordo com R.A.Dreifuss, o agrupamento desses segmentos civis com militares da extrema direita, de *linha dura*, aos poucos, contribuiu para que os movimentos político-militares ganhassem força

Adolpho João de Paula Couto (1999:107) também relata a preocupação da elite com a infiltração e a propaganda esquerdista, que resultou no surgimento, ao final de 1961, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, com o objetivo de preservar a liberdade e a democracia nacionais:

O IPES, porém, não se restringiu ao empresariado. Passaram a integrar seus quadros profissionais liberais, militares da reserva, clérigos, funcionários públicos, etc.

Deflagrado o Golpe Militar, o primeiro Ato Institucional (AI-1) foi promulgado em 09 de abril de 1964. Os militares assumem o poder e tem-se o início de uma nova era na História da nação brasileira. De acordo com B. Fausto (op.cit.:466), o novo governo passa a governar por decreto, por meio do chamado Ato Institucional (AI), e introduz uma política interna, determinando a cassação de mandatos em qualquer nível, a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até dez anos, além da extinção dos partidos e a implantação de um sistema bipartidário.

A indicação do novo presidente da República deu-se três dias após, com a escolha do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. B. Fausto (op.cit.:468) relata-nos esse momento importante na História do Brasil, quando os militares tinham acabado de ascender ao Poder:

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional. A 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966

Reportagem publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 16 de janeiro de 1985, que celebrava o fim de vinte anos de ditadura, explica que a preferência pelo nome de Castelo Branco, à época, “resultou de um processo híbrido: civil e militar”. Ou seja, mais um indicativo de que a tomada de Poder, em 1964, não foi uma deliberação isolada.

Em meados de 64, o país encontrava-se dividido ideologicamente, entre a esquerda – formada basicamente por milícias das quais faziam parte, estudantes universitários, artistas, intelectuais e jornalistas da época – e a direita – constituída por uma elite conservadora. Subjacente à seqüência de acontecimentos desencadeados com o Golpe de 64, a esquerda brasileira dividiu-se em vários segmentos: os mais moderados e aqueles que, influenciados pelo ideário do comunismo europeu, defendiam a luta armada para derrubar o governo instaurado. Em virtude disso, diversos militantes foram a Cuba com o intuito de receberem o treinamento necessário.

Embora este não seja o objeto específico desta pesquisa, convém, no entanto, ressaltarmos a importância que se faz necessária no sentido de compreender a história, a trajetória e a concepção ideológica da esquerda brasileira desde seu surgimento para que, nessa acepção, possamos depreender que o

descontentamento com uma elite e poder dominantes – além, da necessidade de uma revolução – advinha havia décadas.

Luiz Sérgio Henriques (2006:66) traça um panorama da esquerda no Brasil e enfoca que com a Declaração de Março de 1958, tem início um marco histórico da luta de classes, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o então principal partido comunista brasileiro, na época – estabeleceu parâmetros cujos objetivos deveriam ser o de uma *revolução nacional e democrática*. Por essa segunda, entenda-se: *uma reforma agrária radical, golpeando o latifúndio, aliado interno do imperialismo, e assim incorporaria as massas rurais à sociedade moderna*.

Em sua fase inicial, a Revolução Militar significou a adoção de medidas-chave que pudessem alicerçar o novo sistema que, ali, se instalava. Dentre os fins da Revolução de 64 estavam: a defesa das instituições militares; a eliminação do ideário comunista pela chegada ao Poder; e o restabelecimento da ordem, para que as reformas legais pudessem ser implementadas, conforme carta dirigida à nação, à promulgação do Ato Institucional Nº 1, em 09 de abril de 1964:

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.

A edição do Ato Institucional Nº. 1 preservava a Constituição de 1946 e as respectivas emendas, mas, no que referia à escolha dos futuros sucessores ao cargo

de presidente da República, a partir de fevereiro de 1966, ela deveria ser feita mediante o voto dos parlamentares do Congresso Nacional.

Art 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em 31 (trinta e um) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de 2 (dois) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

O resultado é que, dali em diante, os presidentes eleitos seriam militares. A tomada do poder resultou em um expurgo de grandes proporções, com a cassação de senadores e deputados federais, além do afastamento de juízes, funcionários civis e militares, ligados à gestão predecessora.

Os primeiros vinte e um dias do Regime Militar foram marcados pela repressão e pelo crescente controle nos meios de comunicação. A nova ordem vigente no poder começava por estabelecer parâmetros para o controle daquilo que deveria – ou não – ser publicado pela imprensa, embora os segmentos mais influentes da mídia impressa e, também, as emissoras de rádio e televisão se posicionassem contrários, a ponto de manifestarem apoio a campanhas em defesa da democracia.

As primeiras medidas implantadas pela nova gestão do presidente Castelo Branco visavam à dissolução de organizações consideradas, perante aos militares, como subversivas, golpistas e, portanto, nocivas à pátria e à instauração do novo regime.

Na citação abaixo, Nelson Werneck Sodré (1966:514) destaca que um dos aspectos da crise nos meios de comunicação, que permeou o Regime Militar, foi a aliança de empresários da imprensa brasileira com grupos estrangeiros. Esse foi o caso do polêmico acordo entre *O Globo* e o grupo norte-americano *Time-Life*, que

parecia contrariar as leis brasileiras, na medida em que uma empresa brasileira de comunicações não poderia configurar uma brecha para a entrada de interesses de empresas estrangeiras no país:

A polêmica entre as partes a respeito da infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão brasileiras proporcionaria ao público a oportunidade de conhecer os bastidores e alguns segredos das empresas dedicadas a tais atividades, e corresponderia, evidentemente, a um aspecto da crise desses meios de comunicação do pensamento.

E complementa, à página 515, que:

A liberdade de imprensa, “como de resto qualquer outra concepção – escreveria um ensaísta – requer uma adaptação contínua às necessidades sociais emergentes, sob pena de se transformar na negação de si mesma e numa simples ideologia de dominação”

Em 1967, tem início o segundo governo militar. O general Arthur da Costa e Silva, Ministro do Exército, na gestão antecessora, assume a Presidência da República, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Durante o seu governo, crescem a repressão e a oposição ao sistema. No mesmo ano, cria-se o Ministério das Comunicações. O Regime encontra mais um mecanismo para alicerçar seu esquema de censura e manipulação ideológica. Vários veículos de comunicação são incluídos entre as instituições e indivíduos considerados subversivos perante o governo.

Naquele ano, o governo intensifica o rigor no controle de informação e, conseqüentemente, da liberdade de expressão, com a promulgação da Lei de Imprensa (Lei nº.5.250), em 09 de fevereiro de 1967:

Lei de Imprensa 5.250. 09/02/1967. Art. 12: Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da Liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

O decreto do Ato Institucional nº5 (AI-5), promulgado, em 13 de dezembro de 1968, pelo governo do presidente Arthur da Costa e Silva, institui uma nova série de restrições na política nacional, ampliando a presença do Estado no cerceamento das liberdades individuais, de defesa, pensamento e expressão. O Congresso Nacional é fechado e as garantias constitucionais, suspensas por tempo indeterminado.

Segundo Juarez Bahia (1990:313), o AI-5: *impõe total controle dos meios de comunicação de massa, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão, livro, cinema, teatro, música, disco e todas as formas de expressão à censura prévia*. No que tange a censura prévia, ela, de fato, já existia desde o início do regime, em 1964. Com o AI-5, no entanto, o governo amplia a rigidez e sua envergadura de atuação. Ademais, esse Ato Institucional outorgava, ao presidente da República, *o poder de intervenção nos Estados e municípios, de suspender ou afastar de suas funções funcionários civis e militares, de confiscar bens, confinar ou expulsar pessoas, cassar mandatos, invadir domicílios, suspender direitos políticos*.

Outro aspecto do AI-5, ressaltado por A.J.P. Couto (1999:206), era que ele *suspendia a garantia de hábeas corpus nos casos de crimes políticos contra a*

segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, excluídos da apreciação judicial todos os atos em consequência do Ato .

Como consequência do endurecimento da censura à liberdade de informação, manifestações de civis e de entidades em prol da liberdade de expressão ocorrem em diversas capitais brasileiras.

Conseqüentemente, a partir daquele momento, uma onda de repressão toma conta do país. A Polícia Federal age reprimindo manifestantes e efetuando prisões pelo país. Em Brasília, a polícia prende estudantes na Universidade de Brasília (UnB). No Rio de Janeiro, um ato de manifestação termina em tragédia, com a morte de dois indivíduos e vários feridos a tiros. Em São Paulo, o jornal *O Estado de S.Paulo* é surpreendido pela ação da Polícia Federal, que apreende diversas edições.

A censura, a perseguição e a repressão aos mecanismos de imprensa adentrariam a década de 70 com mais rigor, culminando no desaparecimento de dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na perseguição e no assassinato de presos políticos, como foi o caso do jornalista Wladimir Herzog, em uma prisão do DOI-CODI, em outubro de 1975, conforme relata J. Bahia (op.cit.:315) acerca do mecanismo repressor do regime :

Nos porões do aparelho estatal de repressão, a censura traça o perfil de uma ditadura antropófaga, mais sofisticada e cruel que a de 1937. O silêncio que se abate sobre a imprensa devora testemunhos, como no caso dos desaparecidos em que não há processos, registros, mandatos de prisão ou atestados de óbito.

A ditadura de 1937 a que J. Bahia se refere, no trecho citado, acima, é o regime engendrado pelo Estado Novo, quando a gestão do presidente Getúlio Vargas decretou, àquela época, o fechamento do Congresso, a cassação de

adversários políticos e pessoas consideradas subversivas ao sistema, e a censura aos órgãos de imprensa.

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral e seu estado de saúde deteriora-se. Assim, uma junta militar assume o Poder até que seja escolhido um novo nome para a presidência da República. Externamente, as ações promovidas por grupos de militantes guerrilheiros, contrários ao regime, crescem proporcionalmente à onda de repressão instaurada pelo governo. Assim nos conta B.Fausto (2001:481):

A junta militar respondeu com várias medidas formais de repressão, à escalada da esquerda radical. Esta começou a seqüestrar membros do corpo diplomático estrangeiro para trocá-los por prisioneiros políticos.

É nesse contexto que ocorre o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. Esse momento histórico da luta armada brasileira resultou na edição de mais dois Atos Institucionais, os de números 13 e 14. Ambos previam a pena de banimento e a pena de morte.

Ao final de 1969, em 30 de outubro, tem início o terceiro governo militar, dessa vez, sob o comando do General Garrastazu Médici. A transição de governo fora realizada mesmo com seu antecessor ainda vivo. Dentre as realizações da gestão Médici, destaca-se o início da construção da rodovia Transamazônica. Paralelamente, de 1968 a 1974, o país presenciava o fortalecimento da aliança civil-militar, à medida que a economia crescia a um ritmo superior a 10% ao ano. Apesar de o país estar vivenciando a Era do chamado “milagre econômico”, críticas e opiniões contrárias ao *status quo*, geralmente, continuavam sendo punidas com perseguição, prisão e tortura. Tal edificação institucional alicerçada nesses cinco primeiros anos de regime mostra-nos a preocupação dos militares na continuidade do regime e, portanto, na salvaguarda do poder. Ao mesmo tempo, os

resultados da política econômica consolidavam a opção por um modelo de desenvolvimento nacional.

No cenário internacional, ao final da década de 60, o mundo ainda convivía com os reflexos do pós-guerra, dentre os quais a luta ideológica entre o capitalismo e o socialismo, claramente demarcada por acontecimentos que se tornaram eixos referenciais de uma época: na América Latina, o conflito da Baía dos Porcos, em 1962, envolvendo diretamente os Estados Unidos, Cuba e a antiga União Soviética; no Brasil, a instabilidade seqüencial de dois governos, que culminou em uma ditadura militar, em março de 1964; e, finalmente, na Europa, a construção da chamada “Cortina de Ferro”, na antiga Berlin Oriental, que dividiu a Alemanha em duas porções: uma oriental, socialista, pertencente à ex-URSS; e, a outra, ocidental, capitalista, sob o apoio dos EUA e países aliados. O muro permaneceria erguido ao longo de trinta anos até sua derrubada, em dezembro de 1989.

De certa forma, o mesmo aconteceria no Brasil. Tãmanha, a pressão de vários segmentos da sociedade, ao longo dos anos, que o processo de abertura política tornou-se inevitável quando o país adentrou a década de 1970. Contudo, essa abertura foi lenta e gradual. Em 1978, aos 31 de dezembro, já no quinto governo militar, teve-se a revogação do AI-5. Com o seu fim, houve a abertura política, a redemocratização e a volta do regime de liberdade de expressão. No ano seguinte, em 1979, a Imprensa divulgou o anúncio do governo, que concederia anistia aos exilados políticos. E na primeira metade na década de 80, o último governo militar marcou o fim de um ciclo.

O Regime Militar, nessa etapa, encontrava-se enfraquecido pelo clamor das manifestações públicas das *Diretas Já*, em meados de 1984. O sistema havia ruído e a ditadura havia-se desfeito. Ainda assim, o Regime deixaria um lastro: a eleição do Presidente da República, que marcava o fim de duas décadas de ditadura, seria conduzida, mais uma vez, pelo Congresso Nacional. Somente ao final da década de 80 é que a nação brasileira seria livre para exercer o direito de voto. Fernando Collor de Mello, empossado em 15 de março de 1990, foi o primeiro presidente da República Federativa do Brasil, eleito pelo voto direto.

Embora, neste subitem, tenha-se evidenciado, com dados, a questão da opressão do Regime Militar sobre a sociedade brasileira, na década de 60, não podemos de sconsiderar, todavia, a questão levantada, na página seguinte, por A.J.P.Couto (1999:255), acerca do ele se refere a *uma das acusações mais contumazes e incisivas que se fazem à Revolução de 64 é aquela que procura identificá-la com a prática corriqueira das torturas, representando o ápice da violência repressiva*. De fato, existe um lugar-comum, digamos, em endossar ao Regime Militar todos os malefícios dessa época. Portanto, essa visão, menos difundida nas publicações sobre esse assunto, vem contribuir ainda mais para ampliarmos a abordagem acerca dos anos de ditadura e, obviamente, não pode ser excluída.

Tais afirmações classificadas de *contumazes e incisivas*, na opinião desse autor, deixam transparecer um caráter faccioso e, portanto, certa parcialidade, pelo modo *apaixonado* como são feitas determinadas abordagens. A.J.P.Couto ainda ressalta que, na luta dessas duas forças hegemônicas, pelo Poder, a esquerda brasileira também se utilizou de meios e da violência para tentar atingir seus objetivos e argumenta que, nesse processo, os atos criminosos cometidos por militantes e organizações de esquerda foram, geralmente, omitidos no registro da história:

Não temos elementos para afirmar que não houve torturas, mas temos para dizer que a reconhecida capacidade dialética da esquerda radical soube criar um clima de parcialidade em relação a elas, omitindo a sistemática violência por ela empregada em sua insensata luta pelo poder.

Decerto, lacunas vazias como essas, encontradas na História, podem constituir um fator preponderante, para que apenas um lado da informação seja legitimado como verdadeiro. Porém, qual a relação desse fato com o nosso objeto

de estudo? O produtor do documento encontrará, na língua, os mecanismos para moldar e adequar a sua visão de mundo. Por isso compreendemos que um assunto complexo, desse porte, requeira uma interpretação, levando-se em conta a coexistência de diferentes versões a respeito do mesmo fato, além, das influências recebidas pelo autor – assunto, este, já analisado no Capítulo 1.

2.3. História do jornal ‘O Globo’

Irineu Marinho foi o fundador do jornal. Nascido em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, aos 19 de junho de 1876, filho de um português, guarda-livros, João Marinho Coelho de Barros e de Edwiges de Souza Barros, falecida em 1887, desde cedo, Irineu Marinho revelou inclinações para a área de comunicação. No colégio onde estudou, fundou o Grêmio Literário Sílvio Romero, além de dois jornais para estudantes, “A Pena” e “O Ensaio”.

Com a Revolta Armada, ocorrida entre 1893 e 1894, Irineu Marinho muda-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde começa a trabalhar no jornal “O Diário de Notícias”, de Rui Barbosa, na função de revisor. Ao longo de sua carreira nesse jornal, Marinho desempenhou diversas funções.

Antes de fundar *O Globo*, Irineu Marinho já havia exercido presença em diversos jornais, como: *A Tribuna* e o prestigiado *A Notícia*, onde, nesse último, teve oportunidade de ter como colegas, Arthur de Azevedo e Olavo Bilac.

À época da fundação do jornal ‘O Globo’, a imprensa carioca era um cenário vasto e atuante com 22 publicações, entre jornais e revistas. Entre os matutinos, contavam-se o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt; *O Jornal*, de Assis Chateaubriand; *O País*, que desapareceria com a Revolução de 1930; e o *Imparcial*. Entre os vespertinos, destacava-se *A Noite*, que fora fundado e dirigido, tempos antes, por Irineu Marinho. Entre as revistas, havia a *Revista da Semana*, *Fon-Fon*, entre outras.

Como *O Globo*, a princípio, não circulava aos domingos, as edições de segunda-feira costumavam priorizar a cobertura de acontecimentos do dia anterior, mais comumente da área ligada a esportes.

O espírito pioneiro de Irineu Marinho sagrou-se, também, na história da imprensa pelas campanhas que promovera, algumas com repercussão muito tempo depois de sua morte, como a campanha “Dêem Asas ao Brasil”, lema criado por ele próprio. Foi em uma das salas da redação de seu jornal “A Noite”, que se realizou a primeira reunião da organização do Aero Club Brasileiro – na qual havia exercido vários cargos na diretoria e era sócio benemérito – a campanha da Aviação Civil. Nesse aspecto, convém ressaltar que, no início do século XX, o jornalismo, por não ser uma profissão regulamentada, estava sujeito às leis de mercado. Assim, muitos jornalistas exerciam, também, a função de publicitários.

Irineu Marinho falece em decorrência de um ataque cardíaco, aos 21 de agosto de 1925, menos de um mês da fundação do jornal. Com a morte de Irineu Marinho, Euricles de Matos, nascido em 1897, natural de Salvador, e então secretário, assume o cargo de diretor-redator-chefe de *O Globo*, com a incumbência de continuar os propósitos traçados por seu fundador, conforme documentos de arquivo do jornal *O Globo*:

Euricles conduziu o jornal em rumos que não o comprometiam com o regime discricionário e que, ao contrário, o indicavam cada vez mais como fiel intérprete dos sentimentos populares e defensor da ordem jurídica, freqüentemente violada pelos tenentes interventores.

Entretanto, em 5 de maio de 1931, o jornal sofria o segundo impacto, desta vez, com a morte Euricles de Matos. Nessa data, a segunda edição fora tarjada e, nela, seus colegas lamentaram a perda do antigo colaborador de Irineu Marinho. A

partir de então, o primogênito da família Marinho, Roberto Pisani Marinho, assume o controle do jornal.

Época de grande efervescência cultural, no Brasil dos anos 20, o contexto político no qual o país concebe o nascimento do jornal *O Globo* coincidiria, décadas mais tarde, com os anos 1960, período em que esta pesquisa está largamente situada.

Na década de 20, havia dificuldades para fundar-se um jornal. O Brasil enfrentava um momento político igualmente tenso. O país estava sob estado de sítio e a ordem do presidente Arthur Bernardes era manter a imprensa sob constante vigilância e severa censura. É nesse cenário que surge o jornal *O Globo*.

Fundado em 29 de julho de 1925, uma quarta-feira, *O Globo* inaugurou sua longa jornada com a publicação de 33.435 exemplares, dividida em duas edições vespertinas – a primeira edição saiu, às 18 horas, com oito páginas; e a segunda, duras horas mais tarde, com sete páginas – ao preço de 100 réis, valor que prevaleceu até o ano de 1934. Às duas seguintes edições, do dia 30 de julho, somaram-se 29.850 exemplares e as duas do dia 31, atingiram 23.480.

O Globo teve entre seus primeiros colaboradores, pessoas da sociedade, caricaturistas e escritores, como Mário de Alencar, Raul Bopp e Idelfonso Falcão. O nome do jornal foi uma sugestão do jornalista Elói Pontes, em alusão a um antigo jornal carioca, fundado e dirigido por Quintino Bocayuva. Posteriormente, o nome seria o escolhido em um concurso popular para a definição do nome do jornal, uma vez que Marinho julgava ser, a escolha o nome, um direito do leitor.

As sugestões para o nome do jornal foram recebidas até o dia 1º de junho, à rua Bethencourt da Silva, nº 15, onde a Redação do vespertino já estava instalada no Edifício do Liceu de Artes e Ofícios. Exatamente 26.520 cartas foram enviadas à redação entre 28 de maio e o início de junho, sugerindo 369 títulos distintos, dentre os quais: “Correio da Noite”, “O Globo”, “Última Hora”, “O Tempo”, “O Cruzeiro”, “A Tarde” e “A República”.

Ao término do concurso, o nome vencedor foi o “Correio da Noite”, porém o título já era de direito de uma outra pessoa, o que impossibilitou a adoção desse

nome. Assim, foi escolhido o segundo título mais votado, “O Globo”. Seis mil quatrocentas e sessenta e duas assinaturas foram concedidas de brinde aos votantes. Desse total, 3.382 pessoas haviam votado na primeira opção, “Correio da Noite”; enquanto 3.080, no “O Globo”.

Na década de 30, o Brasil viveu um clima de instabilidade política. Nesse cenário, *O Globo* testemunhou a queda do presidente Washington Luís, deposto pela Revolução de 1930 e, em seguida, publicou uma entrevista com Agildo Barata, responsável pela *tentativa de revolução comunista deflagrada na Praia Vermelha e no Campo dos Afonsos*. (O Globo, 20.07.2000). Em razão disso, o jornal é invadido e a edição apreendida. Como se pode observar, a censura à liberdade de informação e de expressão já advém dessa época.

Na década de 40, tempos difíceis novamente. O país voltava a enfrentar o clima de instabilidade e o cerceamento à liberdade de expressão e direitos civis. O *Estado Novo* do presidente Getúlio Vargas fecha o Congresso e impõe censura à imprensa, conforme relata N.W. Sodré (op.cit.:440):

A relação dos desmandos que caracterizaram o Estado Novo não cabe, evidentemente, aqui. As conseqüências que essa forma totalitária do governo trouxe à imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema da ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura para compreender quão graves e profundas foram.

Assim como fariam os Militares, décadas depois, em 64, o regime de Vargas alicerçou sua gestão sob a égide de uma política centralizadora e autoritária, a ponto de prender líderes políticos e sindicais e colocar interventores nos governos estaduais. Dessa época, *O Globo* privilegiou a cobertura da Segunda Guerra Mundial, com destaque à entrada do Brasil.

Na década de 50, do período Pós-Guerra, os jornais brasileiros de grande prestígio, dessa época, do eixo Rio - São Paulo, posicionavam-se favoráveis à entrada de capital estrangeiro como meio para o desenvolvimento econômico do país. R.A.Dreifuss (2006:86) destaca a aproximação do setor privado com os militares em prol do desenvolvimento econômico e industrial. *O Globo*, nesse aspecto, não era exceção.

Segundo, o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001:2544):

[...] ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, O Globo manteve-se na oposição apoiando a política do Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizou maior combate à inflação e restrição ao crédito.

Ao final da década de 50, *O Globo* promove uma extensa cobertura sobre um escândalo de corrupção desvendado no Palácio do Catete, em 1954. Nessa época, surgem, também, segmentos menores da imprensa, de caráter nacionalista, como foi o caso do jornal *O Semanário*, que começou a circular em 1956, no início do governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Com o início da década de 60, *O Globo* destaca a mudança da capital federal, da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, aos 21 de abril de 1960, liderada pelo presidente Juscelino Kubitschek, e lança uma campanha em prol dos cariocas, denominada *O Rio sempre será o Rio*. Ao final da gestão de Juscelino Kubitschek, *O Globo* apoiou, de maneira irrestrita, a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República. O apoio da UDN foi igualmente fundamental para a vitória do pleito sobre o candidato opositor, o marechal Henrique Lott. Contudo, o vice de Jânio, João Goulart, pertencia ao PTB – mesmo partido do qual o marechal fazia parte.

Apesar do suporte dado ao pleito, *O Globo* assistiu com perplexidade os rumos assumidos, ao longo da gestão Jânio Quadros, no campo da política externa.

Dentre alguns dos fatos memoráveis, esteve a condecoração do argentino, revolucionário e esquerdista Ernesto Guevara (“Che”) e, por conseguinte, a aproximação e o reatamento diplomático com países de regimes socialistas, rigorosamente combatidos no passado.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, *O Globo* manifestou-se contrário à posse de João Goulart. O jornal também se posicionou desfavoravelmente à Lei de Remessa de Lucros, regulamentada em janeiro de 1964, que contrariava interesses estrangeiros. Após a entrada do Regime Militar, um dos primeiros reflexos da revolução que depôs João Goulart, em março 1964, segundo o próprio jornal, foi a invasão de fuzileiros navais do governo deposto, à redação e às oficinas do jornal *O Globo*. Eles conseguiram impedir a circulação do jornal por vinte e quatro horas.

Ainda, conforme o dicionário citado anteriormente (op. cit.:2545), a atuação de *O Globo*, durante os primeiros anos de Regime Militar, no período que compreende de 1964 a 1970:

O Globo foi favorável à prorrogação do mandato de Castelo Branco. Durante o governo do marechal Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, o jornal, embora seguisse em seu apoio às principais teses do movimento militar de 1964, mostrou algumas reservas. Já o governo do general Garrastazu Médici recebeu total adesão.

Observa-se que, assim, ao longo de sua História, o jornal *O Globo* exerceu uma expressiva influência no cenário político brasileiro, inclusive, na organização e promoção de eventos socioculturais, conforme nos mostra o trecho de uma reportagem de 03 de janeiro de 1967: (...) *pela segunda vez “O Globo” promoveu o Concurso de Pintura Entre Adolescentes, cuja finalidade precípua é a de despertar o interêsse nos jovens pelas Artes Plásticas.*

2.4. O Jornal como documento Histórico-Linguístico

Assim como qualquer outro documento escrito, o jornal é portador de um material histórico. Sempre em mobilidade, na busca pelo fato novo, ele acaba interagindo com as outras ciências humanas e se tornando responsável pelo registro de uma gama de informações referentes a um determinado momento na História: as idéias, o coletivo, as correntes intelectuais, o contexto sociopolítico e econômico de uma época.

Segundo Alberto Dines (1974:14), a década de 60 presenciou o cientificismo por parte daqueles que acreditavam que a noção de conhecimento fosse suficiente a um adequado gerenciamento da informação. Isso influenciou, as redações dos grandes jornais da época e, conseqüentemente, no que tange ao perfil do jornalista e à maneira de fazer o jornalismo:

O cientificismo daqueles anos 60 trazia para as redações magotes de jovens sobraçando todas as doutrinas da informação, mas sem qualquer treinamento subjetivo e sensorial.

No transcurso dos principais acontecimentos que marcaram a década de 1960, *O Globo* e os demais jornais brasileiros deixaram representado, cada um, à sua maneira, o momento político, econômico e cultural que o país atravessava, em meio à intensificação dos mecanismos de censura contra qualquer forma de expressão que se subverte sse aos interesses do Estado.

Nessa perspectiva, não restam dúvidas de que o jornal, enquanto documento histórico, desempenhou um importante papel, junto à História – e decerto, à sociedade –, pelo registro de uma diversidade de fatos e acontecimentos cotidianos que se sucederam no país e no mundo dessa época. Além disso, o jornal também se inscreve no horizonte do tempo, como um documento histórico-linguístico, enquanto registro do estado em que se encontra a língua em uso.

A imprensa escrita assume um diferencial em relação à mídia televisiva e à radiofônica. Uma vez que a língua sempre estará sujeita a transformações, o jornal cumpre seu papel de documento histórico-lingüístico, na medida em que ele acompanha e deixa registradas as transformações que a língua vai assumindo no decorrer da História. Ao contrário da oralidade, a escrita perpetua, na linha do tempo, os fatos históricos e lingüísticos da língua, tornando-os acessíveis, por meio dos vocábulos utilizados em determinada época, a qualquer pessoa, seja um historiador, pesquisador ou até mesmo, um simples leitor.

No plano histórico, J. Bahia (op.cit:230) destaca que, em um sistema democrático, a equidade e a alternância de poderes, entre o Estado e as oposições, beneficiam a imprensa e o fluxo de informação. Ainda assim, independente disso, a linha que separa os poderes e a influência pode ser bastante tênue:

O caráter de um veículo, a qualidade da informação que transmite a natureza do seu pensamento podem ser medidos pela resistência que oferece às pressões e influência de grupos de poder. Quando o jornal, a emissora de rádio e a televisão não se transformam em simples porta-voz desses grupos, sujeitos ao seu controle.

No material reunido, para esta pesquisa, observamos alguns aspectos, que coincidem com as idéias expostas no fragmento acima. O modo como o jornal *O Globo* deixa representado, por exemplo, o texto jornalístico, no discurso direto, possibilita-nos depreender que a postura deste, eventualmente, se assemelha à de um porta-voz do interlocutor da mensagem.

São exemplos, dessa natureza, os seguintes recortes:

O Globo,
07 de setembro de 1960

O Ministro da Guerra Odílio Denys, ao ensejo do 138º aniversário de nossa independência, assim se manifesta em Ordem do dia a seus comandados, a ser lida hoje: [...]

O Globo,
07 de setembro de 1965

A propósito das comemorações do 143º aniversário da Independência, o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, baixou a seguinte ordem do dia: [...]

Ao ensejo das comemorações de hoje, o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, da Educação endereçou a seguinte mensagem aos estudantes brasileiros, por intermédio da Campanha de Educação Cívica, que tem sede nesta capital: [...]

O Globo,
07 de setembro de 1966

Exército: A Missão de Todos
É o seguinte texto da ordem-do-dia do Ministério da Guerra: [...]

Aeronáutica: Confiança Renovada
O Marechal-do-Ar, Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, baixou a seguinte ordem-do-dia: [...]

07 de setembro de 1967

Mensagem
É a seguinte mensagem do Presidente Costa e Silva às Forças Armadas: [...]

Nos tempos atuais, por exemplo, apenas em casos excepcionais um jornal reproduz na integridade o discurso de um presidente ou de qualquer outra autoridade governamental. E quando o faz é, geralmente, no sentido de reproduzir, ao leitor, o fato em detalhes, prevalecendo, assim, o caráter de transparência e exatidão do relato.

Entretanto, nos casos apresentados, acima, como pudemos verificar, tal prática manifestava-se com grande frequência; muitas vezes, vindo a ocorrer em uma mesma página, o que nos faz levantar o questionamento de que tal prática denotasse uma espécie de cerceamento à liberdade de informação, subserviência – como foi teorizado por J. Bahia –, dado o autoritarismo do praticado pelo regime – ou, então, um lastro de parcialidade.

Em síntese, os fragmentos elencados, aqui, revelam, na prática, como o jornal, enquanto documento histórico – e também lingüístico – é capaz deixar registrado não somente os acontecimentos, como também a disposição do uso da língua e, conseqüentemente, da estruturação do discurso que ilustram e constroem a história.

2.5. A Língua Portuguesa na década de 60

Em uma perspectiva historiográfica, a língua portuguesa em uso no Brasil nasceu da confluência de diversos acontecimentos, ao longo de séculos de história, e da diversidade de culturas. Nessa conjectura convém atentarmos para o fato de que, ao conceituarmos a língua portuguesa, no Brasil, como uma língua homogênea, desprezamos outros fatores de relevância em sua formação, como aspectos históricos, socioculturais, etc. Dentro dessa visão, levantaremos algumas questões em um plano histórico e delinearemos como se encontrava o português, no Brasil, na década de 1960, do século XX.

A base da língua portuguesa, no Brasil, está diretamente vinculada aos índios e aos africanos, à corte Portuguesa e à presença de outras culturas que

passaram por aqui, como os holandeses e os ingleses. Esse português, digamos, “corroborado” por uma miscigenação de culturas contribuiu para a formação da língua portuguesa, no Brasil. É, por exemplo, o caso dos diminutivos, de origem africana, caracterizado pela repetição do morfema: “papai”, “mamãe”, “vovó”. Decerto, a constituição do diminutivo africano exerceu grande influência na formação do diminutivo português.

Apesar da valiosa contribuição dos índios e dos africanos à língua portuguesa no Brasil, durante o período colonial, a sociedade da época estava erigida na figura da elite e, assim, a constituição da língua portuguesa, no país, termina por não privilegiar as contribuições substanciais advindas dos povos nativos e as trazidas pelos africanos.

A língua portuguesa constituiu-se em meio à comunicação praticada entre indígenas, africanos e portugueses. E nesse contexto, não podemos deixar de observar o fato de que o Brasil sendo um país de dimensões continentais abrigou um atlas lingüístico permitindo-nos entender esse português resultante das localizações geográficas, onde as pessoas, nelas, encontravam-se inseridas.

Existem, portanto, elementos geográficos de suma importância na constituição da Língua Portuguesa no Brasil. A história da língua também está associada à história do homem que a fala e a escreve. A língua constitui-se pelo sujeito e este sujeito se constitui lingüisticamente. Sobretudo, é esse falante da língua quem permite a constituição. Ademais, a língua não muda apenas por fatores endógenos. A transformação é, também, impulsionada por fatores externos, de ordem histórica e cultural. Na visão de Eugênio Cosériu (1979:19), esses fatores externos é *tudo aquilo que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes*.

Durante a década de 60 do século XX, de acordo com o trecho mencionado, anteriormente, no capítulo I, acerca do que P.Teyssier relaciona a constituição da língua portuguesa no Brasil, com uma diversidade cultural, oriunda da expansão demográfica e da migração de povos das regiões rurais para os centros urbanos, verificada nessa época, cabe acrescentar a valiosa contribuição da

Literatura Brasileira na difusão do falar do português brasileiro das diferentes regiões do país.

Nessa perspectiva, Edith Pimentel Pinto (1988:19) destaca a inovação lexical, como uma das vertentes trazidas pelas circunstâncias históricas e colocadas em prática, *graças ao espírito de libertação que se apossa dos escritores*. Esse é um aspecto de suma relevância quanto ao processo de formação de novas palavras. Quanto ao sentido dos vocábulos, A. Dines (op.cit.:50) também ressalta a criatividade de jornalistas, lingüistas e poetas.

Apesar do empobrecimento geral da linguagem, alguns jornalistas jogam-se com extrema devoção à luta pela revalorização da palavra. E uma das formas que lingüistas, poetas e jornalistas adotam para entender e revitalizar o vocabulário é o processo analítico da semântica.

O panorama sobre os estudos lingüísticos no século XX até os anos 60, era norteado pelo enfoque língua/sociedade. A partir de então, esse mesmo enfoque permaneceu até ser ampliado por meio de dados fornecidos pela teoria da informação, sob influência de Jakobson – principalmente, quanto à reformulação do esquema das funções de linguagem de Bühler. Nesse ínterim, a socio lingüística é divulgada. Sua preocupação com o ato concreto da oralidade reflete -se no ensino e na língua literária.

Em suma, no decorrer da época analisada, percebe -se que vários foram os fatores que exerceram fortes influências em relação aos aspectos da língua, entre eles a valorização ou desvalorização das regras gramaticais, do uso da oralidade.

Na acepção de E.P.Pinto (1988), se o perfeito conhecimento das regras gramaticais era de fundamental importância, assim como os aspectos remissivos da língua em estudo, o leitor ideal seria aquele capaz de produzir textos independentes, de falar, ouvir manifestações lingüísticas diferentes.

Nas relações com a gramática e os fundamentos teóricos da língua presenciaremos dois momentos: o primeiro em que foram concebidas a formação tradicional de autores da literatura brasileira. Esse período compreende os anos de 1920 a 1945; e o segundo momento, o rompimento com a formação tradicional, cedendo lugar a gramáticos com idéias novas, período, este, que vai de 1945 a 1960.

A partir de 1960, o panorama já era outro, ou seja, tem-se um ensino amparado sob uma nova metodologia, tanto na área do ensino secundário quanto no Ensino Superior. Esse fato possibilitou o surgimento de disciplinas como a filologia, segundo E.P.Pinto (1988:11):

Dos anos 60 em diante já é outra a situação, imposta por uma nova filosofia do ensino. Em nível secundário, passa-se a ministrar rudimentos de gramática aplicada ao texto. Em nível superior, abre-se o leque das disciplinas ligadas ao ensino da língua: filologia, língua portuguesa, e mais lingüística, sociolingüística, teoria da comunicação. [...]

Nesse aspecto, C. Altman (1998:67) também nos mostra um panorama do processo de profissionalização da carreira de Letras, no Brasil, afirmando que a cientificação do estudos lingüísticos, no país, esteve diretamente vinculada ao surgimento das primeiras faculdades de Filosofia, no eixo Rio-São Paulo.

Uma decisão do Conselho Federal de Educação decide incorporar a Lingüística ao currículo dos cursos de graduação em Letras. Paralelamente, a busca pela especialização profissional impulsiona o surgimento dos primeiros cursos de Pós-Graduação na área, no início da década seguinte. Com isso, tem-se o surgimento e o desenvolvimento de diversas linhas de trabalho, conforme nos mostra C.Altman (op.cit:139):

A regulamentação dos cursos de pós-graduação no país – a partir do Decreto Federal nº 67.350, de 06 de outubro de 1970 (Spina 1972/1973) – impôs às Universidades existentes novos desafios.

Em síntese, na década de 1960, durante o Regime Militar – especificamente, no período que antecede 1968 –, verificou-se a preocupação com a reconstrução dos estudos lingüísticos. Destacaram-se, sobretudo, as tendências de abordagens estruturalistas e histórico-filológicas voltadas para os fatos da língua portuguesa em uso no Brasil.

Com vista aos documentos propostos para a análise, no capítulo seguinte, procuraremos, por meio desses registros, analisar o Português em uso, naquela época, apontar as marcas lingüísticas que configuram aspectos do Regime Militar, assim como, depreender as influências resultantes do uso de determinado léxico e as transformações que se sucederam na língua, transcorridas quatro décadas depois.

– CAPÍTULO III –

**O JORNAL ‘O GLOBO’ E A REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA DA
DITADURA BRASILEIRA**

O terceiro capítulo consistirá na análise da amostra – edições do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, no período compreendido de 1960 a 1970, sempre no dia 7 de setembro de cada ano. A única exceção ficará por conta da edição de 1969, publicada no dia 8 de setembro, pois o jornal *O Globo* não circulava aos domingos, naquela época. Feita a apresentação da amostra selecionada, nossa análise perpassará diversas questões: a tematização e o ponto de vista do jornal, a metáfora e outros usos de linguagem, a propósito dos conceitos de ditadura vigentes na época de produção do documento, os vocábulos e as expressões representativas do contexto histórico-político e o uso de frases feitas e seus efeitos na tematização.

3.1. A amostra selecionada: o título, o texto e o apelo

A amostra selecionada para esta dissertação está composta por dez edições do jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicadas entre os anos 1960 e 1970. Para fazermos a adequação teórica, adotaremos as gramáticas de Francisco da Silveira Bueno (1956) e Maria Helena de Moura Neves (2000), a fim de tecermos os comentários que julgarmos pertinentes. Por uma questão metodológica, optamos por entrelaçar as discussões da imanência e da adequação teórica. A primeira obra está em conformidade com a reforma ortográfica da Língua Portuguesa, ocorrida em 1943; enquanto que a segunda está norteada pela última reforma, de 1971.

A opção pela amostra, no que se refere à época e às datas, não foi uma escolha do acaso. A seleção das edições da comemoração do Dia da Independência, em 7 de setembro de cada ano, figura como um dado essencial em nosso processo investigativo. Com ele, pretendemos, também, possibilitar, ao leitor, a observação de como *O Globo* deixa representada, por meio da linguagem, a celebração de uma data importante como esta, vista sob a égide de um regime

militar – e tendo, como fatos adjacentes, as manifestações de esquerda e a divisão do mundo em dois blocos econômicos: o capitalismo e o socialismo.

Obviamente, o contexto atual difere do de décadas atrás. Contudo, não se pode ignorar que a divisão entre pólos capitalistas e socialistas e, conseqüentemente, a discussão sobre esses dois sistemas, juntamente com a recorrente preocupação em torno da liberdade de imprensa, voltaram à tona no discurso jornalístico, de forma mais estanques, ao longo da primeira década do século XXI. Provavelmente, a ascensão de líderes políticos, na América Latina, certamente, tenha contribuído, em parte, para que isso acontecesse. Um exemplo que ilustra esse fato é uma notícia publicada, em 2005, no jornal *O Globo*:

[...] Ontem, Lula comparou a imprensa brasileira à da Venezuela, de novo parecendo ignorar as provas levantadas pelas CPIs, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo TCU, entre outros órgãos. Sem contar que foi seu governo quem tentou expulsar do Brasil o jornalista americano Larry Rohter, do “New York Times”, por reportagem que relatava seu suposto gosto por bebidas alcoólicas, e tentou criar o Conselho Federal de Jornalismo, para controlar as atividades da imprensa.

É importante reafirmar que nossa pesquisa não visa a julgar eventuais posições ideológicas assumidas, tanto pelo jornal quanto por outros terceiros, mas, no que concerne à análise lingüística não podemos desprezar determinados fatos sociais no transcurso dos acontecimentos.

O primeiro documento da amostra é a reportagem intitulada *Coesão das Forças Armadas, Para Grandeza e Prosperidade do Brasil* (Anexo A-01), publicada em 7 de setembro de 1960. Nessa notícia, o Ministro Odílio Denys faz um balanço dos 138 anos, desde que o Brasil se declarou independente da Colônia Portuguesa.

O segundo é a manchete, intitulada *Violência, Corrupção e Mentira Para Disfarçar o Fracasso do Regime Imposto Por Fidel Castro* (Anexo A-02), datado

de 7 de setembro de 1961. O documento traz com exclusividade uma entrevista com Paulo Konder Bornhausen, presidente demissionário do I.N.P. A manchete, estampada ao alto, do lado direito, da primeira página de *O Globo*, destaca as revelações feitas pelo enviado, do presidente Jânio Quadros, à capital cubana Havana. Abaixo, na mesma página, outra manchete ilustra o clima de repressão em um país, na Europa: *Estas Cenas são de Berlim Oriental* (Anexo A-14).

O terceiro (Anexo A03), *Estas cenas são de Berlim Oriental*, traz um recorte fotográfico, com uma legenda descrevendo a tensão política na antiga Berlim Oriental.

O quarto documento (Anexo A-04), datado de 7 de setembro de 1962, situa o Ministro da Guerra, na época, Néelson de Melo, exaltando o Exército como um instrumento para a defesa das instituições governamentais e, conseqüentemente, da Democracia. A manchete intitula-se: *Nelson de Melo defende o Exército como um Instrumento da Democracia*.

O quinto (Anexo A-05), com o título *O Desgoverno do País é ideal Para os Propósitos Comunistas, Diz D. Jaime* (Anexo A04), traz-nos a reflexão do cardeal D. Jaime de Barros Câmara, sobre o momento político, no ano de 1963, a poucos meses do golpe de Estado que tiraria do poder, o então presidente João Goulart, em março de 64. O discurso proferido, em sua totalidade, na ordem direta, revela-nos um tom inquietante, por parte do interlocutor, com relação aos rumos políticos da nação.

O sexto documento (Anexo A06), datado, de 7 de setembro de 1964, servirá de base para analisarmos as concepções de ditadura vigentes na época. O primeiro texto, sob o título *Castelo Afirma em Curitiba Que o Povo Não Deseja Uma Ditadura*, traz-nos uma entrevista com o primeiro presidente da República, do Regime Militar, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, em uma visita oficial que fizera, naquele ano, ao Paraná – na mesma página, o líder religioso D. Jaime de Barros Câmara expressa, mais uma vez, suas reflexões sobre a política nacional e declara-se abertamente contrário à *anistia aos punidos pela Revolução de 31 de março*.

O sétimo (Anexo A-07), intitulado *Os Gloriosos e Tortuosos Caminhos da Independência*, datado de 7 de setembro de 1965, apresenta-nos um panorama histórico da independência, segundo a visão do jornal *O Globo*. Esse recorte servirá para discutirmos a concepção de independência naquela época.

O oitavo material de análise (Anexo A-08) *Govêrno e Povo Assistem Hoje ao Desfile Militar do Dia da Pátria*, publicado em setembro de 1965, traz-nos a voz do Ministro da Guerra, o General Costa e Silva, em sua ordem do dia, para discursar sobre a independência.

O nono (Anexo A-09), *Amoroso fez os 'Goals' da vitória do Fluminense*, traz a questão do uso do estrangeirismo. Excepcionalmente, a análise desse recorte encontra-se no capítulo teórico, às páginas 25 e 26, que foca o Argumento de Influência.

O décimo documento (Anexo A-10), de 1966, intitulado *Festa da Independência traz mensagem pela união nacional* (manchete em caixa alta), possui uma similaridade com o material anterior – *Nelson de Melo defende o Exército como [...]* – porém, neste, o Ministro da Guerra, em exercício, conclama a nação a integrar uma aliança a favor de uma sociedade alicerçada sob valores morais e o direito de liberdade. O discurso do Ministro da Guerra, a respeito desse assunto, encontra-se no subtítulo *Exército: a missão de todos*.

O décimo primeiro (Anexo A-11) traz o discurso do presidente Costa e Silva lembrando o papel das Forças Armadas na Revolução de 31 de março, na busca pela estabilização política.

O décimo segundo documento (Anexo A-12), intitulado *Câmara ouvirá os professores barrados pelo terror cultural*, expõe um lado obscuro da Educação brasileira, durante esse período, do qual nem mesmo a classe docente estava livre da censura e da manipulação ideológica da gestão vigente.

O décimo terceiro (Anexo A-13), publicado, excepcionalmente, em 08 de setembro de 1969 – *O Globo*, à princípio, como já foi mencionado anteriormente, não circulava aos domingos – trata do desfecho do seqüestro do embaixador norte-

americano Sr. Charles Burke Elbrick, por um grupo de militantes da esquerda brasileira.

O décimo quarto material (Anexo A-14), o *Tricolor foi melhor em tudo*, publicado em setembro de 1970, traz-nos uma notícia acerca da vitória do Fluminense sobre o Flamengo, na disputa pela Taça da Independência. O tom superlativo da manchete não apenas destaca a vitória, como também o recebimento da taça, das mãos do presidente Médici.

Na maioria dos materiais selecionados, que compõem a amostra desta pesquisa, fica perceptível que o apelo, presente nas manchetes, a favor do regime está estruturado de uma forma sutil. O estudo da linguagem empregada pelo jornal, bem como uma análise detalhada da seleção lexical verificada em cada um dos textos, possibilitará a fundamentação de tudo o que foi apresentado até este momento.

3.2. A tematização e o ponto de vista do jornal

No que tange à tematização e ao posicionamento do jornal, a análise da amostra permite-nos depreender que, diante do longo momento político que o Brasil vivenciou – pelo menos, no período em que se circunscreve o material de nossa pesquisa – *O Globo* centrou seu discurso na guerra ideológica entre o capitalismo e o socialismo – não só em virtude dos acontecimentos que se desenrolavam no Brasil, mas no mundo, também – e adotou uma postura conservadora com relação a essa questão. Mais uma vez, convém lembrar que não é o objetivo, desta pesquisa, emitir qualquer juízo de valor acerca de ideologias, regimes políticos, tampouco discutir questões éticas quanto ao posicionamento assumido pelo jornal. Mas, sim, analisar, por meio da linguagem, como o jornal retrata esse momento histórico do país.

Assim, a visão de *O Globo*, refletida na maneira como ele faz uso da linguagem para reportar os fatos, permite-nos inferir que seus interesses

convergem, claramente, para os mesmos objetivos do governo, no que concerne ao refreamento do ideário socialista e a consolidação de uma sociedade orientada para valores que nos remetem a um sistema político-econômico, baseado no Capitalismo. Essa preocupação, contudo, advém de anos antes ao golpe impetrado pelos militares, em 64.

Dois recortes de uma nota emitida pela revista norte-americana *Time*, publicada em *O Globo*, em sua edição comemorativa, aos 11 de novembro de 1958, parabenizavam a ascensão e a consolidação do jornal como um dos mais importantes veículos de imprensa, do Brasil, e já nos revelavam a atuação desse jornal nos rumos da política interna do país e sua postura frente à possibilidade de uma tomada de poder da esquerda, naquela época:

Antes da última eleição, O Globo descobriu e revelou o acordo eleitoral secreto feito pelo poderoso Partido Trabalhista Brasileiro, do Vice-Presidente João (Jango) Goulart, e os comunistas, ajudando assim, a aplicação de uma inesperada derrota nos candidatos de Jango, apoiados pelos vermelhos.

E conclui:

Mas, O Globo é algo mais do que um movimento cintilante. Um bom amigo dos Estados Unidos e um forte campeão do Pan-Americanismo (...)

Ao mencionar o fato de que é *um bom amigo dos Estados Unidos*, é interessante observarmos como, *O Globo*, na maioria das amostras selecionadas, emprega uma seleção lexical de forma a enaltecer não somente o nacionalismo, a Pátria, como também a gestão vigente, esta, por sua vez, detentora de uma política externa alinhada com os interesses norte-americanos.

O primeiro de uma seleção de recortes, da amostra, a ser analisado, é a edição de *O Globo*, de 7 de setembro de 1963, trazendo a voz de D. Jaime de

Barros Câmara (Anexo A-05). O religioso tece comentários a respeito dos rumos da nação e critica a atuação do governo de João Goulart ao que, na visão dele, considera vulnerável e contraditória – e cria-se, segundo ele, um ambiente favorável ao comunismo. Observemos, abaixo, como a composição por derivação prefixal atribui um valor adicional ao campo semântico da mensagem:

O DESGOVÊRNO em que vivemos impossibilita colocar as coisas nos seus lugares, enfraquece o princípio da autoridade, gera contradições e termina por atitudes ora grotescas, ora totalitárias. Êsse ambiente é precisamente o desejado pelo comunismo que o provoca e alimenta com os olhos na tomada do poder. Poderá haver maior melancolia nas comemorações da nossa Independência? - D. Jaime de Barros Câmara, O Globo, 07/09/1963.

Para início de análise, observamos que o parágrafo inicia-se com duas palavras – *desgoverno* e *impossibilita* – formadas pelo mesmo processo de formação de palavras, a derivação prefixal. Os prefixos *dês* e *im* imprimem um valor negativo à mensagem. Nessa conjectura, tais palavras desempenham um valor importante dentro do contexto.

Francisco da Silveira Bueno (1956:96) cita como origem dos prefixos, o latim, o grego e próprio português, levando-se em consideração que a fonte é, na maioria das vezes, o latim; porém, adequados às leis da fonética portuguesa.

Acerca da relevância e significação dos prefixos, F. Silveira Bueno (1956:97) salienta a sua importância na construção do significado dos vocábulos, acrescentando a esses a idéia de *movimento de lugar, de separação, de afastamento, de união, de repetição*.

Ainda, no tocante ao uso de prefixos latinos, IL. Coutinho (1976:177) explica que o prefixo **des-** origina-se da junção de **de** + **ex.**, desempenhando função

na composição de substantivos, adjetivos e verbos, dando a esses uma idéia contrária ao significado do vocábulo original:

des- <de+ex. Valor semântico de separação, afastamento, ação contrária, intensidade, negação, podendo também ser expletivo: *desandar, deslembrar, desviar, desfazer, desonesto, destratar, desgastar, desinquietao.*

Decerto, a composição por derivação prefixal em **desgoverno**, no fragmento acima, expressa uma idéia contrária à de governo, propriamente dito, à de controle, remetendo ao interlocutor da mensagem a idéia de movimento, de forma a ilustrar que a gestão vigente, àquele momento, conduzia a nação como um veículo automotor sem ninguém no comando e, ademais, sem um rumo a seguir. *O Globo*, assim, utiliza-se desses vocábulos para tornar claro, ao leitor, a crise institucional que se apoderava do Brasil, no ano de 1963. Nessa acepção, ao dar destaque ao parecer de D. Jaime de Barros Câmara, o jornal aponta, por meio da voz dele, para um clima de reticência quanto aos rumos da nação.

Verificamos, também, a gradação de ações verbais em seqüência crescente – **impossibilita**, **enfraquece** (verbo formado pela derivação parassintética), **gera** e **termina**. Essas ações são realizadas no modo indicativo e no tempo presente.

Há ainda, a presença de um conectivo coordenativo – **ora** – que estabelece uma relação de alternância entre os termos **grotescas** e **totalitários**, caracterizadores do sintagma nominal **atitudes**. No parágrafo, esse conectivo é responsável pela coesão do texto, visto que ele liga um termo a outro, ilustra o momento de instabilidade política em que se encontrava a gestão do presidente João Goulart e potencializa a desconstrução da imagem do governo.

O Globo, contudo, não deixa transparecer, de forma explícita, sua postura frente aos fatos que norteiam o país, seja ora fazendo uso do discurso direto, ora do discurso indireto. A partir do instante em que os militares assumem o poder, a maioria das amostras selecionadas procura passar, ao leitor, uma atmosfera de

normalidade, de tranqüilidade. Percebe-se, sobretudo, a ausência de questionamentos, a sutileza e o distanciamento no trato de determinadas questões. Todavia, é possível depreender a maneira como o jornal estrutura seu discurso e tergiversa sobre os rumos da política interna do país, ao mesmo tempo em que deixa registrada a visão de mundo com a qual ele se identifica.

Um exemplo disso é a manchete *Estas cenas são de Berlim Oriental* (Anexo A-03), publicada em setembro de 1961. A matéria, constando a manchete, uma fotografia e uma legenda, faz o recorte de um momento cotidiano e, por fim, registra um aspecto do regime de esquerda, na antiga Berlim Oriental. Abaixo, da imagem, uma legenda faz o relato sobre o registro da cena:

[...] ao menor pretexto, prisões em massas são feitas pela Polícia – em uniforme ou não – da tensa Berlim Oriental. A foto acima foi feita às 2 horas de uma tarde da semana passada por alguém que, depois, logrou fugir para Berlim Ocidental. – O Globo, 07/09/1961.

Iniciamos a análise do recorte acima, observando que ele está na ordem direta – sujeito e predicado – e com os verbos na passiva analítica. O uso da passiva analítica torna o sujeito paciente e o termo agente vem a ser o agente da passiva, no caso: *pela polícia e por alguém*. Os vocábulos *polícia* e *alguém* estão acompanhados pela contração das preposições *pela* e *por*.

De acordo com F.Silveira Bueno (1956:149-150):

118 – Outras expressões indefinidas: Possui a língua portuguesa outras expressões indefinidas, tais como: a gente, uma pessoa, um cristão, um pobre diabo, um homem. Qualquer substantivo precedido de o mais, a mais, os mais, as mais, assume a significação indefinida. Antigamente,

usava-se também homem como simples sinônimo de alguém. Tal uso é arcaico e somente por imitação, o fizeram alguns modernos.

No que concerne ao uso de pronomes indefinidos não-marcados quanto a gênero e/ou número (invariáveis), M.H.M.Neves (2000:571) explica-nos:

3.3.1 – Com referência a pessoas

ALGUÉM

Em referência a uma pessoa qualquer, sem identificá-la:

Ele viu ALGUÉM beijando ou vocês puseram na cabeça dele alguma coisa. (CCI)

Por que o arrepio na nuca de ALGUÉM atrás de mim? (CE)

Odete deu um grito, ALGUÉM acendeu a luz. (CE)

Mesmo que ocorra uma oração adjetiva (restritiva ou explicativa) o ALGUÉM continua a referir-se a uma pessoa não identificada:

Eles acharam um estranho que a empresa de ALGUÉM que mexe com preços no governo pudesse dar consultoria sobre esse tema. (VEJ)

Alguém que não gostava de mim deve ser plantado a informação. (VEJ)

ALGUÉM, que com ele encontrara, transmitira a moléstia. (ML)

Outro aspecto observado, nesse recorte, diz respeito ao uso, especificamente, da expressão composta por um adjetivo – **menor** – caracterizando o substantivo **pretexto**, bem como, o emprego do adjetivo **tensa**. Ela fornece-nos, inerentemente, aspectos negativos caracterizadores de um regime ditatorial – independentemente da orientação ideológica – e modalizam o sentido do texto, de forma que o escopo da mensagem assuma a forma de uma denúncia, como se dissesse: “o regime político daquele país europeu é intolerante e pune com rigor qualquer manifestação de livre expressão”. Concluímos que as expressões **menor**

pretexto, prisões em massa e tensa Berlim Oriental constituem a base do texto para a contextualização de um regime pouco tolerante com as liberdades civis e, de um modo geral, de um momento político conturbado, em um panorama global.

Entretanto, o jornal, em nenhum momento, como pode-se observar, faz menção a termos diretos, com o uso das palavras ditadura e repressão – ou algo relacionado a esse contexto. O relato do acontecimento fala por si mesmo. Todavia, por meio de sua linguagem, da seleção lexical empreendida pelo jornal e da posse dos fatos e informações obtidas, *O Globo* deixa-nos subliminarmente manifesta a sua percepção de mundo na qual sua linha editorial está apoiada.

Quanto aos elementos responsáveis pela coesão textual, como advérbios, conjunções, preposições e pronomes, eles assumem importância no todo, a fim de o emissor levar ao leitor, a mensagem por meio do código, de forma coesa e coerente.

Na mesma página, ao topo, o destaque fica por conta de uma entrevista com um enviado do governo brasileiro a Cuba (Anexo A-02). A manchete, aqui, todavia, assume um tom mais agressivo e direto. Além da linguagem utilizada, a própria diagramação, a disposição da manchete e o destaque dado a ela, ao alto da página, contribuem para validar o posicionamento do jornal:

*ENVIADO DE JÂNIO A HAVANA FAZ TREMENDO
LIBELO – Violência, Corrupção e Mentira Para
Disfarçar o Fracasso do Regime Imposto Por Fidel
Castro. – O Globo, 07/09/1961:*

Ao analisarmos a estrutura da manchete *Enviado de Jânio a Havana faz tremendo Libelo*, observamos a ordem direta na construção do período em que o sujeito é colocado antes de seu predicado para melhor entendimento da mesma; quanto ao vocabulário selecionado de algumas palavras, o adjetivo *tremendo* e o substantivo *libelo* – esta última, pouco usada atualmente – para a época reforçavam

o sentido de temor, do ponto de vista do emissor, e grande impacto ao leitor, para explicar o contexto, naquele momento, em Havana.

A reportagem, abaixo, publicada em *O Globo*, no dia 07 de setembro de 1962, traz-nos o discurso do ministro da Guerra, Néelson de Melo, pela celebração do Dia da Independência (Anexo A-04). Em seu pronunciamento, o Ministro da Guerra, afirma que o Exército Brasileiro, juntamente, com as Forças Armadas figura como o meio para se chegar à democracia:

O MINISTRO da Guerra, General Néelson de Melo em sua ordem do dia para hoje, quando se comemora mais um aniversário da Independência do Brasil, afirma que o Exército Brasileiro, através dos tempos, juntamente com as outras Forças Armadas tem sido um instrumento da democracia, na preservação dos direitos e liberdades do nosso povo. Acentua que, para o cumprimento de sua missão o Exército está unido e coeso dentro da lei, que deve ser respeitada e cumprida, para que seja mantida a ordem em defesa das nossas instituições. – O Globo, 07/09/1962.

O Globo recorreu ao discurso indireto para reproduzir a fala do Ministro da Guerra, Gen. Néelson de Melo, quando ele afirma que (...) ***o Exército Brasileiro, através dos tempos, juntamente com as outras Forças Armadas tem sido um instrumento da democracia, na preservação dos direitos e liberdades do nosso povo.*** Notamos os termos responsáveis pela coesão textual conforme o desenvolvimento do texto. Tais vocábulos são elos que estabelecem uma relação entre as palavras. Temos, dessa forma, as preposições – ***de, em, para, com*** –, bem como as suas contrações – ***da, dos, nas e das***

Várias são as relações que podem indicar as preposições. Segundo F.Silveira Bueno (1956:175), as mais comuns hão de ser: posse, união, separação, instrumento-agente, conveniência, oposição, finalidade e lugar.

De fato, F.Silveira Bueno deixa claro que as preposições são palavras responsáveis pela organização de um texto e que mantêm, entre elas, uma das várias relações citadas pelo autor.

No recorte observamos o uso das conjunções:

Coordenativa E

“direitos e liberdades”;

“unido e coeso”;

“respeitada e cumprida”.

A relação de soma desse conectivo com as palavras acima, expressa a concepção de democracia na qual o Exército e Forças Armadas estiveram e estarão inseridas como instrumentos garantidores da estabilidade de um regime político democrático.

Subordinativas

Temporal: *“(...) quando se comemora mais um aniversário da Independência do Brasil”*, estabelece uma circunstância de tempo em relação aos acontecimentos.

Final: *“(...) para que seja mantida a ordem em defesa das nossas instituições”* estabelece uma relação final.

Segundo F.Silveira Bueno (op.cit.:177/180), as principais conjunções coordenativas são as aproximativas, alternativas, adversativas, continuativas,

conclusivas e explicativas. E as principais subordinativas são as temporais, condicionais, causais, finais, concessivas, consecutivas, correlativas, integrantes e comparativas.

Para M.H.M.Neves (2000:739), no que concerne à natureza da relação da conjunção e:

Como conjunção coordenativa, o E evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados, e, a partir daí, acresce um segundo segmento a um primeiro, recursivamente, seja qual for a direção relativa desses segmentos, determinada pelas variações contextuais.

O E marca uma relação de adição entre os segmentos coordenados, o que indica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros(...)

Pronome Relativo QUE, em “(...) *para o cumprimento de sua missão o Exército está unido e coeso dentro da lei que deve ser respeitada e cumprida*”

Acerca da colocação do pronome relativo, F.Silveira Bueno (op.cit.:431) coloca-nos o seguinte:

Serve o pronome relativo que, qual, etc, de conectivo entre duas orações. Assim sendo, deve achar-se logo depois do antecedente, no início da segunda frase à qual pertence (...)

Quanto à natureza dos pronomes relativos, M.H.M.Neves (op.cit.:365) mostra-nos que os *pronomes relativos introduzem uma oração de função adnominal, isto é, uma oração adjetiva*. Ainda, segundo M.H.M.Neves, os pronomes que se referem a um antecedente – isto é, relativos – são fóricos.

Em nossa análise, de fato, o pronome relativo *que*, no recorte de *O Globo* refere-se, como definem F.Silveira Bueno e M.H.M. Neves a uma antecedente – no caso, a *lei*.

Convém atentarmos, ainda, para a presença dos pronomes possessivos de função adjetiva, como em: (...) sua ordem do dia e nosso povo, nossas instituições.

O uso recorrente desses pronomes possessivos expressa a idéia de coletividade das instituições governamentais e da nação brasileira, amparada sob um regime democrático, em que o povo participa das decisões do país. Enfim, as palavras adquirem uma relevância de acordo com sua expressividade e capacidade de transmitir a informação precisa e clara, conforme explica Luiz Garcia (2004:28), no Manual de Redação e Estilo do Globo.

Poderemos observar, nos recortes subseqüentes, que as únicas vozes imputadas nos textos, além das do próprio jornal, são de pessoas ligadas diretamente ao governo ou, então, de simpatizantes da luta ideológica, contra o comunismo, como é o caso dos comentários de D.Jaime de Barros Câmara, em matéria publicada, em setembro de 1963. O fato de o jornal articular, na maioria das vezes, o discurso na ordem direta, não o isenta a respeito de seu posicionamento e daquilo que ele considera viável ao momento político do país.

A tematização do jornal *O Globo*, subdivide-se, a essa época, digamos, em duas etapas: a pré-64 e a pós-64. Na primeira etapa, estão retratadas a crise institucional que permeou o governo do presidente João Goulart. Enquanto, na segunda, a pós-64, o jornal *O Globo* retrata a ascensão do novo regime, que depôs João Goulart, e o estabelecimento de uma política doutrinada para um modelo político e econômico que privilegiasse o crescimento do país. Nesse contexto, o único ponto comum a ambos os períodos é a batalha ideológica que já vinha sendo travada de anos atrás, entre os simpatizantes do capitalismo e do socialismo.

A “batalha” entre essas duas forças antagônicas é ilustrada pelo jornal *O Globo* com o empreendimento de vocábulos que, de acordo com os dados obtidos e com nossa interpretação, atribuem ao regime em vigor, à época, aspectos,

relacionados à idéia de estabilidade, democracia e desenvolvimento; e enquanto, que a segunda é vista com reticência, no sentido de que ela venha significar uma ameaça ao Estado democrático de direito.

O ponto de vista do jornal inclina-se, a esse respeito, aos objetivos do governo no que tange ao fortalecimento das instituições governamentais e à edificação de uma sociedade, voltada para o crescimento econômico e industrial.

Se pensarmos que todo jornal, enquanto empresa de comunicação, está inserido em um determinado modelo político e econômico, abre-nos uma possibilidade para depreender que empresas de comunicação, independentemente de adotarem – ou não – uma determinada posição perante os fatos que o circundam, não deixam de possuir interesses estratégicos que possam assegurar a sua sobrevivência no concorrido mercado em que, também, estão inseridos os demais concorrentes.

Embora tenhamos, coincidentemente, recorrido ao uso do vocábulo “estratégico”, cuja terminologia é comumente usada no meio militar, ele realmente explicita o caminho a ser seguido para se atingir uma determinada finalidade. Assim, por trás das informações veiculadas, em suas páginas, o jornal *O Globo* procura deixar implícito o modelo de sociedade política e econômica que ele considera ser apropriado ao contexto, de uma forma geral, vigente.

3.3. A metáfora e outros usos de língua

Conforme orientações colhidas de gramáticas pedagógicas, a exemplo de Mauro Ferreira (1992:434), quando usamos de maneira não convencional os recursos da linguagem que a língua nos oferece, explorando os sentidos conotativos das palavras, associando-as a novas maneiras de construir o texto, estamos recorrendo às figuras de linguagem – ou figuras de estilo – para, assim, dar maior intensidade e expressividade à mensagem, seja ela escrita, seja falada.

No fragmento, abaixo, o jornal *O Globo* traz-nos a transcrição da *ordem do dia*, do Ministro Odílio Denys, datada de 07 de setembro de 1960, acerca da Independência do Brasil, ocorrida no ano de 1822 (Anexo A-01). É importante observar o uso da metáfora e de outros usos de linguagem para ilustrar esse acontecimento histórico. Os trechos apresentados, a seguir, constituem parte integrante da mesma reportagem:

A chama da liberdade brilhou afinal sôbre os horizontes da Pátria, iluminando o caminho dos que assumiram a responsabilidade de organizar o novo Estado e de projetá-lo no concêrto das nações. – Ministro Odílio Denys, O Globo, 07/09/1960.

Em relação ao recorte acima, observamos que o Ministro Odílio Denys recorre à utilização de uma linguagem conotativa, ou seja, uma linguagem figurada, no sentido de extrair, dela, os recursos que nos são dados pela língua portuguesa, expondo de forma harmoniosa o pensamento, comunicando-se, e expressando emoções, a fim de persuadir a uma variedade de efeitos de sentido.

Verificamos o uso em:

A chama da liberdade brilhou afinal sobre os horizontes da Pátria

A “liberdade” mencionada, aqui, como podemos notar, é comparada à chama, uma vez que a [...] *chama brilhou e iluminou os caminhos dos que assumiram a responsabilidade de organizar o novo Estado e projetá-lo no concerto das nações.*

Por fim, a mensagem situa o objetivo do governo de projetar o Estado brasileiro, concebido pelos militares, e inseri-lo na harmonia do que interlocutor classifica como *concêrto das nações*. Muito provavelmente, esse “concerto” não só incluía a nação brasileira, mas, certamente todas as nações alinhadas – que

estejam em harmonia, como uma orquestra – com o regime democrático de seus países de origem.

A similaridade com a transcrição acima ocorre no recorte datado de 7 de setembro de 1965, em *Os gloriosos e tortuosos caminhos da Independência* (Anexo A-07). Aqui, o jornal *O Globo* discorre sobre o sentimento *irredentista* do povo brasileiro perante os colonizadores portugueses à época:

Vinha de longe surto irredentista que eclodiu, finalmente vitorioso às margens do Ipiranga quando D. Pedro I, interpretando as mais profundas aspirações populares, dando realidade viva aos indomáveis sentimentos da nacionalidade ansiosa de entrar na posse de seus destinos, cortou os liames políticos que nos ligavam à Metrópole.

– *O Globo, 07/09/1965.*

A primeira observação que fazemos acerca do recorte, acima, diz respeito ao registro do vocábulo *irredentista*, em concordância com o formalismo lingüístico da época e, ademais, com o contexto – período Colonial – que estava sendo retratado pelo jornal. Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, o vocábulo *irredentismo* significa: *s.m. política de libertar de poder estranhos povos da mesma raça.*

A segunda observação leva, dentro dessa temática, leva em conta que o emprego de *irredentista* vem reafirmar o espírito de nacionalidade dos nativos – *povos da mesma raça* – sobre o estrangeiro invasor. Observamos um profundo sentimentalismo no discurso, como um todo. Assim, repete-se em [...] *as mais profundas aspirações populares* um elevado grau de eloquência, que beira o exagero de idéias hiperbólicas.

Em *realidade viva* verifica-se o uso de uma expressão pleonástica, redundante, uma vez que “realidade” significa a qualidade de ser real. Conclui-se

que o produtor do texto desejava expressar uma idéia carregada de apelo sentimentalista pela pátria. O mesmo raciocínio depreende-se de *indomáveis sentimentos da nacionalidade*. Há, sobretudo, um exagero de idéias, uma figura de pensamento denominada hipérbole.

Em suma, os enunciados são articulados por dois meios de significação que são: o denotativo ou referencial e o conotativo ou afetivo. O emprego da metáfora e de outros usos da linguagem, na leitura de ambos os casos, apresentados, acima, vem ratificar que a língua nos proporciona vários recursos, entre os quais, as figuras de linguagem, resultantes do emprego de um vocábulo em um contexto diferente do seu significado habitual.

3.4. A propósito dos conceitos de ditadura, democracia, independência e revolução representados na amostra

Nesse item, a análise da amostra restringe-se à concepção de ditadura, democracia, independência e revolução e a respectiva representação desses conceitos nas matérias publicadas pelo jornal *O Globo*.

A seguir, para que possamos dar prosseguimento a essa etapa, em nossa pesquisa, julgamos de grande relevância recorrer, primeiramente, ao dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a fim de que, na busca pelos significados de cada um dos vocábulos envolvidos nessa abordagem, possamos fundamentar as questões a serem levantadas em nosso quadro de análise, conciliando a acepção das respectivas palavras, segundo o dicionário, com a representação das mesmas, refletida nos documentos, perante a concepção do jornal e dos militares:

Def. s.f. (1563HPent 1328): governo autoritário exercido por uma pessoa ou um grupo de pessoas que tomam o poder desrespeitando as leis em vigor, com supremacia quase absoluta do poder executivo, apoiado pelas forças armadas, e com o poder legislativo inexistente ou enfraquecido e

subordinado ao poder do(s) ditador(es), o mesmo acontecendo com o judiciário e onde ger. não há estado de direito, imprensa livre, liberdade de associação de expressão, nem eleições livres e regras claras de sucessão. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, p.1062)

Def. s.f. (1671 cf. RB): 1. governo do povo, governo em que o povo exerce a soberania. 2. sistema político cujas ações atendem aos interesses populares. 3. governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade. 4. sistema político comprometido com a igualdade de poder entre todos os cidadãos. 5. governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias. [...] (op.cit.:935)

Def. s.f. (1660 FMMeLE 76): ausência de dependência. 1. estado, condição daquele que goza de autonomia de liberdade em relação a alguém ou a alguma coisa

Def. 1. ato ou efeito de revolucionar(-se)m de realizar, ou sofrer uma mudança sensível. [...] 3.11 pol. Movimento de revolta contra um poder estabelecido feito por um número significativo de pessoas que ger. adotam métodos mais ou menos violentos; insurreição, rebelião, sublevação. [...] (op.cit.:2454)

A propósito dos conceitos de ditadura, democracia, independência e revolução, presentes neste discurso indireto em que *O Globo* reproduz uma entrevista concedida à imprensa, pelo presidente Castelo Branco, durante uma viagem oficial, feita à capital paranaense. A matéria intitulada *Castelo afirma em Curitiba que o povo não deseja uma ditadura* (Anexo A-06) foi publicada em 7 de setembro de 1964, no dia da comemoração da Independência do Brasil:

No curso da entrevista que concedeu à imprensa do Paraná e de outros Estados, o Presidente Castelo Branco afirmou ser “um extremado brasileiro contra o continuísmo”, para mais adiante, respondendo a outra indagação sobre a coincidência dos mandatos de governadores dizer, com maior ênfase ainda que “esta pergunta já está terminantemente respondida com aquela que fizeram há pouco sobre o continuísmo”. – O Globo, 07/09/1964.

Primeiramente, verificamos, no título da entrevista – “Castelo afirma em Curitiba que o povo não deseja uma ditadura” – e também, no próprio recorte, a presença da metalinguagem de usos (p.13), uma vez que a própria ditadura reporta-se, publicamente, para declarar, à imprensa, que a população não deseja uma ditadura, nos moldes do *continuísmo*.

A reprodução da fala do presidente Castelo Branco inicia-se pelo emissor, com uma contração da preposição *em* + *o* = *no*. Acerca do uso da preposição como elemento de ligação de palavras ou expressões, Manuel Rodrigues Lapa (1965:188) explica-nos que:

A preposição é definida pelos gramáticos como um instrumento de ligação das partes do discurso. (...) Digamos desde já que esta definição não é totalmente verdadeira. Em primeiro lugar, a preposição nem sempre liga dois elementos do discurso, pela simples razão de que é colocada muitas vezes à frente.

É o que podemos verificar na transcrição do recorte acima. A preposição *no*, que introduz a fala do presidente Castelo Branco, não está ligando nenhuma palavra.

Ainda, na transcrição da fala do presidente Castelo Branco, decerto já se fazem presentes as marcas do Regime Militar. Isso ocorre por meio da escolha lexical, ou seja, das palavras de grande impacto como *extremado*, *continuísmo* e *terminantemente*. Assiste-se na voz do Sr. Presidente a contrariedade de idéias expostas. Tais palavras são formadas pelo processo de derivação sufixal, sendo *terminantemente* um advérbio terminado em *mente*.

Acerca da formação do advérbio de modo, F. Silveira Bueno (1956:173) coloca-nos o seguinte:

Junta-se ao feminino do adjetivo a palavra mente (...). A razão desta necessidade de ser feminino o adjetivo está em que o vocábulo mente é feminino e o adjetivo deve concordar com o substantivo em gênero e número. Por isto ligamos à palavra mente o adjetivo feminino e não masculino.

Sobre esse assunto, M.H.M.Neves (2000:243) teoriza:

Os advérbios de modo constituem uma classe aberta na língua, uma vez que, em princípio, os adjetivos qualificadores em geral podem converter-se em advérbios de modo pelo acréscimo do sufixo –MENTE à forma feminina.

A maioria dos advérbios terminados em *mente* indica uma circunstância de modo e, por isso, são classificados em advérbios de modo, modificando um verbo ou o próprio advérbio.

Em seguida, o presidente Castelo Branco comenta a respeito das forças políticas opositoras ao Regime, que ele considera uma ameaça aos rumos da nação:

Teve o presidente a preocupação de afirmar que “as facções políticas não envolverão o destino do Brasil e

muito menos farão com que o Presidente se entregue aos desvarios do Poder”. – O Globo, 07/09/1964.

Na transcrição da fala do presidente Humberto Castelo Branco, decerto já se percebe as marcas lingüísticas que compõem o texto e que, pela escolha lexical, também configuram o regime ditatorial, ao afirmar que [...] ***as facções políticas não envolverão o destino do Brasil e muito menos farão com que o Presidente se entregue aos desvarios do Poder.***

Os três vocábulos – facções, destinos e desvarios – levam-nos a compreender que o uso de tais marcas, presentes à escolha lexical, revelam aspectos e preceitos da ditadura. Ao fazer uso do vocábulo *desvarios*, o presidente da República, aparentemente sinaliza que o uso do autoritarismo não é o meio adequado para conter tais forças. No entanto, verifica-se uma ambigüidade quanto ao sentido de que a mesma possa configurar um aspecto de intolerância do Regime.

No recorte seguinte, *O Globo*, traz, novamente, a voz do presidente da República, conclamando a *todos*, os brasileiros, a confiarem no *Govêrno da República*:

Todos, do general ao soldado, disse, devem confiar no Govêrno da República. “Prefiro ouvir palavras de confiança do que moções de apoio e solidariedade, quando ouço palavras sob um teto militar”. Referiu-se à diferença a milícia e as Fôrças Armadas, pois que, enquanto aquela vive na promiscuidade da política, estas devem desempenhar o importante papel de garantidoras das instituições. – Presidente Castelo Branco, O Globo, 07/09/1964.

A estrutura construída inicia-se com um pronome indefinido no plural – *todos* – de função substantiva. Identificamos, ainda, outros pronomes com a mesma função, como é o caso dos demonstrativos *aquela* e *estas*. A articulação das palavras no texto também se faz com o uso das conjunções, visto que o emprego delas é importante no desenvolvimento das idéias.

Observa-se, ainda, que o uso dos vocábulos *milícias* e *Forças Armadas* são de origem antagônica e, nesse contexto, elas vêm expressar a conflito hegemônico entre duas forças, detentoras de ideais e objetivos opostos. De um lado, está representado o *Govêrno da República*, como uma força representativa do bem-estar da nação e da ordem. E de outro estão as *milícias*, essas caracterizadas como representantes da anarquia, da desestabilização política e social.

Dando prosseguimento à voz do presidente Humberto Castelo Branco, ele informa e assegura os princípios sob os quais a democracia, em seu ponto de vista, está alicerçada:

Lembrou, com ênfase que “no verdadeiro regime democrático não deve o Govêrno firmar-se apenas sobre o poder das baionetas, porque podem espetá-lo. Asseverou que, assim, estará positivada a dignidade do Exército, ao garantir um Govêrno que seja digno dos destinos do Brasil. – O Globo, 07/09/1964.

Notamos que, para o momento político em que se encontrava o país, sob o comando do militares, não havia liberdade de expressão, tampouco democracia. No entanto, os dados reunidos nesta amostra permitem-nos depreender que essa era a concepção de Democracia representada no jornal, segundo, a visão do governo militar.

Os vocábulos aos quais recorreu definem minuciosamente o panorama político da época: *o poder das baionetas* como um dos instrumentos para assegurar a consolidação de um sistema político.

Ao estabelecermos um contraponto com a definição de Democracia, pesquisada junto ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – bem como, a origem latina da palavra – o que se presenciava, no contexto do Regime Militar no período de 1960-70, era o cerceamento dos direitos individuais do cidadão, que foram postos à margem da democracia.

O uso de expressões como *verdadeiro regime democrático, o poder das baionetas*, compõem um conjunto de mecanismos que têm por finalidade constituir o poder de um grupo social sobre os demais.

Dando continuidade à entrevista concedida ao jornal *O Globo*, o presidente enfatiza a idéia de nacionalismo, fazendo uso do possessivo *nosso* em um sentido mais amplo, para ratificar mais uma vez este nacionalismo a ser firmado *pela honra da palavra* :

O nosso nacionalismo é outro – é aquele que começa a se firmar pela honra da palavra e não conhece nem admite qualquer submissão, venha de onde vier. [...] Antes e acima de tudo somos universais. E é inspirado em tais sentimentos que continuaremos a lutar por um mundo do qual seja varrido o medo e proscrita a ameaça de destruição da humanidade. E esse é o nosso nacionalismo. Esse é o nacionalismo que os brasileiros entendem e desejam. – Presidente Castelo Branco, O Globo, 07/09/1964.

Notamos que a força de tais vocábulos empregados assume uma significação maior, tendo em vista uma nação governada sob um regime militar. Nacionalismo, no sentido de patriotismo; e *honra da palavra* para denotar uma dignidade, que não conhece submissão e não negocia as idéias advindas de correntes ideológicas que não compartilhem dos mesmos ideais e interesses do Regime.

Há um exagero nas idéias colocadas pela fala do presidente Castelo Branco. Em *o nosso nacionalismo é outro*, temos a presença de um pronome possessivo, na primeira pessoa do plural, com o objetivo de chamar a atenção da nação e para que esta entenda que o nacionalismo, na força da expressão, é de todos e não apenas de uma minoria. O vocábulo *nacionalismo* forma-se pela derivação sufixal – trata-se de um sufixo grego e também nominal.

Na expressão [...] *a lutar por um mundo do qual seja varrido* tem-se uma linguagem figurada – ou seja, eliminado o medo e a destruição da humanidade. Em [...] *seja varrido* observa-se a construção formada por verbo auxiliar *se*, mais **o verbo principal no particípio passado** .

Acerca dos verbos auxiliares de voz, M.H.M.Neves (2000:65) afirma que *a locução verbal de voz passiva é formada com o verbo SER e o particípio do outro verbo*. Assim, a construção *seja varrido* forma-se pelo uso do verbo *ser* como auxiliar, mais o particípio passado do verbo varrer.

Percebe-se, ainda, que o valor de *nacionalismo* – da forma como está representado em sua unilateralidade – não passa de uma utopia sob a concepção do Regime. Faz-se pensar dos objetivos do governo, a voz de todos os cidadãos.

O mesmo nacionalismo observa-se em documento (Anexo A-07), assinado pelo próprio jornal, acerca dos objetivos a serem alcançados para que o país consiga, de forma exitosa, sua independência econômica no cenário internacional:

[...] O Brasil retoma a posse de seus destinos. E, desde então, entre erros e acertos, momentos sombrios e horas de esplendor, ingressa o caminho de sua emancipação econômica, cuja complementação definitiva é a nossa tarefa, hoje. – O Globo, 07/09/1965.

No recorte acima, os usos dos termos *momentos sombrios e horas de esplendor* e *emancipação econômica* ratificando, mais uma vez, um nacionalismo

exaltado. A escolha dos vocábulos foi feita de forma minuciosa e coesa, com a finalidade de tornar o Brasil uma sonhada nação.

Quanto à estrutura morfológica, o vocábulo *retoma* é formado pelo processo de derivação prefixal. Nessa palavra, encontramos vários elementos divisíveis em unidades menores, chamadas morfemas: o radical é *tom*, enquanto que a vogal temática é *a* e o prefixo *re*, colocado antes do radical, nos dá a idéia de repetição.

Para sustentar a afirmação, acima, recorreremos, mais uma vez, a F.Silveira Bueno (1956:94):

A Morfologia tem por objeto próprio o estudo da palavra como um todo que se pode resolver em partes constitutivas. Assim como no estudo do corpo humano é o homem tomado em seu todo e depois distribuído em órgãos e partes essenciais que a mão divina reuniu, com suma sabedoria na formação do ser superior, também na arte da linguagem consideramos a palavra em sua formação íntima e lhe separamos as partes que a compõem a fim de que o nosso entendimento compreenda o sábio mecanismo dessa formação. [...] A reunião de todos esses elementos forma o vocábulo, a palavra, o termo.

F.Silveira Bueno (op.cit.:94) cita como um dos exemplos a palavra *redizer*, em que a partícula *re* antepõe a raiz *diz*, expressando, por fim, a idéia de repetição. O mesmo acontece com o vocábulo *retoma*, no recorte anterior.

Diferentemente de outras abordagens, anteriores ao golpe de 64, nota-se que, com a ascensão dos militares ao Poder, o texto jornalístico feito em cima da comemoração do Dia da Independência alterna para um tom que procura exprimir certeza, confiança e crença no Regime. Uma amostra disso é o documento (Anexo A-08) publicado em 07 de setembro de 1965, cujo recorte segue, abaixo:

*[...] O Brasil tem futuro grandioso à sua espera e ninguém o impedirá de alcançá-lo. O Exército, em comunhão de ideais com Marinha e Aeronáutica, está em condições de concorrer, com toda a sua força, para garanti-lo. Se assim pensarmos e assim agirmos, com o mesmo espírito de 1822 e 1964, estaremos sendo dignos daqueles que, no passado lutaram e sacrificaram para nos legar um Brasil livre e soberano. – **Ministro da Guerra, Gen. Costa e Silva, O Globo, 07/09/1965.***

Analisamos os vocábulos que expressam o pensamento nacionalista de um governo militar, que tem como meta buscar o crescimento, a ordem e a independência. Alguns desses léxicos foram derivados a partir de uma palavra primitiva como é o caso do vocábulo **grandioso**, um adjetivo que se originou pelo processo de derivação sufixal. Esta palavra nos leva a pensar no grau de expectativa do futuro do país, pois é esse substantivo que é caracterizado pelo adjetivo **grandioso**.

Temos, também, a presença do pronome indefinido **ninguém** que, quanto à função, segundo M.H.M.Neves (2000:534) os pronomes indefinidos podem se subdividir em *nucleares* ou *periféricos*:

São nucleares aqueles elementos que por si próprios constituem um sintagma, com a mesma distribuição de um sintagma nominal. Esses são os tradicionalmente chamados pronomes substantivos:

*Só avisei que **ALGUÉM** aqui está tuberculosa (AB)*

***NINGUÉM** vai decidir a hora da minha morte. (AF) [...]*

A expressão **ninguém** remete a idéia de “nem uma única pessoa”. Porém, quando o Ministro da Guerra, General Costa e Silva versa que o [...] *Brasil tem*

futuro grandioso à sua espera e ninguém o impedirá de alcançá-lo, esse **ninguém**, a quem ele alude, são as forças contrárias e inimigas do Regime.

Como podemos observar, por meio de uma linguagem referencial, isto é, centrada no texto, e, ao mesmo tempo, apelativa, a voz do governo conclama a todos, como fica destacado em **agirmos**, a um ufanismo exaltado. O Regime também considera a própria revolução um ato de heroísmo. Com relação a isso, esta é a única versão dos fatos retratada, em *O Globo*. Nenhuma outra matéria serve de contraposição, digamos assim, à realidade dominante daquele momento.

Ademais, a opressão trazida pelo Regime Militar é neutralizada, nos textos, pela constante luta ideológica travada, de um lado, pelos simpatizantes do regime capitalista, e, de outro, por aqueles que se identificavam com o socialismo, representada no jornal. A própria transcrição do trecho, acima, nos revela subliminarmente essa questão de cunho ideológico. Quando faz uso do período [...] **estaremos sendo dignos daqueles que, no passado lutaram e sacrificaram para nos legar um Brasil livre e soberano** e relaciona fatos do momento a contextos históricos diferentes, o produtor do texto expõe, ao leitor,

Embora a voz do general, no texto, faça menção a isso nas comemorações pela Independência do Brasil, as concepções de liberdade e soberania, aqui, explicitadas, não estão condicionadas, nesse contexto, ao Brasil colônia. O uso da conjunção subordinativa condicional *se* indica uma condição – e, também, uma hipótese – para que o país seja livre e todos se sacrifiquem para que esse objetivo seja alcançado com êxito.

Concluimos que a célula do Regime era sustentada pelo uso de tais vocábulos: *Exército, Marinha Aeronáutica* como símbolos de força, luta e sacrifício em **comunhão com os três poderes**, como assinala o documento.

3.5. Vocábulos e expressões representativas do contexto histórico-político

Quando abordamos a língua portuguesa em uma perspectiva histórica, observando as modificações ocorridas em um espaço de tempo, torna-se

imprescindível analisá-la sob dois aspectos: o da sincronia e o da diacronia. Ao se tentar a compreensão das palavras, o processo da sincronia tem de ser analisado pelo seu caráter etimológico. Originada do grego *sygkronos*, a palavra sincronia, em uma acepção lingüística, denomina um estado de um fenômeno lingüístico social e cultural. Assim estabelece Eugênio Cosériu (1979:104):

De fato, as mudanças manifestam-se na sincronia, do ponto de vista cultural, nas formas “esporádicas”, nos chamados “erros correntes” em relação à norma estabelecida e nos modos heterossistemáticos comprováveis num falar.

Diante disso, a visão sincrônica da Lingüística permite-nos estabelecer princípios condizentes a um estado da língua. Quando se fala em estado da língua, é necessário considerar uma época delimitada por acontecimentos que ocasionam modificações na língua em questão. O estudo sincrônico enfoca o sistema lingüístico em funcionamento em um determinado momento, sem a perspectiva histórica.

Quando se estudam os fatos da língua o que surpreende é que para o indivíduo falante a sucessão dos fatos no tempo não existe: ele se acha frente a um estado. Na diacronia, a evolução acontece independentemente de nossa intenção. Assim, para que uma nova palavra apareça, basta saber que outra lhe deu o lugar.

Quanto à perspectiva, os métodos de enfoque são distintos. Na diacronia, as perspectivas são duas: a prospectiva que acompanha o curso do tempo e a retrospectiva, que faz o mesmo em sentido contrário. Na sincronia só existe uma perspectiva: a das pessoas que falam.

Acerca dos vocábulos empregados nas publicações do jornal *O Globo*, dessa época, observamos o formalismo lingüístico e o uso de determinadas expressões lexicais que configuram o momento histórico-político que vivenciava a nação. Este é o caso do uso das palavras *corretivo* e *envilecimento*. Em reportagem publicada, em 07 de setembro de 1964 (Anexo A-06), o jornal faz uso desses

vocábulo para referir-se ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores, apesar da adoção de medidas antiinflacionárias:

Tendo em vista o prosseguimento da inflação, embora com corretivo da superinflação que vinha empobrecendo o País. Em que têrmos pretende o Govêrno de V. Exa. enfrentar o envilecimento dos salários dos trabalhadores? – O Globo, 07/09/1964.

Mais uma vez, ao recorremos ao Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, verificamos que o vocábulo envilecimento significa: *ato de envilecer*. Por sua vez, o verbo transitivo envilecer, segundo a mesma fonte, significa *baratear*. Os termos *corretivo* e *punir* estão adequados para a época, no sentido de corrigir e castigar.

O Globo questiona como o governo fará para assegurar o salário do trabalhador, iniciando sintaticamente o período por um verbo no gerúndio – **tendo em vista o prosseguimento da inflação** –, seguida de uma conjunção subordinativa concessiva – **embora** – que expressa, de certo modo, uma concessão entendida no sentido mais amplo.

No campo da ortografia, o acento circunflexo em palavras como **têrmo** e **govêrno** tornava fechado o timbre da vogal. Hoje, tal prática inexistente, desde que foi feita a reforma ortográfica de 1971. Todavia, o uso do acento circunflexo nessas palavras estava em concordância com as regras estabelecidas pela Academia Brasileira, a partir de 12 de agosto de 1943, segundo F. Silveira Bueno (op.cit.:78):

14ª – Emprega-se o acento circunflexo como diferencial ou distintivo no e e no o fechados da sílaba tônica das palavras que estão em homografia com outras em que são abertos [...]

Observação 1ª – Emprega-se também o acento circunflexo para distinguir de certo homógrafos inacentuados as palavras que têm e ou o fechados [...]

*Observação 2ª – Quando a flexão do vocábulo faz desaparecer a homografia, cessa o motivo do emprêgo do sinal diacrítico. Acentuam-se, por exemplo, o masculino sing. **enfêrmo** e as formas femininas [...]*

Sendo assim, o acento circunflexo indicador de vogal e **o** fechado eram usados para diferenciar as palavras que eram iguais na escrita, mas diferentes na pronúncia. Ainda hoje, esse acento, chamado diferencial, é usado para diferenciar alguns homógrafos, como é o caso de **depara** e **pára**, **tem** e **têm**.

O próximo recorte a ser analisado é a matéria publicada na comemoração pelo Dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1967. Nessa reportagem (Anexo A11), o presidente Costa e Silva exalta o patriotismo, a disciplina e o dever cívico, como alicerces para uma nação que desejava alcançar o crescimento:

*No seu patriotismo, no seu espírito de disciplina e no devotamento ao dever cívico e profissional, que tem ditado as suas atitudes coletivas, é que repousa, em última análise, a segurança de que a Nação necessita para o seu livre desenvolvimento. – **Presidente Costa e Silva, O Globo, 07/09/1967.***

No que diz respeito aos aspectos morfológico e semântico do recorte acima, observamos uma inversão dos termos da oração, porém, essa inversão não prejudica o entendimento dos textos. Temos a presença de alguns substantivos abstratos adequadamente inseridos para o contexto histórico-político da época, como **patriotismo**, **espírito**, **devotamento**, **dever** e **atitudes**. Esses usos assinalam, sobretudo, um nacionalismo latente, característico da gestão militar de assumiu o poder em 64.

Quanto à origem de alguns desses vocábulos, observamos que foram derivados pelo processo de derivação sufixal – ou seja, acrescentando-se um sufixo após o radical da palavra. Outros, por meio da derivação regressiva, formados pelo

tema verbal acrescido por uma das vogais **-o**, **-a**, **-i**, conforme atesta I.L. Coutinho (op.cit.:170/174)

Segurança – derivação sufixal

293. *-anca e anciã <-antia, -ença e -ência <-entia. Servem para formar substantivos, exprimindo ação ou resultado dela, sentimento, qualidade estado: mudança, folgança, matança; observância, constância; detença, crença, nascença; obediência, experiência, paciência, indolência.*

Devotamento – derivação sufixal

293. *-mento <-mentu, -menta <-mental (plural neutro). Dão formação a substantivos, exprimindo ação ou resultado dela, coleção, instrumento, objeto: casamento, andamento, sentimento, florescimento, ferramenta, vestimenta.*

Patriotismo – derivação sufixal

294. *-ismo. Exprime opinião, crença, escola, sistema, origem: ecletismo, ateísmo, islamismo, positivismo, catolicismo, dualismo, fatalismo, helenismo, latinismo.*

Disciplina – derivação regressiva verbal

304. *Os regressivos verbais, também chamados deverbais ou pós-verbais, são formados pelo tema verbal, acrescido por uma das vogais -o, -a, -e, : abalo, abono, acordo, afago, agasalho, agravo, amparo, apego, apelo, apreço, apuro, assento, assombro, castigo, choro, conforto, cuspo, despacho, desprezo, erro, esforço, estrago, ganho, gasto, mando, respigo,*

rogo, sustento, vôo; – chega, afronta, ajuda, amostra, apanha, apara, busca, caça, engorda, escolha, esfrega, falha, falia, monda, muda, pesca, poda, queixa, rega, reserva, venda; – alcance, ataque, desgaste, desfalque, descarte, encaixe, engaste, enlace, realce, rebate, resgate, toque, saque.

Ademais, tem-se a presença de elementos caracterizadores que acompanham alguns deles, como: **disciplina, cívico, profissional, livre**. Em última análise, é nesse momento histórico que a escolha do léxico foi minuciosamente colocada no contexto, uma vez que ele refletia o contexto vigente.

Abaixo, ainda no mesmo discurso, o presidente Costa e Silva, ressalta aspectos da Revolução de 31 de Março que reforçam a obstinação do governo brasileiro em

E nesta firme determinação que devemos festejar a Independência Nacional todos os que contribuimos para salvar o Brasil com a Revolução de Março e lutamos, agora, com tôdas as forças, para que ele realize os seus destinos na escala verdadeira de sua grandeza, das suas potencialidades materiais e espirituais. – Presidente Costa e Silva, O Globo, 07/09/1967.

Observamos no recorte, acima, semântica e morfológicamente a predominância de substantivos abstratos, tais como **determinação**, no sentido de expressar “firmeza”, “desejo de vontade”; **forças**, para afirmar “energia física e moral” perante a um quadro contextual do Regime; **destinos**, no sentido de “rumo”; **grandeza** e **potencialidades**. Alguns desses substantivos são acompanhados de termos caracterizadores – como, os adjetivos **firme** e **verdadeira** – exercendo a função de adjunto adnominal.

No mesmo recorte, observamos, também, o uso dos pronomes demonstrativos e indefinidos:

[...] nesta firme determinação,

[...] com todas as forças

[...] todos os que contribuem

Eles exercem a função de pronomes adjetivos, por acompanharem esses substantivos. Na oração *[...] todos os que contribuem*, o *os* exerce a função de pronome demonstrativo, tal como “todos aqueles que contribuem”. Acerca do fragmento analisado, concluimos que a escolha pelos substantivos abstratos deve-se ao fato de que “uma nação se faz pela ação de seus representantes”.

Por fim, o presidente Costa e Silva convoca a nação brasileira a prosseguir na luta pela causa revolucionária e personifica o território brasileiro, como se ele constituísse um terceiro personagem, em seu discurso – o governo, a população e o território brasileiro – ao dizer *[...] mais do que nunca, delas reclama e espera o Brasil* – o nome do país (*Brasil*) é, nesse contexto, uma metonímia, em que o lugar está por seus habitantes. Assim, o presidente Costa e Silva conclui seu discurso, dirigido à população:

Por isso é que, nesta oportunidade em que a Nação comemora mais um aniversário de sua Independência, julgo do meu dever dirigir-lhes a saudação do Govêrno e concitá-las a prosseguir nessa benemérita contribuição complementar que agora, mais do que nunca, delas reclama e espera o Brasil. – Presidente Costa e Silva, O Globo, 07/09/1967.

O recorte, acima, inicia-se com uma locução conjuntiva de valor conclusivo – *por isso* –, introduzindo, logo, a seguir, uma locução adverbial de

tempo – *nesta oportunidade*. A preposição que abre o parágrafo indica uma relação de causa em referência, ainda, ao fragmento anterior.

Observamos, também, que a escolha lexical foi feita de forma cuidadosa, talvez para que não houvesse uma dúbia interpretação e uso inadequado sobre as declarações, naquele momento. Foi assim com os vocábulos *dever*, *concíta-las*, *benemérita* e *contribuição*.

Com relação à ortografia, como já foi levantado em parágrafos anteriores, as palavras estavam de acordo com a norma vigente da época, ou seja, em concordância com a reforma ortográfica ocorrida em 1943. Este é o caso do vocábulo *govêrno* e *têrmo*, em que observamos o uso do acento circunflexo para tornar as vogais “o”, “e” em fonemas fechados.

O documento cuja manchete intitula-se *Câmara ouvirá os professores barrados pelo terror cultural* (Anexo A-12), publicado na primeira página de *O Globo* retrata a preocupação de parlamentares brasileiros com o *terrorismo cultural*, decorrente da influência da ideologia de esquerda nos centros universitários:

O Deputado Eurípedes Cardoso de Meneses informou ontem em Brasília que vai levantar na próxima semana, na Comissão de Educação da Câmara Federal, o problema do terrorismo cultural esquerdista, que considera bastante grave para o ensino universitário. – O Globo, 07/09/1968:

Na fala do deputado, reproduzida pelo jornal *O Globo*, na qual tem a preocupação de mostrar a gravidade da situação para o ensino brasileiro, ele recorre a um advérbio modificador – *bastante*. Esse advérbio de intensidade modifica o adjetivo *grave*, no sentido intensificar o emprego da expressão *terrorismo cultural*.

O uso do adjetivo *grave* seria suficiente para descrever a proporção de um acontecimento, se assim o jornal desejasse. A opção pelo discurso indireto e a unilateralidade com a qual a questão é retratada, logo se deduz que a opção pelo uso do advérbio *bastante* é, não somente, reforçar o posicionamento do governo, bem como expressar, indiretamente, a visão do jornal sobre o assunto e, portanto, convencer o leitor de que a influência de uma determinada vertente ideológica, no meio universitário, poderia ser catastrófica aos rumos da nação. Catastrófica, pois subentende-se que qualquer forma de terrorismo gera uma catástrofe.

O mesmo procede com o trecho a seguir, da mesma notícia, em que o jornal relata a preocupação do governo brasileiro com grupos subversivos de esquerda:

[...] Proporá a convocação, por aquêle órgão técnico, dos professôres que, sob os mais variados pretextos, estão sofrendo pressão de notórios grupos subversivos, principalmente nas unidades da UFRJ. – O Globo, 07/09/1968.

Inicia-se o parágrafo com a forma verbal *proporá*, no futuro do presente do indicativo. Logo a seguir localizamos as preposições: *por*, em *por aquêle órgão*; *sob* em *sob os mais variados*; *de*, em *pressão de notórios grupos*; além das contrações das preposições *dos* e *nas*.

No que se refere ao aspecto ortográfico, observamos o uso, na época, do acento circunflexo em palavras como *aquêle* e *professôres* que, com a reforma ortográfica de 16 de dezembro de 1971, foi abolido, ficando apenas o acento diferencial em algumas palavras de mesma grafia e mesma pronúncia ou palavras de mesma gráfica, porém, diferentes na pronúncia. Tais palavras são chamadas de homônimos.

No aspecto semântico, o uso da expressão *grupos subversivos* poderia ser suficiente para o agravante perigo que representava ao sistema político

predominante. Podemos entender, também, quanto à expressão **grupos**, a existência de vários segmentos subversivos. Por isso, a expressão foi usada nesse contexto.

Percebamos, também, o fato de ambos os recortes vincularem as forças opostas ao governo como algo nocivo à sociedade. O predomínio da unilateralidade no relato do texto noticioso e a utilização de expressões como **terrorismo cultural**, verificados no excerto acima, evidenciam a questão, tratada aqui, e terminam por colocar as ideologias, contrárias aos interesses do Regime, à margem da legalidade, à clandestinidade, enfim.

Um exemplo claro disso é a matéria publicada em 7 de setembro de 1965, cuja manchete é *Festa da Independência traz mensagem pela união nacional* (Anexo A-10):

Ideologias espúrias, interesses escusos e a hábil exploração da vaidade humana, congregam-se buscando, seja solapar e destruir as conquistas realizadas, seja impedir a realização das aspirações do nosso povo. – O Ministério da Guerra, O Globo, 07/09/1966.

Acerca do que significa uma festa pela comemoração da Independência da pátria, *a priori*, ela seria considerada uma ocasião de confraternização de toda a sociedade, dado, justamente, o caráter universal desse tipo de evento.

No entanto, as expressões **união nacional** e o uso pronominal em **nosso povo**, mencionadas, respectivamente, no título da notícia e no texto da matéria, não incluem, aqui, a parcela da sociedade não -adepta ao regime, seja ela composta por grupos políticos, comunidades e entidades civis de ideologias de esquerda, seja e la, formada pelo cidadão comum, cujo ponto de vista possa divergir do Regime.

Nos dois recortes, a seguir, a análise dos seguintes vocábulos se dará sobre a reportagem que trata da cobertura sobre o seqüestro do embaixador norte-

americano, Sr. Charles Burke Elbrick, ocorrido em 1969 (Anexo A-13). A reportagem, datada de 8 de setembro daquele ano, narra o desfecho do incidente:

[...] O Embaixador elogiou a prestimosidade do Govêrno do México ao conceder asilo territorial, colaborando para usar o gravíssimo problema, e informou que os quinze subversivos ficariam hospedados no Hotel Del Bosque [...] – O Globo, 08/09/1969.

Na transcrição acima, observamos que *O Globo* optou pela construção do período na ordem direta – ou seja, o sujeito que faz a ação explícita por um verbo no modo Indicativo –, indicando, assim, uma ação acontecida no tempo passado em relação ao asilo concedido pelo governo do México, colaborando, dessa forma, para que os problemas de ordem política fossem solucionados.

O jornal faz uso de palavras no campo semântico, como *prestimosidade* indicando um formalismo lingüístico característico da época e recorre, mais uma vez, ao vocábulo *subversivos*, de cunho político, para referir-se aos integrantes do grupo, responsáveis pelo seqüestro do embaixador norte-americano.

Na transcrição do segundo fragmento da reportagem, abaixo, tem-se o desenrolar da cobertura do desfecho do seqüestro do embaixador norte-americano. Aqui, o jornal narra o episódio e também descreve um dos presos políticos, envolvido na ação:

O preso mais idoso (...) parecia animado, mas cansado. Disse que primeiro ia descansar, mas que pretende seguir com a luta revolucionária. Gritou com veemência: “Sou marxista! Sou lenista!” – O Globo, 08/09/1969.

Na análise do recorte observa-se, no aspecto semântico, a utilização do advérbio de intensidade *mais* modificando o adjetivo *idoso*, caracterizador do substantivo *preso*. Ainda, quanto ao campo semântico, fez-se uso dos vocábulos *marxista* e *lenista*, além da expressão *luta revolucionária* – vocábulos, esses, carregados de apelo social, que caracterizavam a luta de classes e, sobretudo, a luta contra o regime político dominante da época.

Verificamos, também, a presença de antítese – *animado* e *cansado*, além de um conectivo adversativo indicando uma relação de oposição, ao afirmar que [...] *Disse que primeiro ia descansar, mas que pretende seguir com a luta revolucionária*.

A propósito das conjunções, como o *mas*, por exemplo, F.Silveira Bueno (1956:176) afirma:

*Conjunção é a palavra invariável que liga duas orações, indicando as relações entre elas existentes. Quando se diz: “Antônio é bom estudante, mas, Pedro é ainda melhor” – a palavra **mas** liga as duas orações – “Antônio é bom estudante – Pedro ainda é melhor” estabelecendo entre elas uma relação de oposição.*

Quanto ao uso do coordenativo *mas*, M.H.M.Neves (2000:756) refere-se a ele como um marcador de relação de desigualdade entre dois segmentos coordenados:

*A conjunção coordenativa **MAS** marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenador, e, por essa característica, não há recursividade na construção com **MAS**, que fica, pois restrita a dois segmentos*

Nesse aspecto, consideramos que a visão dos autores supracitados, sobre a função do conectivo *mas*, converge para a mesma relação, a de contraposição de idéias.

Com relação ao formalismo lingüístico, verificado na amostra, convém observar que esse aspecto ocupou parte da prática lingüística do jornal *O Globo*, durante a década de 60. Mas, tendo em mente que a língua é uma prática social que atende aos anseios do homem – portanto, ela deve atender as necessidades de mudanças que acompanham com o tempo –, com o passar dos anos até o momento atual, o jornal também acompanhou a tendência de mudanças na língua.

3.6. Frases feitas e seus efeitos na tematização

Embora pouco freqüente, em nosso material de análise, observamos que o uso de frases feitas contribuiu, decerto, para moldar a dicotomia ideológica existente entre o conflito hegemônico protagonizado pelas autoridades governamentais e a parcela da sociedade considerada subversiva aos ditames do Regime. Isso se refletiu no uso da linguagem e está presente em algumas manchetes e reportagens publicadas pelo jornal *O Globo*, ao longo dessa época, as quais se destacam a seguir.

A propósito do uso de frases feitas no texto jornalístico, Ana Rosa Ferreira Dias (2003:70) reflete:

Se observarmos a linguagem oral do dia-a-dia, veremos que os falantes não manifestam muitas variantes para expressar as mesmas idéias, utilizando com freqüência frases feitas. Essa repetição de lugares-comuns populares conta com a participação intensa do vocabulário gírio. [...]

Depreende-se que, de fato, as frases feitas sejam resultado de um uso convencionalizado pela sociedade e cujos significados estejam igualmente internalizados pelos mesmos praticantes dessa língua.

Do recorte selecionado, abaixo, analisaremos mais um recorte da cobertura jornalística sobre o Dia da Independência, publicada pelo jornal *O Globo*, em 07 de setembro de 1967 (Anexo A-11):

Em mensagem que dirigiu ontem aos três Ministros militares, ao ensejo do Dia da Independência que hoje se comemora em todo o País, o Presidente Costa e Silva lembrou que a Revolução de Março salvou o Brasil e que as Forças Armadas constituem um “fator decisivo de tranqüilidade e de ordem” e ainda força insubstituível do desbravamento e de mobilidade social” no programa em que está empenhado o Govêrno para levar a nação a dias mais felizes. – O Globo, 07/09/1967.

Observamos que *O Globo* recorreu ao discurso indireto para apresentar o pronunciamento do presidente da República a seus ministros militares, no qual manifesta o desejo de que as Forças Armadas constituam um **fator decisivo de tranqüilidade e de ordem** com o propósito de conduzir a nação **a dias mais felizes**.

O uso de frases feitas, como essa, em conjunção com a seleção lexical empregada no documento, nos leva a depreender que, a visão do jornal estava orientada a retratar a gestão militar como um instrumento necessário à manutenção da **tranqüilidade** e da **ordem**, e, portanto, como uma condição para um futuro auspicioso à nação.

Destacamos do excerto, [...] *levar a nação a dias mais felizes*, o elevado grau de apelo, persuasão e abstração. Ou seja, a associação desses dois léxicos – **tranqüilidade** e **ordem** – com **levar a nação a dias mais felizes** é, nesse contexto, a

solução para o conflito hegemônico entre duas forças opostas – capitalismo e socialismo – conseqüentemente, a preservação da estabilidade política desejada e a proteção do país, na visão do jornal, contra uma revolução da esquerda. Ao recorrer à palavra *salvou*, mais uma vez, como se pode observar, o jornal se posiciona subliminarmente a favor do estado de *tranqüilidade* e *ordem*, já mencionado aqui.

Uma das características comuns aos documentos selecionados é justamente o emprego recorrente das palavras *ordem* e *tranqüilidade*. Em nosso entender, ambas as palavras assumem, nos documentos, um caráter ideológico. *Ordem* e *Tranqüilidade* estariam vinculadas à manutenção e à proteção de um *status quo* vigente, neste caso, a doutrina de linha conservadora do governo. Ambos os termos, também explicitam a preocupação dos militares em se consolidarem no poder.

Em [...] *a Revolução de Março salvou o Brasil*, observamos que o espírito de patriotismo está evidente na seleção lexical, como no caso do substantivo abstrato *revolução*. Aqui, entendemos que o uso deste substantivo, apesar de abstrato, explicita as mudanças provocadas por ele, no meio social, e assumem, por fim, formas concretas.

Analisando morfológicamente a estrutura de alguns vocábulos, verificamos que alguns deles foram originados pelo processo de derivação prefixal, sufixal e parassíntese, como é o caso das palavras *tranqüilidade*, *empenhado*, *insubstituível*.

A palavra *ordem* implica, também, noções de disciplina e respeito à hierarquia. A não preservação disso poderia significar a perda de espaço à outra força hegemônica: a oposição, formada por militantes e simpatizantes da esquerda. O oposto de *ordem* e *tranqüilidade* nos remete a desordem, instabilidade, insurgência, mudanças e revolução. Por isso, o jornal sugere, indiretamente, ao leitor que a combinação dessas duas palavras – *ordem* e *tranqüilidade* – está condicionada a *levar a nação a dias mais felizes*. É uma maneira de afiançar o discurso junto ao leitor.

Embora se reconheça que os militares também assumiram o poder, naquele ano de 1964, por meio de uma revolução, a revolução deles, da maneira como está representada, mostra-se legitimada como sendo um método para o restabelecimento do clima de *ordem* e de *tranqüilidade*.

Na própria visão dos militares, em carta dirigida à nação, à época da promulgação do Ato Institucional N^o.1, *a revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação, como se uma ação conjunta com a sociedade, pela tomada de Poder, em 64, pudesse neutralizar o fato de que a população encontrava-se em um ambiente totalitário, caracterizado pela rigidez, o controle e a opressão.*

Nos dois recortes adiante, segue-se, mais uma vez, a cobertura do seqüestro do embaixador norte-americano Sr. Charles Burke Elbrick, ocorrida em 1969:

TUDO SÔBRE A ODISSÉIA DE ELBRICK NA EDIÇÃO FINAL. – O Globo, 08/09/1969.

EMBAIXADOR LIVRE: EMOÇÃO E ALEGRIA EM TODO O BRASIL – O Globo, 08/09/1969.

Dada a repercussão do seqüestro do embaixador norte-americano, a libertação, ocorrida em 08 de setembro de 1969, foi representada no jornal *O Globo* com tal importância que foi comparada a uma saga histórica, de tal forma que o principal herói fosse o embaixador.

A princípio, a manchete do jornal cria um jogo de idéias persuasivas que expressam um sentimento de “torcida”, de empatia do povo brasileiro sobre a causa americana, no sentido de dar a entender que esse fosse um acontecimento que estivesse influenciando diretamente o cotidiano do cidadão brasileiro, a ponto deste abdicar de seus compromissos individuais e afazeres básicos do cotidiano para, apenas, se inteirar do desenrolar do seqüestro do embaixador.

De fato, verifica-se um elevado grau de persuasão no relato jornalístico. *O Globo* endossa um grau superlativo de sentimentos, de preocupação e de alegria, que não refletem necessariamente o sentimento de um a um, de cada cidadão comum, residente em território brasileiro. Ainda assim, a linguagem de que o jornal faz uso é apropriada para o momento e o tipo de incidente – diplomático. Aqui, tratando-se de dois governos em busca de uma solução para o problema e, obviamente, quando se menciona um ou outro, isso abarca, sobremaneira, a respectiva população.

Com relação à ortografia, destacamos o vocábulo *sôbre*. De acordo com as instruções da Academia Brasileira, a acentuação gráfica obedecia às regras vigentes da época, segundo F. Silveira Bueno (op.cit.:78):

14ª – Emprega-se o acento circunflexo como diferencial ou distintivo no e e no o fechados da sílaba tônica das palavras que estão em homografia com outras em que são abertos êsse e êsse o: acêrto (s.m.) e acerto (v.); aquêles, aquêles(adj. ou pron. demons. e aquele, aqueles (v.); côr (s.f.) e cor (v.); côrte, côrtes (s.f.) e corte, cortes (v.); dêle, dêles (cont. da prep. de com o pron. pess. êle, êles) e dele, deles (v.); devêras (v.) e deveras (adv.); êsse, êsses êste, êstes (adj. ou pron. demons.) e esse, esses, este, estes (s.m.); fêz (s.m. e v.) e fez (s.f.); fôr (v.) e for (s.m.); fôra (ad. e interj. ou s.m.); fôsse (dos vv. ir e ser) e fosse (do v. fossar); nêle, nêles (cont. da prep. em com o pron. press. êle, êles) e nele, neles (s.m.); pôde (perf. ind.) e pode (pres.ind.); sôbre (prep. ind.) e sobre (v.), etc...

Na transcrição da reportagem abaixo, datada de 1970, *O Globo* noticia, como parte das comemorações pelo Dia da Independência do Brasil a entrega da *Taça da Independência*, ao time vitorioso do amistoso entre o Flamengo e o Fluminense, sob o título *Tricolor foi melhor em tudo* (Anexo A-14):

O Flamengo sem nada para fazer nesse campeonato, exceto tentar uma classificação a mais honrosa possível. [...] – O Globo, 07/09/1970.

A primeira indagação que se faz acerca do fragmento é o que terá motivado o jornal a uma construção frasal como essa? Novamente, *O Globo* recorre a um discurso carregado de emoção – tal recorrência, contudo, é plenamente compatível com o texto jornalístico de gênero esportivo. Em adição a isso, estavam a péssima atuação do clube e a presença do presidente da República a entregar a taça ao time vencedor. O jornal em nenhum momento desmerece a vitória do time adversário. Pelo contrário, ele ressalta as qualidades do Fluminense.

No entanto, o presidente Emílio Garrastazu Médici era conhecido torcedor do Flamengo. *O Globo*, portanto, ao utilizar o tipo de construção, acima, deixa subliminarmente entendido um autoritarismo, no sentido de que o time flamenguista tivesse contraído uma “obrigação”, um “dever” de conseguir a vitória *a mais honrosa possível* e, assim, despertar o contentamento do presidente brasileiro.

Observamos que *O Globo* recorreu a um advérbio de intensidade – *mais* – que modifica o adjetivo *honrosa*, acompanhado de outro adjetivo, cujo discurso atribui ao time uma responsabilidade a qualquer custo.

Em última análise, o percurso investigativo ao longo da operacionalização dos pressupostos da HL nos permitiu apreender que o Regime Militar está lingüisticamente representado, nessa amostra, pelas idéias ufanistas, nacionalistas e patrióticas. A escolha lexical está em conformidade com o momento histórico registrado pelo jornal *O Globo*, que recorreu com êxito na seleção dos vocábulos para informar ao leitor esse momento compreendido entre 1960 e 1970. O jornal *O Globo* promove, dessa forma, a interação entre o contexto, o homem e a língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o presente trabalho historiográfico-lingüístico, a língua portuguesa constituiu o nosso principal objeto de estudo, junto aos dados levantados. O problema central de nossa pesquisa consistiu em focalizar, por meio da língua, como está representado o Regime Militar, nas páginas de *O Globo*; sobretudo, a identificação das marcas lingüísticas que caracterizaram a ditadura. No percurso de nossa investigação, pudemos observar, também, o modo como o jornal *O Globo* promoveu a interação dessa gestão com a população brasileira.

A aplicação dos três princípios da HL, realizada no processo de análise da referida amostra, nos permitiu não somente decifrar os fatos da língua, mas, apreendermos a relevância da HL no processo que conduz o pesquisador ao esclarecimento de determinados acontecimentos na História.

No que concerne à abordagem contextual de nossa pesquisa, em um espaço temporal, embora o recorte restrinja-se aos quatro primeiros anos que antecedem a Revolução de 64 e, posteriormente, os seis primeiros anos a partir do Golpe e do estabelecimento de uma nova gestão, podemos definir o Regime Militar como sendo o período compreendido de 1964 a 1985, em que os militares estiveram à frente da política brasileira, governando o país.

Levando-se em conta os dados levantados no princípio da contextualização, esse momento da história do Brasil caracterizou-se, segundo os livros de História e demais registros, pela ausência de democracia, a censura à liberdade de pensamento e expressão, a perseguição política e a supressão de direitos constitucionais.

Apesar de tratar-se de uma época em que a imprensa – especialmente, a escrita – notabilizou-se pela sua atuação enquanto instrumento de resistência contra o Regime Militar, não foram encontrados, em nossa amostra, dados comprobatórios de uma postura nessa perspectiva, por parte do jornal *O Globo*. Em nenhum dos documentos analisados foram encontrados léxicos, metáforas, usos de

linguagem e frases feitas que assumissem uma postura crítica, frente ao poder dominante.

A análise lingüística dos documentos possibilitou-nos observar o predomínio de um formalismo lingüístico, na abordagem da maioria das reportagens, feita pelo jornal *O Globo*, principalmente, aquelas relacionadas diretamente ao governo e às celebrações do Dia da Independência do Brasil. Concluimos que esse grau de erudição, observado em determinados documentos, molda o propósito da mensagem, de forma a reforçar o discurso de exaltação à pátria e aos valores cívicos. Nos demais documentos, como a matéria jornalística, publicada em 7 de setembro de 1970 (Anexo A-14), que trata da entrega da Taça da Independência ao Fluminense, time vencedor na partida contra o Flamengo, observa-se o uso de um Português mais coloquial e adequado à temática em questão.

Com relação às classes de palavras, levantamos que várias delas visam a caracterizar aspectos ideológicos, geralmente, positivos sobre o Regime, são elas: *caminho, cumprimento, defesa, democracia, desbravamento, desenvolvimento, destinos, devotamento cívico, dignidade, digno, direitos, disciplina, emancipação, extremado, festejar, firmar, forças, futuro, grandezas, grandioso, honra, instituições, irredentista, lei, liberdade, livre, mobilidade, nacionalidade, ordem, organizar, patrimônio, poder, posse, potencialidades, preservação, projetá-lo, regime democrático, respeitada, responsabilidade, segurança, soberano, tarefa, tranqüilidade, vitorioso*; enquanto outras fazem uma alusão negativa aos respectivos opositores, e estas são: *ameaça, comunismo, continuísmo, desgoverno, destruição, exploração, facções, fracasso, grupos subversivos, ideologias espúrias, interesses escusos, medo, melancolia, milícia, ninguém, problema, promiscuidade, terrorismo e tomada de poder*.

Quanto à continuidade e descontinuidade lingüística, quatro décadas separam a seleção de documentos analisada, nesta pesquisa, e o Português em uso, atualmente, no Brasil. Dentre as mudanças ocorridas no processo de formação das palavras, observamos que a mais significativa ocorreu na ortografia. A última

reforma ortográfica na língua portuguesa, ocorrida em 18 de dezembro de 1971, com a promulgação da Lei No. 5.765, marcou o momento de ruptura com a reforma anterior, estabelecida pela Academia Brasileira, em 1943.

No plano histórico, da década de 1960 até os dias de hoje, a imprensa escrita ampliou significativamente sua envergadura atuação, e conseqüentemente aumentou seu poder de influência como veículo informativo e formador de opinião, atendendo à demanda da sociedade por informações de interesses diversos e, ademais, por um estilo de linguagem mais objetivo e despojado. Um exemplo disso é a segmentação do jornal por cadernos ou editorias. *O Globo* transita, hoje, por diferentes áreas, abordando questões diversas e de suma importância quanto um registro histórico feito em Política e Economia, temas, estes, considerados tradicionalmente importantes.

Quando tratamos, em um dos parágrafos acima, da questão do predomínio de um formalismo lingüístico, nos textos analisados de *O Globo*, da década de 60, convém apontar para o fato de que essa segmentação contribuiu para dinamizar o uso da língua portuguesa, no texto jornalístico, de forma a adequar a língua a um determinado segmento de assunto e de público leitor.

Acreditamos que um estudo como esse, não objetiva a presunção de estabelecer um veredicto, digamos, um resultado conclusivo. A questão é que tratando-se de um assunto dessa envergadura, várias abordagens são factíveis, incluindo a hipótese abordada neste trabalho.

Nessa perspectiva, quem nos garante que a linguagem utilizada pelo *O Globo* não nos permita inferir que o jornal tenha sido mais uma vítima do Regime Militar e que, isso, talvez justifique o eventual distanciamento em sua postura no relato dos acontecimentos? É uma forma análoga de focar o mesmo assunto e, indubitavelmente, válida. Assim, todas as possibilidades devem permanecer abertas à exploração e à interpretação de cada pesquisador, de posse dos respectivos dados.

Ainda que os dados históricos, reunidos aqui, possibilitem-nos comprovar o que foi exposto nesta dissertação, cumpre-nos deixar aberta a possibilidade de ampliarmos os horizontes de nossa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e Identidade Lingüística Brasileira na Sátira Poética de Oswald de Andrade*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- ALMEIDA, Silvana Maria Posella Arantes de. *Política e educação: educação informal da esquerda na década de 60*. São Paulo, 1983.
- ALSINA, M. R., *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1996.
- ALTMAN, Cristina. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- AMARAL, Luís. *Técnica de Jornal e Periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1944.
- BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BESSELAAR, J.V.D. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Herder, 1970.
- BONDE, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 6ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 4ª Ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1956
- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Niterói: Eduff, 2000
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Origem, Formação e Aspectos da Cultura Brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.
- _____. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981
- COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia, História*. São Paulo; Presença, 1979.

- COSTELA, Antonio F. *O controle da informação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1968.
- DIAS, Ana Rosa F. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: Cortez, 1996.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DINES, Alberto. *O Papel do Jornal: Tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974
- DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: Difel, 1963.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DREIFUSS, René Armand. *Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9ª edição. São Paulo. Edusp. 2001.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 11º ed. Rio de Janeiro: Gamma. [s.d.]
- FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar: teoria, sínteses das unidades, atividades práticas e exercícios de vestibulares*. São Paulo: FTD, 1992.
- GALVÃO, Jesus Belo. *Língua aprendida, cultura adquirida*. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1965

- GARCIA, Luiz (Org.). *O Globo - Manual de Redação e Estilo*. São Paulo: Globo, 2005
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1996.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *O Português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988.
- HOUAISS, Antônio. *Sugestões para uma política da língua*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1978.
- _____. *Progress in Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamin, 1980.
- _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.
- _____. *Professing Linguistic Historiography*. John Benjamin Amsterdam/Philadelphia, 1995.
- _____. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. Revista da ANPOLL, número 2, p 45-70, tradução Cristina Altman, 1996
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes. 1982
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.
- MAHMOUDIAN, Mortéza. *A lingüística hoje*. Lisboa: Edições 70, 1982
- MARCONDES FILHO, C., *O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

- MENDES, José M. Amado. *A História como ciência*. 3^a.ed., Coimbra: Coimbra, 1993.
- MEYER, M. & MONTES, M. L. *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- NAPOLITANO, Marcos. O caso das “Patrulhas Ideológicas” na cena cultural brasileira do final da década de 1970. In MARTINS FILHO, José Roberto (Org.). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 39-45
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas (Org.). *A Historiografia Lingüística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *A Historiografia Lingüística*. São Paulo: PUC/SP, 2004. Mimeografado.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases Teórico- Metodológicas da Historiografia Lingüística*. São Paulo: PUC/SP, 2002. Mimeografado.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do Português: confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003.
- NOGUEIRA JR., José Everaldo. *Comicidade e língua portuguesa na primeira metade do século XIX no Brasil*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- PINTO, Edith Pimentel. *História da Língua Portuguesa. Vol. VI: Século XX*. São Paulo: Ática, 1988.
- SALOMÃO, Maria do Carmo Rennó da Costa. *Os Provérbio e as Frases Feitas no Discurso Jornalístico*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- STEINBERG, Charles S. (org). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

_____. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983.

SOUSA, J. P. *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um Discurso sobre as Ciências*. 13^a.ed., Porto: Afrontamento, 2002.

TENÓRIO, Solange Maria. *Gramática, Ensino e Ideologia na década de 60 e 70: uma perspectiva historiográfica*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2006.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Sá da Costa, 1985.

WHITE, Hyden. *Trópicos do Discurso*. –Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2^a.ed., São Paulo:EDUSP, 2001.

JORNAIS

20 Anos de Mesquinarias: acabou 64. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1985. p.5.

COM orgulho, O Globo vê seus esforços reconhecidos além das fronteiras do País. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 nov. 1958

DULCI, Otávio. *Por que Jango caiu?*. Jornal do Brasil. Especial “Olhares sobre 1964 – O golpe que calou o Brasil. Rio de Janeiro, 11 abr. 2004. p.16-17

FRAZÃO, Heliana. *Lula critica denunciismo e compara imprensa brasileira à da Venezuela*. O Globo. Rio de Janeiro, 17 dez. 2005. O País. p.4

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *A PUC-SP e o ensino superior no Brasil*. Folha de S. Paulo. São Paulo, 26 nov. 2006. Opinião. p. A3.

OBRAS MUSICAIS

HOLLANDA, Francisco Buarque de. *Apesar de você*. São Paulo: Cara Nova Editora Musical Ltda., 1970.

PERIÓDICOS

HENRIQUES, Luiz Sérgio. *Vivendo fora da lei*. *Revista História Viva. Temas Brasileiros: Esquerda no Brasil*. São Paulo, n. 5, p.65-71, nov. 2006.

SÍTIOS DA INTERNET

UNE. União Nacional dos Estudantes. História. Disponível em <http://www.une.org.br/>. Acesso em 01 jun. 2007.